



Reservatório do Rio Manso



Proposta da Administração

**Assembleia Geral Ordinária e
Extraordinária (AGOE)**

29.04.2022 (10:00h)



Índice

I. Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE).....	3
II. Proposta da Administração da AGOE	5
III. Item 10 do Formulário de Referência - Comentário dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia.....	6
IV. Anexo 9-1-II - Proposta de Destinação do Lucro Líquido	94
V. Aprovação do Programa de Investimentos da COPASA MG e de sua subsidiária COPANOR para o exercício de 2022.....	100
VI. Eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia	101
VII. Itens 12.5 a 12.10 dos Indicados para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal	105
VIII. Fixação da Verba para Remuneração dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e Diretoria Executiva da Companhia	126
IX. Item 13 do Formulário de Referência (Remuneração dos Administradores).....	127
X. Esclarecimentos Adicionais	151



I. Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE)

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG

**Companhia Aberta
CNPJ nº 17.281.106/0001-03
NIRE 31.300.036.375**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA (AGOE)**

Ficam convocados os senhores acionistas da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG** a se reunirem em AGOE, a ser realizada às 10:00 horas do dia 29 de abril de 2022, na sede social da Companhia, situada na rua Mar de Espanha, 525, Santo Antônio, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO):

- (i) aprovação do relatório anual da administração, balanço patrimonial e as demonstrações financeiras da COPASA MG e consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021;
- (ii) destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício encerrado em 31/12/2021, com a retenção de parte do lucro líquido para reinvestimento e pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP, a serem considerados como valor do dividendo mínimo obrigatório;
- (iii) aprovação do Programa de Investimentos da COPASA MG e de sua subsidiária COPANOR para o exercício de 2022, nos termos do § 2º, do artigo 196 da Lei nº 6.404/1976;
- (iv) definição do número de Conselheiros e eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):

- (i) fixação da verba para remuneração global dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Companhia.

Conforme a Instrução CVM nº 481/2009 e considerando as restrições de circulação impostas pela pandemia da COVID-19, materializadas nos protocolos sanitários emitidos pelas autoridades, a Companhia recomenda a participação nesta AGOE de modo parcialmente digital (remota) ou por meio do Boletim de Voto à Distância, conforme instruções abaixo:

- (a) os acionistas que optarem pela participação remota deverão solicitar à Unidade de Serviços de Relações com Investidores, por meio do *e-mail* ri@copasa.com.br, até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGOE, o *link* e os dados de acesso à plataforma digital. A solicitação deverá estar acompanhada da documentação pertinente.
- (b) para a participação por meio do Boletim de Voto à Distância, os acionistas devem enviar seus Boletins de Voto, conforme modelo disponibilizado pela Companhia, por meio: (i) de seus respectivos agentes de custódia; (ii) da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia (Bradesco S.A.); ou (iii) diretamente à Companhia, observando a Instrução CVM nº 481/2009.



A fim de facilitar o acesso dos Senhores Acionistas à Assembleia, solicita-se a entrega dos seguintes documentos na sede da Companhia, aos cuidados da Unidade de Serviços de Relações com Investidores, até o dia 26 de abril de 2022: (i) extrato ou comprovante de titularidade de ações expedido pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3) ou pelo Bradesco S.A., instituição prestadora de serviços de ações escriturais da Companhia; (ii) para aqueles que se fizerem representar por procuração, instrumento de mandato com observância das disposições legais aplicáveis (artigo 126 da Lei nº 6.404/1976).

É facultado aos acionistas detentores de no mínimo 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia requerer a adoção de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração a ser realizada nesta Assembleia ora convocada, nos termos da Instrução CVM nº 165/1991 e suas alterações posteriores, devendo ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.

A partir da presente data, os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGOE, ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, no endereço eletrônico ri.copasa.com.br e no website da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Brasil, Bolsa, Balcão (B3), em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e o artigo 6º da Instrução CVM nº 481/2009.

Belo Horizonte, 28 de março de 2022.

André Macêdo Facó
Presidente do Conselho de Administração



II. Proposta da Administração da AGOE

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG submete aos senhores acionistas a presente Proposta da Administração, referente à AGOE ora convocada.

As “Demonstrações Financeiras Padronizadas” (DFPs) e as “Demonstrações Financeiras Anuais Completas” (DFs), referentes ao exercício findo em 31.12.2021, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24.03.2022. Em 29.03.2021, esses documentos foram arquivados nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e divulgados no site de Relações com Investidores da Companhia.

Este documento contém informações e orientações necessárias para a participação e o exercício de voto dos senhores acionistas nesta AGOE e deverá ser lido em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras e com o Manual para Participação nesta AGOE, disponibilizado nos sites da CVM, da B3 e de Relações com Investidores da Companhia.

III. Item 10 do Formulário de Referência - Comentário dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia

Em conformidade com o Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP, as informações prestadas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente indicadas, se referem aos dados consolidados, ou seja, COPASA MG (Controladora) e COPANOR, conjuntamente. O termo Companhia também se refere ao Consolidado.

10.1. Os Diretores devem comentar:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

Os Diretores igualmente acreditam que a Companhia possui capital de giro suficiente para as atuais exigências e que os recursos disponíveis no caixa, bem como a geração de caixa prevista e os recursos oriundos de empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

A seguir, apresenta-se a liquidez corrente da Companhia, medida pela relação entre o total do ativo circulante e do passivo circulante, que atingiu 1,34 em 31.12.2021. Os Diretores entendem que essa liquidez é adequada, considerando os compromissos de curto prazo da Companhia.

Especificação (Dados Consolidados - R\$ mil)	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante	2.563.011	2.004.368	1.842.796
Passivo Circulante	1.910.539	1.388.231	1.118.034
Liquidez Corrente	1,34	1,44	1,65

b. estrutura de capital

Em 31.12.2021, considerando os dados consolidados, o Passivo Total da Companhia era de R\$5,96 bilhões, sendo que, desse montante, 32% encontravam-se registrados no Passivo Circulante e 68% no Passivo Não Circulante. Na mesma data, o Patrimônio Líquido era de R\$6,76 bilhões. Com isso, a relação entre Exigibilidades Totais e o Patrimônio Líquido era de 0,88 em 31.12.2021, sendo que esse índice, conforme definido no Estatuto Social da Companhia, deve ser igual ou menor que 1,0. O quadro abaixo mostra os valores referentes aos últimos 3 (três) exercícios:

Especificação (Dados Consolidados - R\$ mil)	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Total do Passivo	5.961.692	5.315.845	4.785.102
Passivo Circulante	1.910.539	1.388.231	1.118.034
Relação Passivo Circulante / Total do Passivo	0,32	0,26	0,23
Passivo Não Circulante	4.051.153	3.927.614	3.667.068
Relação Passivo Não Circulante / Total do Passivo	0,68	0,74	0,77
Patrimônio Líquido (PL)	6.759.958	6.456.612	6.743.713
Passivo e Patrimônio Líquido	12.721.650	11.772.457	11.528.815
Relação Exigível Total / PL	0,88	0,82	0,71
Capital Próprio	53,1%	54,9%	58,5%
Capital de Terceiros	46,9%	45,2%	41,51%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

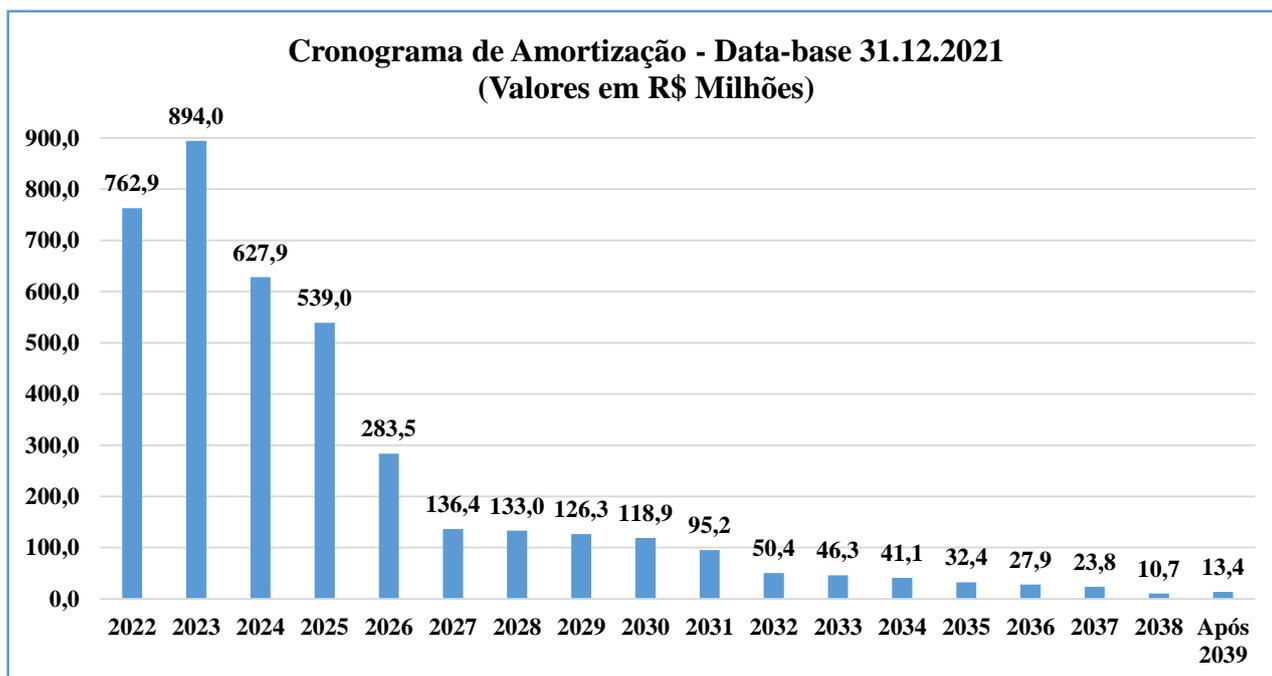
A dívida bruta contábil, que considera os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atingiu R\$3,99 bilhões em 31.12.2021, representando um acréscimo de R\$199,5 milhões, em comparação ao valor registrado em 31.12.2020. A dívida líquida apresentou decréscimo, passando de R\$3,00 bilhões em 31.12.2020 para R\$2,70 bilhões em 31.12.2021.

A Política de Endividamento, que é definida no Estatuto Social, estabelece que a Dívida Líquida deve ser igual ou inferior a 3 vezes o EBITDA, podendo chegar a 4 vezes por motivos conjunturais, mediante justificativa e específica aprovação do Conselho de Administração. Esse índice atingiu 1,7x em 31.12.2021:

Especificação (Dados Consolidados - R\$ mil)	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
(+) Empréstimos e Financiamentos	1.071.402	1.277.262	-16,10%	1.281.386	-0,30%
(+) Debêntures	2.933.340	2.514.459	16,70%	2.036.166	23,50%
(+) Outras Obrigações Onerosas (Libertas)	-	4.669	n.m.	30.001	-84,40%
(=) Dívida Bruta	4.004.742	3.796.390	5,50%	3.347.553	13,40%
(-) Custo de Captação de Valores Mobiliários	19.398	10.580	83,30%	7.315	44,6%
(=) Dívida Bruta Contábil	3.985.344	3.785.810	5,30%	3.340.238	13,30%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	1.279.469	786.377	62,70%	521.304	50,80%
(-) Custo de Captação de Valores Mobiliários	19.398	10.580	83,30%	7.315	44,6%
(=) Dívida Líquida	2.705.875	2.999.433	-9,80%	2.818.934	6,40%
EBITDA	1.595.408	1.926.566	-22,70%	1.758.469	9,60%
Dívida Líquida / EBITDA	1,7	1,6	-	1,6	-

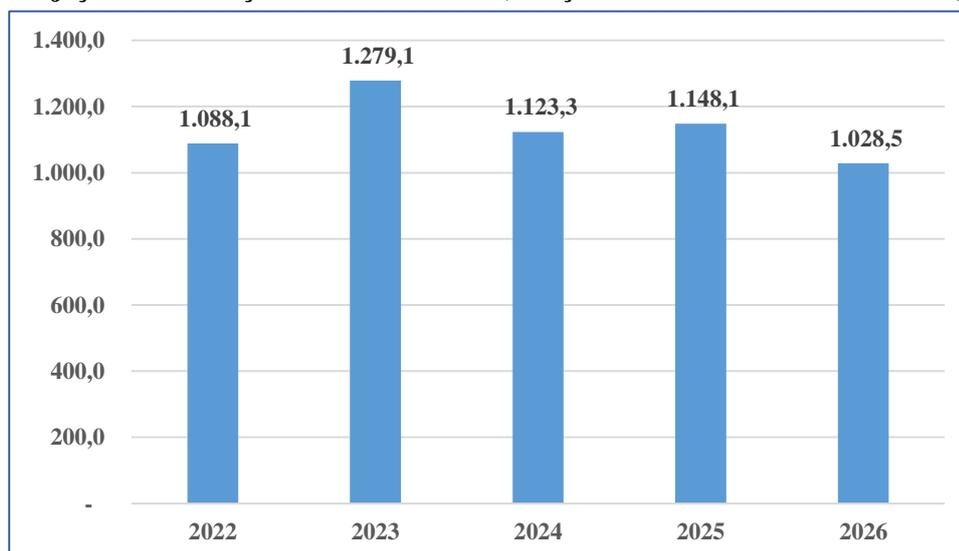
1). Considerou-se o caixa e equivalentes de caixa da Controladora, mesmo critério utilizado no cálculo dos *covenants* estatutários.

O gráfico a seguir mostra o cronograma anual de amortização da dívida da Companhia, tomando-se como base o exercício findo em 31.12.2021:



Tomando-se como base as projeções realizadas no encerramento de exercício de 2021, o gráfico a seguir mostra os montantes projetados como desembolso de serviço da dívida para os anos de 2022 a 2026, considerando os contratos vigentes e as novas captações de recursos previstas:

Projeção dos Serviços da Dívida Bruta (Posição em 31.12.2021 - R\$ Milhões)



Dessa forma, considerando a previsibilidade da geração de caixa operacional da Companhia, os Diretores acreditam que a COPASA MG possui plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia utilizou a própria geração de caixa operacional como a principal fonte de financiamento para capital de giro.

As fontes utilizadas para os ativos não circulantes foram:

2021: recursos próprios no montante de R\$129,7 milhões e recursos de terceiros oriundos de financiamentos contratados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa, o KfW e o Banco Europeu de Investimentos - BEI, bem como operações no mercado de capitais brasileiro, por meio de emissão de debêntures de mercado.

2020: recursos próprios no montante de R\$310,0 milhões e recursos de terceiros oriundos de financiamentos contratados com o BNDES e a Caixa, bem como operações no mercado de capitais brasileiro, por meio de emissão de debêntures de mercado.

2019: recursos próprios no montante de R\$177,4 milhões e recursos de terceiros oriundos de financiamentos junto ao BNDES, à Caixa e de operações no mercado de capitais brasileiro, por meio de emissão de debêntures de mercado.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores comentam que a Companhia pode realizar operações de crédito de curto prazo, por meio de emissões no mercado de capitais, caso haja necessidade extraordinária de capital de giro.



Para investimento em ativos não circulantes, a Companhia pretende utilizar as fontes de financiamentos tradicionais do setor de saneamento (BNDES e Caixa), operações no mercado de capitais brasileiro, bem como operação de crédito de longo prazo com bancos de fomento, tanto nacionais como internacionais, a exemplo dos financiamentos com o banco alemão KfW e com o Banco Europeu de Investimento (BEI).

No encerramento do exercício de 2021, a Companhia possuía um saldo de R\$1,68 bilhão em recursos contratados e ainda não liberados, sendo R\$42,8 milhões junto ao BNDES, R\$312,2 milhões junto ao FGTS, €74,7 milhões (equivalente a R\$472,1 milhões) contratados com o KfW e €135 milhões (equivalente a R\$853,3 milhões) junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI). O registro contábil da dívida será realizado quando da efetiva entrada desses recursos na Companhia.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A seguir, quadro com os saldos de curto prazo dos empréstimos, financiamentos, debêntures e outras obrigações onerosas (Libertas), por linha de financiamento, nos últimos 3 (três) exercícios sociais:

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Outras Obrigações Onerosas (Curto Prazo)

Linhas de Financiamento (R\$ Mil)	Curto Prazo		
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Em Moeda Nacional			
Recursos FGTS ⁽¹⁾	38.120	34.500	31.748
Finame	12.500	13.774	16.424
BNDES/Empréstimos	69.601	81.525	70.656
BNDES/Debêntures - 4ª Emissão			
1ª Série	15.497	34.199	25.851
2ª Série	54.147	75.974	46.105
3ª Série	20.519	45.279	34.227
Caixa/Debêntures - 5ª Emissão	18.818	18.805	18.860
Debêntures de Mercado - 7ª Emissão			
2ª Série		35.736	37.409
BNDES/Debêntures - 8ª Emissão			
1ª Série	8.312	8.860	8.082
2ª Série	4.734	4.554	3.944
Debêntures de Mercado - 11ª Emissão			
1ª Série	12.500	13.113	10.197
2ª Série	6.788	6.423	4.722
Debêntures de Mercado - 12ª Emissão			
1ª Série	81.464	39.605	4.720
2ª Série	14.822	2.167	2.113
Debêntures de Mercado - 13ª Emissão			
1ª Série		93.485	2.506
2ª Série	287.276	5.309	15.043
3ª Série	2.406	2.173	2.119
Debêntures de Mercado - 14ª Emissão			
1ª Série	18.967	9.428	103
2ª Série	21.090	276	240
Debêntures de Mercado - 15ª Emissão			
Série Única	40.756	574	-
Debêntures de Mercado - 16ª Emissão			
1ª Série	3.267		
2ª Série	2.428		
Outras Obrigações			
Libertas		4.669	25.561
Em Moeda Estrangeira			
Banco do Brasil ⁽²⁾		1.303	1.152
Banco KfW	70.346	71.006	50.470
BEI	5		
Dívida Bruta de Curto Prazo	804.363	602.737	412.252
Custo de Captação	(4.225)	(2.312)	(1.752)
Total da Dívida Bruta (Contábil) - Curto Prazo	800.138	600.425	410.500

(1) Recursos FGTS: Caixa Econômica Federal.

(2) Dívida originalmente contraída de instituições financeiras externas. Foi inserida em acordo entre o governo brasileiro e a comunidade financeira internacional, para reestruturação da dívida externa do setor público brasileiro com os credores privados internacionais. Em fevereiro de 2021, foi quitada antecipadamente.



A seguir, quadro com os saldos de longo prazo dos empréstimos, financiamentos, debêntures e outras obrigações onerosas (Libertas), por linha de financiamento, em 31.12.2021, 31.12.2020 e 31.12.2019:

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Outras Obrigações Onerosas (Longo Prazo)

Linhas de Financiamento (R\$ Mil)	Longo Prazo		
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Em Moeda Nacional			
Recursos FGTS ⁽¹⁾	648.923	636.575	635.486
Finame	7.496	19.960	33.675
BNDES/Empréstimos	57.393	146.612	189.709
BNDES/Debêntures - 4ª Emissão			
1ª Série		19.866	40.630
2ª Série		71.250	83.203
3ª Série		26.303	53.794
Caixa/Debêntures - 5ª Emissão	152.741	170.194	187.646
Debêntures de Mercado - 7ª Emissão			
2ª Série			32.580
BNDES/Debêntures - 8ª Emissão			
1ª Série	44.814	56.415	59.110
2ª Série	25.419	28.855	28.811
Debêntures de Mercado - 11ª Emissão			
1ª Série	98.017	115.515	99.208
2ª Série	52.926	56.243	45.895
Debêntures de Mercado - 12ª Emissão			
1ª Série	115.497	173.828	199.972
2ª Série	86.954	89.739	86.030
Debêntures de Mercado - 13ª Emissão			
1ª Série			92.600
2ª Série	270.000	540.000	540.000
3ª Série	81.081	73.219	70.193
Debêntures de Mercado - 14ª Emissão			
1ª Série	28.363	47.121	56.500
2ª Série	145.296	149.950	143.753
Debêntures de Mercado - 15ª Emissão			
Série Única	461.539	500.000	
Debêntures de Mercado – 16ª Emissão			
1ª Série	250.710		
2ª Série	506.193		
Outras Obrigações			
Libertas	-	-	4.440
Em Moeda Estrangeira			
Banco do Brasil ⁽²⁾	-	130.265	101.037
Banco KfW	103.809	141.742	151.029
BEI	63.210		
Dívida Bruta de Longo Prazo	3.200.381	3.193.652	2.935.302
Custo de Captação	(15.174)	(8.269)	(5.563)
Total da Dívida Bruta (Contábil) Longo Prazo	3.185.207	3.185.383	2.929.739

(1) Recursos FGTS: Caixa Econômica Federal.

(2) Dívida originalmente contraída de instituições financeiras externas. Foi inserida em acordo entre o governo brasileiro e a comunidade financeira internacional, para reestruturação da dívida externa do setor público brasileiro com os credores privados internacionais. Nos termos desse acordo, aprovado pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 98/1992, a dívida foi trocada por bônus emitidos pela União, que se tornou devedora perante os credores externos. Em substituição às parcelas de principal, foram emitidos vários tipos de bônus, sob taxas de juros condizentes com aquelas usuais do mercado financeiro internacional. Em fevereiro de 2021, foi quitada antecipadamente.



Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Outras Obrigações Onerosas (Curto e Longo Prazos)

A seguir, quadro com os saldos de curto e longo prazos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e outras obrigações onerosas (Libertas), por linha de financiamento, em 31.12.2021, 31.12.2020 e 31.12.2019:

Linhas de Financiamento (R\$ Mil)	Curto e Longo Prazos		
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Em Moeda Nacional			
Recursos FGTS ⁽¹⁾	687.042	671.075	667.234
Finame	19.996	33.734	50.099
BNDES/Empréstimos	126.994	228.137	260.365
BNDES/Debêntures - 4ª Emissão			
1ª Série	15.497	54.065	66.481
2ª Série	54.147	147.224	129.308
3ª Série	20.519	71.582	88.021
Caixa/Debêntures - 5ª Emissão	171.559	188.999	206.506
Debêntures de Mercado - 7ª Emissão	-		
2ª Série		35.736	69.989
BNDES/Debêntures - 8ª Emissão		-	-
1ª Série	53.125	65.275	67.192
2ª Série	30.154	33.409	32.755
Debêntures de Mercado - 11ª Emissão			
1ª Série	110.517	128.628	109.405
2ª Série	59.714	62.666	50.617
Debêntures de Mercado - 12ª Emissão			
1ª Série	196.961	213.433	204.692
2ª Série	101.776	91.906	88.143
Debêntures de Mercado - 13ª Emissão			
1ª Série		93.485	95.106
2ª Série	557.276	545.309	555.043
3ª Série	83.487	75.392	72.312
Debêntures de Mercado - 14ª Emissão			
1ª Série	47.330	56.549	56.603
2ª Série	166.386	150.226	143.993
Debêntures de Mercado - 15ª Emissão			
Série Única	502.295	500.574	
Debêntures de Mercado - 16ª Emissão			
1ª Série	253.977		
2ª Série	508.621		
Outras Obrigações		-	-
Libertas		4.669	30.001
Em Moeda Estrangeira		-	-
Banco do Brasil ⁽²⁾		131.568	102.189
Banco KfW	174.155	212.748	201.499
BEI	63.215		
Dívida Bruta de Curto e Longo Prazos	4.004.743	3.796.389	3.347.553
(-) Custo de Captação	(19.399)	(10.581)	(7.315)
Dívida Bruta (Contábil) de Curto e Longo Prazos	3.985.344	3.785.808	3.340.238

(1) Recursos FGTS: Caixa Econômica Federal.

(2) Dívida originalmente contraída de instituições financeiras externas. Foi inserida em acordo entre o governo brasileiro e a comunidade financeira internacional, para reestruturação da dívida externa do setor público brasileiro com os credores privados internacionais. Nos termos desse acordo, aprovado pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 98 de 29 de dezembro de 1992, a dívida foi trocada por bônus emitidos pela União, que se tornou devedora perante os credores externos. Em substituição às parcelas de principal, foram emitidos vários tipos de bônus, sob taxas de juros condizentes com aquelas usuais do mercado financeiro internacional. Em fevereiro de 2021, foi quitada antecipadamente.



O quadro abaixo apresenta as taxas de juros anuais contraídas, a data de início e de término dos contratos referentes às linhas de financiamento, empréstimos e debêntures, que possuíam saldo devedor em 31.12.2021:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Taxa Contratual (Anual)	Indexador	Início do Contrato	Término do Contrato
<u>Em Moeda Nacional:</u>				
Recursos FGTS ⁽¹⁾	7,69%	TR	(2)	16.08.2042
Finame	4,21%	-	28.03.2011	15.01.2025
BNDES Empréstimo	6,85%	TJLP	15.01.2008	15.05.2025
BNDES/Debêntures 4ª Emissão				
1ª Série	6,87%	TJLP	15.07.2010	15.07.2022
2ª Série	9,05%	IPCA	15.07.2010	15.08.2022
3ª Série	6,87%	TJLP	15.07.2010	15.07.2022
Caixa/Debêntures 5ª Emissão	9,00%	TR	20.09.2011	01.09.2031
BNDES/Debêntures 8ª Emissão				
1ª Série	7,19%	TJLP	15.06.2015	15.06.2028
2ª Série	8,18%	IPCA	15.06.2015	15.06.2028
BNDES/Debêntures 11ª Emissão				
1ª Série	7,94%	TJLP	15.01.2017	15.01.2031
2ª Série	8,85%	IPCA	15.01.2017	15.01.2031
Debêntures de Mercado - 12ª Emissão				
1ª Série	5,06%	IPCA	08.02.2018	15.01.2024
2ª Série	5,27%	IPCA	08.02.2018	15.01.2026
Debêntures de Mercado - 13ª Emissão				
2ª Série	10,07%	DI	15.07.2018	15.07.2023
3ª Série	6,50%	IPCA	15.07.2018	15.07.2025
Debêntures de Mercado - 14ª Emissão				
1ª Série	9,71%	DI	15.06.2019	15.06.2024
2ª Série	4,30%	IPCA	15.06.2019	15.06.2026
Debêntures de Mercado - 15ª Emissão				
1ª Série	11,06%	DI	16.12.2020	16.12.2025
Debêntures de Mercado - 16ª Emissão				
1ª Série	5,23%	IPCA	15.09.2021	15.09.2031
2ª Série	10,57%	DI	15.09.2021	15.09.2026
<u>Em Moeda Estrangeira:</u>				
Kfw	2,07%	Euro	29.11.2011	20.12.2023
BEI ⁽³⁾	0,028%	Euro	13.12.2019	20.09.2033

(1) Recursos FGTS: Caixa Econômica Federal.

(2) Diversas datas.

(3) Juros conforme último demonstrativo enviado pelo BEI, sendo: Euribor -0,5220%aa - Spread contratual 0,55% a. a.

O cupom médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures era de 8,0% a.a. em 31.12.2021 (5,2% a.a. e 6,3% a.a., em 31.12.2020 e em 31.12.2019, respectivamente).

ii. Outras relações de Longo Prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que, nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2021, 31.12.2020 e 31.12.2019, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas citadas no Formulário de Referência e nas Demonstrações Financeiras (DFs).

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Abaixo, quadros relacionando a dívida bruta da COPASA MG e as garantias concedidas nos exercícios encerrados em 31.12.2021, 31.12.2020 e 31.12.2019. Ressalta-se que os valores da dívida bruta representam os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures.

31.12.2021

Especificação (R\$/mil)	Inferior a um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	331.864	308.682	194.254	655.032	1.489.831
Garantia Flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	472.499	1.213.189	628.283	200.940	2.514.912
Total (R\$/mil)	804.363	1.521.871	822.537	855.972	4.004.743

31.12.2020

Especificação (R\$/mil)	Inferior a um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	409.314	575.704	333.730	710.363	2.029.111
Garantia Flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	193.422	1.023.180	520.716	29.961	1.767.279
Total (R\$/mil)	602.737	1.598.884	854.446	740.324	3.796.390

31.12.2019

Especificação (R\$/mil)	Inferior a um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	322.438	609.950	490.304	822.924	2.245.617
Garantia Flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	89.814	538.496	441.365	32.261	1.101.937
Total (R\$/mil)	412.252	1.148.447	931.669	855.186	3.347.554

O quadro a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela COPASA MG nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, além da PPP do Rio Manso referentes ao exercício findo em 31.12.2021.

Receitas Vinculadas em 31 de dezembro de 2021				
	Instituição Financeira/Contrato	Garantia (Receita Vinculada)	Valor (R\$ Mil)	Término do Contrato
Caixa Econômica Federal	CAIXA - Financiamentos 2007/2008	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos 2007 e 2008.	5.646	set/31
	CAIXA - PAC 2009	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	1.993	nov/32
	5ª Emissão de Debêntures (R\$288 Milhões)	Vinculação de receita equivalente a no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	8.670	set/31
	CAIXA - Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	Vinculação da receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	4.229	jun/35
	CAIXA - Financiamentos 2012 (IN 24)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	553	mai/36
	CAIXA - Financiamentos 2013 (IN 27)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	3.782	out/37
	CAIXA - Financiamentos 2014 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	2.578	fev/38
	CAIXA - Financiamentos 2015 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	1.543	mar/39
	CAIXA - Financiamentos 2017 (IN 29)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	1.460	ago/41
BNDES	Financiamentos (PAC 2007 - R\$48 milhões)/ (PAC 2008 - R\$578 milhões)	Vinculação da receita de R\$26 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA desde mai/2008.	53.079	jun/23
	Financiamentos BNDES (R\$181 milhões)	Vinculação da receita de R\$7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abr/2010.	12.898	mai/25
	4ª Emissão de Debêntures (R\$740 milhões)	Vinculação da receita de R\$32,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde jul/2010.	59.356	ago/22
	8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões)	Vinculação da receita de R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde set/2015.	22.739	jun/28
	11ª Emissão de Debêntures (R\$226 milhões)	Vinculação da receita de R\$5,5 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abril/2017	5.500	jan/31
Banco KfW	€ 100 milhões	Vinculação de receita equivalente à 1 (uma) vez o serviço da dívida mensal do contrato.	37.465	dez/23
BRK Ambiental	PPP Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da Contraprestação referente a cada ano de vigência.	10.435	dez/28
Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil	Finame CEF e BB	Vinculação de 130% da PMT dos contratos.	1.466	jan/25
Total de Receita Vinculada			233.393	

O quadro a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela COPASA MG nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, além da PPP do Rio Manso, referentes ao exercício findo em 31.12.2020. Cabe ressaltar que tais contratos dispõem ainda de caução em garantia de financiamentos.

Receitas Vinculadas em 31.12.2020				
	Instituição Financeira/Contrato	Garantia (Receita Vinculada)	Valor (R\$ Mil)	Término do Contrato
Caixa	Caixa - Financiamentos 2007/2008	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos 2007 e 2008.	5.709	setembro/31
	Caixa - PAC 2009	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	2.005	novembro/32
	5ª Emissão de Debêntures (288 Milhões)	Vinculação de receita equivalente a no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	9.230	setembro/31
	Caixa - Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	Vinculação da receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	4.251	junho/35
	Caixa - Financiamentos 2012 (IN 24)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	556	maio/36
	Caixa - Financiamentos 2013 (IN 27)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	3.725	outubro/37
	Caixa - Financiamentos 2014 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	2.452	fevereiro/38
	Caixa - Financiamentos 2015 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	1.497	março/39
	Caixa - Financiamentos 2017 (IN 29)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	524	agosto/41
BNDES	3ª Emissão de Debêntures (R\$450 milhões)	Vinculação da receita de 18 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde dez/2007.	36.036	dezembro/19
	Financiamentos (PAC 2007 – R\$48 milhões)/ (PAC 2008 – R\$578 milhões)	Vinculação da receita de 26 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA desde mai/2008.	49.718	junho/23
	Financiamentos BNDES (R\$181 milhões)	Vinculação da receita de 7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abr/2010.	12.156	maio/25
	4ª Emissão de Debêntures (R\$740 milhões)	Vinculação da receita de 32,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde jul/2010.	54.783	agosto/22
	8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões)	Vinculação da receita de 16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde set/2015.	21.339	agosto/28
	11ª Emissão de Debêntures (R\$226 milhões)	Vinculação da receita de 5,5 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abril/2017.	5.500	janeiro/31
Banco KfW	€ 100 milhões	Vinculação de receita equivalente a 1 (uma) vez o serviço da dívida mensal do contrato.	37.036	junho/23
BRK Ambiental	PPP do Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da Contraprestação referente a cada ano de vigência.	10.848	dezembro/28
Total da Receita Vinculada			257.365	

O quadro a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela COPASA MG nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, além da PPP do Rio Manso referentes ao exercício findo em 31.12.2019.

Receitas Vinculadas em 31 de dezembro de 2019				
	Instituição Financeira/Contrato	Garantia (Receita Vinculada)	Valor R\$ Mil	Término do Contrato
Caixa	Caixa - Financiamentos 2007/2008	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos 2007 e 2008.	5.766	setembro/31
	Caixa - PAC 2009	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	2.016	novembro/32
	5ª Emissão de Debêntures (R\$288 Milhões)	Vinculação de receita equivalente a no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	9.230	setembro/31
	Caixa - Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	Vinculação da receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	4.194	junho/35
	Caixa - Financiamentos 2012 (IN 24)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	530	maio/36
	Caixa - Financiamentos 2013 (IN 27)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	3.328	outubro/37
	Caixa - Financiamentos 2014 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	2.420	fevereiro/38
	Caixa - Financiamentos 2015 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	1.427	março/39
	Caixa - Financiamentos 2017 (IN 29)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	254	agosto/41
BNDES	3ª Emissão de Debêntures (R\$450 milhões)	Vinculação da receita de 18 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde dez/2007.	33.610	dezembro/19
	Financiamentos (PAC 2007 - 48 milhões)/ (PAC 2008 - R\$578 milhões)	Vinculação da receita de 26 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA desde mai/2008.	48.235	junho/23
	Financiamentos BNDES (R\$181 milhões)	Vinculação da receita de 7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abr/2010.	11.767	maio/25
	4ª Emissão de Debêntures (R\$740 milhões)	Vinculação da receita de 32,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde jul/2010.	53.736	agosto/22
	8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões)	Vinculação da receita de 16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde set/2015.	20.370	agosto/28
	11ª Emissão de Debêntures (R\$226 milhões)	Vinculação da receita de 5,5 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abril/2017.	5.871	janeiro/31
Banco KfW	€ 100 milhões	Vinculação de receita equivalente a 1 (uma) vez o serviço da dívida mensal do contrato.	27.396	junho/23
BRK Ambiental	PPP Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da Contraprestação referente a cada ano de vigência.	11.156	dezembro/28
Total da Receita Vinculada			241.306	

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A COPASA MG está sujeita às regras e aos limites impostos às instituições financeiras com relação ao contingenciamento de crédito ao setor público, conforme estabelece a Resolução nº 4.589/2017, editada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Essas regras estabelecem determinados parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a entidades do setor público, limitando, portanto, a capacidade de contrair dívidas com as instituições financeiras.

A COPASA MG está sujeita também a uma série de restrições contratuais estabelecidas pelos contratos de financiamentos, dentre as quais se destacam:

- limitações quanto à capacidade de contrair dívidas financeiras, tanto em reais (R\$), quanto em moeda estrangeira;
- restrições quanto à capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte dos ativos;
- objeções quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre as receitas, os bens, ativos e patrimônio;
- limitações quanto à capacidade de ceder, transferir, alienar, onerar, gravar, vincular, a qualquer título ou de qualquer forma atribuir qualquer direito sobre os direitos à indenização relativos a determinadas concessões;
- restrições quanto à capacidade de realizar reestruturações societárias; e
- manutenção de índice mínimos estabelecidos através de cláusulas contratuais restritivas - *covenants*, conforme destacadas a seguir:

Cláusulas Contratuais Restritivas - 31.12.2021

A Companhia possui empréstimos e financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e não financeiros, com periodicidade de apuração do resultado distintas, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

(i) Apuração trimestral com dados acumulados de 12 meses - *Covenants* de contratos com o BNDES:

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / despesas financeiras ajustadas	Igual ou superior a 3,8	Igual ou superior a 3,0
Dívida líquida ajustada / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8
Outras dívidas onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para os exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020:

Índice	31.12.2021	31.12.2020
EBITDA / despesas financeiras ajustadas ⁽¹⁾	3,5	9,0
Dívida Líquida ajustada ⁽²⁾ / EBITDA	1,7	1,6
Outras dívidas onerosas ⁽³⁾ / EBITDA	-	0,02

⁽¹⁾ Despesas Financeiras Ajustadas: somatório dos Juros e Despesas Financeiras incorridas no período excluídas as Despesas oriundas de Variação Cambial.

⁽²⁾ Dívida Líquida Ajustada: somatório do saldo devedor de curto e longo prazos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures menos Caixa e Equivalente de Caixa. Desconsidera-se a Libertas.

⁽³⁾ Outras Dívidas Onerosas: somatório das obrigações previdenciárias e com plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de Energia Elétrica.

Não houve descumprimento dos índices pactuados em nenhum dos trimestres de 2021 e 2020.

(ii) Apuração trimestral com dados acumulados de 12 meses – *Covenants* de contratos com a Caixa Econômica Federal - IN29

Índice	Limite
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,2

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para os exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020:

Índice	31.12.2021	31.12.2020
Dívida líquida / EBITDA	1,7	1,6
EBITDA / serviço da dívida	1,8	3,9

Não houve descumprimento dos índices pactuados em nenhum dos trimestres de 2021 e de 2020.

(iii) Apuração anual com dados acumulados do exercício social

iii-a) *Covenants* da 5ª emissão de debêntures (Caixa FI):

Índice	Limite
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Dívida líquida / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / receita operacional líquida ajustada	Igual ou superior a 36%

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para os exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020:

Índice	31.12.2021	31.12.2020
Exigível total / patrimônio líquido	0,9	0,8
EBITDA / serviço da dívida ⁽¹⁾	2,2	4,6
Dívida líquida / EBITDA ⁽²⁾	1,5	1,5
Dívida líquida / patrimônio líquido	0,4	0,5
EBITDA/receita operacional líquida ajustada	36%	41%

⁽¹⁾ Serviço da Dívida: é apurado somando-se os juros, a amortização e as taxas. Nesse sentido, o valor aproximado do serviço da dívida pode ser apurado somando-se essas rubricas no “Fluxo de caixa das atividades operacionais”,

constantes nas DFs. Trata-se de valor aproximado, visto que as taxas relacionadas aos financiamentos que compõem o Serviço da Dívida foram lançadas na rubrica “Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais” no referido fluxo de caixa.

(2) EBITDA: somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período; e (iii) das despesas financeiras.

Em 31.12.2021 e 31.12.2020, os índices pactuados estavam sendo cumpridos.

iii-b) Covenants do contrato com o KfW

Índice	Limite
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para os exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020:

Índice	31.12.2021	31.12.2020
Exigível total / patrimônio líquido	0,9	0,8
EBITDA / serviço da dívida ⁽¹⁾	1,6	4,3

⁽¹⁾ Serviço da Dívida: é apurado somando-se os juros, a amortização e as taxas. Nesse sentido, o valor aproximado do serviço da dívida pode ser apurado somando-se essas rubricas no “Fluxo de caixa das atividades operacionais”, constantes nas DFs. Trata-se de valor aproximado, visto que as taxas relacionadas aos financiamentos que compõem o Serviço da Dívida foram lançadas na rubrica “Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais” no referido fluxo de caixa.

Índice	31.12.2021	31.12.2020
Exigível total / patrimônio líquido	0,9	0,8
EBITDA / serviço da dívida ⁽¹⁾	1,8	3,9

⁽¹⁾ Serviço da Dívida: para o contrato assinado em dezembro/18 é apurado somando-se das amortizações de empréstimos e financiamentos, incluindo mútuo, títulos descontados com retorno, garantias e avais concedidos em benefício de terceiros, *leasings* comerciais, títulos de renda fixa de emissão pública e privada em mercados locais e internacionais, e o resultado líquido de operações com derivativos, mais o pagamento de despesas financeiras com efeito sobre o caixa do período, excluindo-se o serviço da dívida não recorrente..

Em 31.12.2021 e 31.12.2020 não houve descumprimento dos índices pactuados.

iii - c) Covenants financeiros da 12ª emissão de debêntures (públicas):

Índice	Limite
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 4,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,2

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para os exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020:

Índice	31.12.2021	31.12.2020
Dívida líquida ⁽¹⁾ / EBITDA	1,7	1,6
EBITDA / serviço da dívida ⁽²⁾	1,5	3,9

⁽¹⁾ significa empréstimos e financiamentos, incluindo mútuos, títulos descontados com regresso, avais e fianças prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/*leasing financeiro*, títulos de renda fixa frutos de emissões públicas e privadas nos mercados locais e internacionais e o resultado líquido das operações de derivativos, subtraído do caixa e equivalentes de caixa, conforme o *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

⁽²⁾ Serviço da Dívida: é apurado somando-se os juros, a amortização e as taxas. Nesse sentido, o valor aproximado do serviço da dívida pode ser apurado somando-se essas rubricas no “Fluxo de caixa das atividades operacionais”, constantes nas DFs. Trata-se de valor aproximado, visto que as taxas relacionadas aos financiamentos que compõem o Serviço da Dívida foram lançadas na rubrica “Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais” no referido fluxo de caixa.

Em 31.12.2021 e 31.12.2020 não houve descumprimento dos índices financeiros pactuados.

iii - d) Covenants financeiros das 13^a, 14^a, 15^a e 16^a emissões de debêntures (públicas):

Índice	Limite
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 4,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,2

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para os exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020:

Índice	31.12.2021	31.12.2020
Dívida líquida ⁽¹⁾ / EBITDA	1,7	1,6
EBITDA / serviço da dívida ⁽²⁾	1,8	3,9

⁽¹⁾ significa empréstimos e financiamentos, incluindo mútuos, títulos descontados com regresso, avais e fianças prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/*leasing financeiro*, *títulos de renda fixa* frutos de emissões públicas e privadas nos mercados locais e internacionais e o resultado líquido das operações de derivativos, subtraído do caixa e equivalentes de caixa, conforme o *IFRS*.

⁽²⁾ Serviço da Dívida: é apurado somando-se os juros, a amortização e as taxas, excluindo-se da definição Serviço da Dívida o somatório das amortizações de principal, juros, taxas e demais encargos não recorrentes e/ou não acobertadas pela geração de caixa da COPASA MG, ou seja, qualquer pagamento dos empréstimos e financiamentos realizados pela COPASA MG a título de antecipação, resgate antecipado e/ou amortização antecipada ou extraordinária, considerando o montante total desembolsado pela COPASA MG a esse título, inclusive eventual prêmio de amortização. Nesse sentido, o valor aproximado do serviço da dívida pode ser apurado somando-se essas rubricas no “Fluxo de caixa das atividades operacionais”, constantes nas DFs. Trata-se de valor aproximado, visto que as taxas relacionadas aos financiamentos que compõem o Serviço da Dívida foram lançadas na rubrica “Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais” no referido fluxo de caixa.

Em 31.12.2021 e 31.12.2020 não houve descumprimento dos índices financeiros pactuados.

iii-e) Covenants do contrato com o BEI:

Índice	Limite
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para o exercício findo em 31.12.2021 e 31.12.2020:

Índice	31.12.2021	31.12.2020
Dívida líquida ⁽¹⁾ / EBITDA	1,7	1,6
EBITDA / serviço da dívida ⁽²⁾	1,8	3,9
Exigível total / patrimônio líquido	0,9	0,8

(1) significa, em qualquer tempo, os empréstimos de curto e longo prazos, financiamentos, debêntures e outras obrigações, deduzindo o montante agregado do Ativo Líquido de posse do Mutuário à época;

(2) significa, com referência a qualquer Período Relevante, a soma sobre o Período Relevante imediatamente anterior, de amortizações de empréstimos e financiamentos, inclusive as garantias mútuas e descontadas com retorno, garantias e fianças fornecidas para o benefício de terceiros, leasings financeiros, garantias de renda fixa de emissões privadas e públicas em mercados nacionais e internacionais, e o resultado líquido de operações derivativas, mais o pagamento de despesas financeiras com efeito caixa no Período Relevante. A soma da amortização do principal, juros, impostos e outros encargos não recorrentes, e qualquer pagamento de empréstimos e financiamentos realizados pelo Mutuário como pagamento à vista, resgate antecipado, e/ou amortização antecipada ou extraordinária, considerando o montante total desembolsado pelo Mutuário para este propósito, inclusive qualquer amortização de ágio, é excluído da definição de “Serviço da Dívida”.

Em 31.12.2021 e 31.12.2020 não houve descumprimento dos índices pactuados.

iii – f) Covenants não financeiros das 12^a, 13^a, 14^a, 15^a e 16^a emissões de debêntures (públicas)

A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e indicadores não financeiros, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices e indicadores, a Companhia deve apresentar garantias reais adicionais ao credor ou restabelecer os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

Os *covenants* não financeiros foram impactados pelas decisões judiciais recentes exaradas no Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, ajuizado em 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia, referente à rescisão de contratos de trabalho em virtude da aplicação de extinta política de desligamentos. Conforme noticiado em Fato Relevante em 27.12.2021, a COPASA MG entendeu por rever o valor do provisionamento, ainda que não haja o valor da condenação na referida ação, tendo aumentado a provisão para esse processo em cerca de R\$217,0 milhões, cuja contabilização ocorreu em 31 de dezembro de 2021.

Ainda em dezembro de 2021, foram iniciadas as negociações com os debenturistas da 12^a, 13^a, 14^a e 15^a emissões, uma vez que as escrituras dessas debêntures preveem que constitui um Evento de Inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes a decisão desfavorável de 2º (segundo) grau em processos judiciais cujo valor seja superior a R\$50,0 milhões. Tal disposição pode ser verificada no texto extraído, exemplificativamente, do item IX, cláusula 7.26.2, da escritura da 12^a emissão, a seguir transcrito:

“7.26.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.26.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

(...)

IX. decisão em segundo grau de processos ou procedimentos judiciais, administrativos ou arbitrais, de qualquer natureza, em face da Companhia e/ou qualquer de suas Controladas ou Coligadas (a) cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda; (...);”

No caso das debêntures da 16ª Emissão constitui o Evento de Inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes a decisão desfavorável de 2º (segundo) grau em processos judiciais, cujo valor seja superior a R\$75,0 milhões. As negociações com os debenturistas dessa Emissão também se iniciaram em dezembro de 2021.

Em decorrência desse provisionamento, os debenturistas, em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGDs) da 13ª, 14ª, 15ª e 16ª emissões, realizadas no dia 10.03.2022, e da 12ª emissão, realizada em 21.03.2022, decidiram pela dispensa do cumprimento do inadimplemento contratual (*waiver*), recebendo em contrapartida um percentual sobre a dívida (*waiver fee*). Considerando as ações tomadas pela Companhia, que resultaram na efetiva obtenção dos *waivers*, as dívidas não estão vencíveis ou pagáveis no curto prazo, de forma que as referidas dívidas devem permanecer classificadas no passivo não circulante.

A administração da Companhia considera que essas demonstrações contábeis apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, e aplicou os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações do CPC cabíveis, exceto pela não aplicação do item 74 do Pronunciamento Técnico CPC 26 - “Apresentação das Demonstrações Contábeis” emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Conforme referido item, a Companhia deveria reclassificar as suas dívidas do passivo não circulante para o passivo circulante. No entanto, considerando a obtenção dos *waivers* junto aos credores, as dívidas da Companhia não se configuram como “passivo vencido e pagável à ordem do credor” e o atendimento ao item 74 do CPC 26 consistiria grave distorção do Balanço Patrimonial, pois faria com que as demonstrações financeiras da COPASA MG apresentassem no curto prazo dívidas no montante de R\$1,93 bilhão que, na data da publicação das demonstrações financeiras, não eram exigidas no curto prazo.

Assim, em conformidade com o item 19 do referido CPC 26, caso a dívida fosse reclassificada para o passivo circulante, a Administração entende que seria apresentada uma informação enganosa para os usuários das Demonstrações Contábeis, ferindo a finalidade de representação fidedigna dessas demonstrações, conflitando com o Pronunciamento Técnico “CPC 00 - Estrutura Conceitual para relatório financeiro”.

Cláusulas Contratuais Restritivas - 31.12.2020

A COPASA MG possui empréstimos e financiamentos com determinadas condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*), com base em determinados índices financeiros, devidamente auditados e com periodicidade de apuração do resultado distintas, conforme estabelecido nos respectivos contratos.

(iv) Apuração trimestral com dados acumulados de 12 meses - Covenants de contratos com o BNDES:

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / despesas financeiras ajustadas	Igual ou superior a 3,8	Igual ou superior a 3,0
Dívida líquida ajustada / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8
Outras dívidas onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para os exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019:

Índice	31.12.2020	31.12.2019
EBITDA / despesas financeiras ajustadas ⁽¹⁾	9,0	7,4
Dívida Líquida ajustada ⁽²⁾ / EBITDA	1,6	1,6
Outras dívidas onerosas ⁽³⁾ / EBITDA	0,002	0,02

⁽¹⁾ Despesas Financeiras Ajustadas: somatório dos Juros e Despesas Financeiras incorridas no período excluídas as Despesas oriundas de Variação Cambial.

⁽²⁾ Dívida Líquida Ajustada: somatório do saldo devedor de curto e longo prazos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures menos Caixa e Equivalente de Caixa. Desconsidera-se a Libertas.

⁽³⁾ Outras Dívidas Onerosas: somatório das obrigações previdenciárias e com plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de Energia Elétrica.

Não houve descumprimento dos índices pactuados em nenhum dos trimestres de 2020 e 2019.

(v) Apuração trimestral com dados acumulados de 12 meses – Covenants de contratos com a Caixa Econômica Federal - IN29

Índice	Limite
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,2

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para os exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019:

Índice	31.12.2020	31.12.2019
Dívida líquida / EBITDA	1,6	1,6
EBITDA / serviço da dívida	3,9	2,1

Não houve descumprimento dos índices pactuados em nenhum dos trimestres de 2020 e de 2019.

(vi) Apuração anual com dados acumulados do exercício social
iii-a) Covenants da 5ª emissão de debêntures (Caixa FI):

Índice	Limite
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Dívida líquida / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / receita operacional líquida ajustada	Igual ou superior a 36%

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para os exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019:

Índice	31.12.2020	31.12.2019
Exigível total / patrimônio líquido	0,8	0,7
EBITDA / serviço da dívida ⁽¹⁾	4,6	2,2
Dívida líquida / EBITDA ⁽²⁾	1,5	1,5
Dívida líquida / patrimônio líquido	0,5	0,4
EBITDA/receita operacional líquida ajustada	41%	40%

⁽¹⁾ Serviço da Dívida: é apurado somando-se os juros, a amortização e as taxas. Nesse sentido, o valor aproximado do serviço da dívida pode ser apurado somando-se essas rubricas no “Fluxo de caixa das atividades operacionais”, constantes nas DFs. Trata-se de valor aproximado, visto que as taxas relacionadas aos financiamentos que compõem o Serviço da Dívida foram lançadas na rubrica “Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais” no referido fluxo de caixa.

⁽²⁾ EBITDA: somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período; e (iii) das despesas financeiras.

Em 31.12.2020 e 31.12.2019, os índices pactuados estavam sendo cumpridos.

iii-b) Covenants do contrato com o KfW:

Índice	Limite
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para os exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019:

Índice	31.12.2020	31.12.2019
Exigível total / patrimônio líquido	0,8	0,7
EBITDA / serviço da dívida ⁽¹⁾	4,3	2,1

⁽¹⁾ Serviço da Dívida: é apurado somando-se os juros, a amortização e as taxas. Nesse sentido, o valor aproximado do serviço da dívida pode ser apurado somando-se essas rubricas no “Fluxo de caixa das atividades operacionais”, constantes nas DFs. Trata-se de valor aproximado, visto que as taxas relacionadas aos financiamentos que compõem o Serviço da Dívida foram lançadas na rubrica “Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais” no referido fluxo de caixa.

Índice	31.12.2020	31.12.2019
Exigível total / patrimônio líquido	0,8	0,7
EBITDA / serviço da dívida ⁽¹⁾	3,9	2,1

⁽¹⁾ Serviço da Dívida: para o contrato assinado em dezembro/18 é apurado somando-se das amortizações de empréstimos e financiamentos, incluindo mútuo, títulos descontados com retorno, garantias e avais concedidos em benefício de terceiros, leasings comerciais, títulos de renda fixa de emissão pública e privada em mercados locais e internacionais, e o resultado líquido de operações com derivativos, mais o pagamento de despesas financeiras' com efeito sobre o caixa do período, excluindo-se o serviço da dívida não recorrente..

Em 31.12.2020 e 31.12.2019 não houve descumprimento dos índices pactuados.

iii-c) Covenants da 7ª emissão de debêntures (públicas):

Índice	Limite
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para os exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019:

Índice	31.12.2020	31.12.2019
Dívida líquida ⁽¹⁾ / EBITDA	1,6	1,6
EBITDA / serviço da dívida ⁽²⁾	4,3	2,1

⁽¹⁾ Dívida Líquida: corresponde ao total da dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) de curto e longo prazos, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial da Emissora, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa de curto e longo prazo. Desconsidera-se a Libertas.

⁽²⁾ Serviço da Dívida: é apurado somando-se os juros, a amortização e as taxas, desconsiderando o Serviço da Dívida não recorrente e/ou não acobertado pela geração de caixa da Emissora. Nesse sentido, o valor aproximado do serviço da dívida pode ser apurado somando-se essas rubricas no “Fluxo de caixa das atividades operacionais”, constantes nas DFs. Trata-se de valor aproximado, visto que as taxas relacionadas aos financiamentos que compõem o Serviço da Dívida foram lançadas na rubrica “Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais” no referido fluxo de caixa.

Em 31.12.2020 e 31.12.2019 não houve descumprimento dos índices pactuados.

iii - d) *Covenants* da 12^a emissão de debêntures (públicas):

Índice	Limite
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 4,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,2

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para os exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019:

Índice	31.12.2020	31.12.2019
Dívida líquida ⁽¹⁾ / EBITDA	1,6	1,6
EBITDA / serviço da dívida ⁽²⁾	3,9	2,1

⁽¹⁾ significa empréstimos e financiamentos, incluindo mútuos, títulos descontados com regresso, avais e fianças prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/*leasing financeiro*, títulos de renda fixa frutos de emissões públicas e privadas nos mercados locais e internacionais e o resultado líquido das operações de derivativos, subtraído do caixa e equivalentes de caixa, conforme o *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

⁽²⁾ Serviço da Dívida: é apurado somando-se os juros, a amortização e as taxas. Nesse sentido, o valor aproximado do serviço da dívida pode ser apurado somando-se essas rubricas no “Fluxo de caixa das atividades operacionais”, constantes nas DFs. Trata-se de valor aproximado, visto que as taxas relacionadas aos financiamentos que compõem o Serviço da Dívida foram lançadas na rubrica “Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais” no referido fluxo de caixa.

Em 31.12.2020 e 31.12.2019 não houve descumprimento dos índices pactuados.

iii - e) *Covenants* da 13^a, 14^a e 15^a emissões de debêntures (públicas):

Índice	Limite
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 4,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,2

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para os exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019:

Índice	31.12.2020	31.12.2019
Dívida líquida ⁽¹⁾ / EBITDA	1,6	1,6
EBITDA / serviço da dívida ⁽²⁾	3,9	2,1

⁽¹⁾ significa empréstimos e financiamentos, incluindo mútuos, títulos descontados com regresso, avais e fianças prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/*leasing financeiro*, títulos de renda fixa frutos de emissões públicas e privadas nos mercados locais e internacionais e o resultado líquido das operações de derivativos, subtraído do caixa e equivalentes de caixa, conforme o *IFRS*.

⁽²⁾ Serviço da Dívida: é apurado somando-se os juros, a amortização e as taxas, excluindo-se da definição Serviço da Dívida o somatório das amortizações de principal, juros, taxas e demais encargos não recorrentes e/ou não acobertadas pela geração de caixa da COPASA MG, ou seja, qualquer pagamento dos empréstimos e financiamentos realizados pela COPASA MG a título de antecipação, resgate antecipado e/ou amortização antecipada ou extraordinária, considerando o montante total desembolsado pela COPASA MG a esse título, inclusive eventual prêmio de amortização. Nesse sentido, o valor aproximado do serviço da dívida pode ser

apurado somando-se essas rubricas no “Fluxo de caixa das atividades operacionais”, constantes nas DFs. Trata-se de valor aproximado, visto que as taxas relacionadas aos financiamentos que compõem o Serviço da Dívida foram lançadas na rubrica “Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais” no referido fluxo de caixa.

Em 31.12.2020 e 31.12.2019 não houve descumprimento dos índices pactuados.

iii-f) Covenants do contrato com o BEI:

Índice	Limite
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte resultado para o exercício findo em 31.12.2020:

Índice	31.12.2020
Dívida líquida ⁽¹⁾ / EBITDA	1,6
EBITDA / serviço da dívida ⁽²⁾	3,9
Exigível total / patrimônio líquido	0,8

(1) significa, em qualquer tempo, os empréstimos de curto e longo prazos, financiamentos, debêntures e outras obrigações, deduzindo o montante agregado do Ativo Líquido de posse do Mutuário à época;

(2) significa, com referência a qualquer Período Relevante, a soma sobre o Período Relevante imediatamente anterior, de amortizações de empréstimos e financiamentos, inclusive as garantias mútuas e descontadas com retorno, garantias e fianças fornecidas para o benefício de terceiros, leasings financeiros, garantias de renda fixa de emissões privadas e públicas em mercados nacionais e internacionais, e o resultado líquido de operações derivativas, mais o pagamento de despesas financeiras com efeito caixa no Período Relevante. A soma da amortização do principal, juros, impostos e outros encargos não recorrentes, e qualquer pagamento de empréstimos e financiamentos realizados pelo Mutuário como pagamento à vista, resgate antecipado, e/ou amortização antecipada ou extraordinária, considerando o montante total desembolsado pelo Mutuário para este propósito, inclusive qualquer amortização de ágio, é excluído da definição de “Serviço da Dívida”.

Referente a eventuais restrições quanto à alienação de controle societário, a COPASA MG informa que, nos termos do inciso II do §4º e do §17 do artigo 14 da Constituição do Estado de Minas Gerais, a desestatização só poderá ocorrer mediante prévia realização de um referendo popular que assim a determine, e, caso haja aprovação do referendo, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais deverá promulgar lei que autorize a transferência do controle acionário pelo Estado.

A COPASA MG recebeu, em 26.05.2020, Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, informando que o Conselho Mineiro de Desestatização, instituído por meio do Decreto Estadual nº 47.766, de 26.11.2019, autorizou o BNDES, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica assinado em 05.09.2019, a realizar consulta ao mercado visando à contratação de serviços técnicos necessários à estruturação e implementação do processo de desestatização da COPASA MG, assim como o serviço de auditoria externa independente, abrangendo o acompanhamento e a fiscalização da sua implementação. Essa informação foi divulgada ao mercado na mesma data, por meio de Fato Relevante.

Em 09.09.2020, foi divulgado novo Fato Relevante informando que a COPASA MG recebeu Ofício SEDE, informando que o Conselho Mineiro de Desestatização - CMD autorizou a assinatura de contrato com o BNDES, no âmbito do Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica assinado em 19.02.2020, para prestação de serviços técnicos necessários a estruturação e implementação do processo de desestatização da COPASA MG, para a qual é necessária autorização legislativa.



g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A COPASA MG possuía, em 31.12.2021, linha de crédito disponível, num montante total de R\$1,68 bilhão, sendo R\$42,8 milhões junto ao BNDES, R\$312,2 milhões junto à Caixa, €74,7 milhões (equivalente a R\$472,1 milhões) contratados com o KfW e €135,0 milhões (equivalente a R\$853,3 milhões) junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI) que serão utilizados no Programa de Investimentos.

Recursos Contratados e a Liberar (R\$ milhões)

Agente Financeiro	Limites Contratados ⁽¹⁾	Valor a liberar	% a liberar ⁽³⁾
BNDES	366,7	42,8	11,7%
Caixa	852,8	312,2	36,6%
KfW ⁽²⁾	510,4	472,1	92,5%
BEI	925,1	853,3	92,2%
Total	2.655,0	1.680,4	63,3%

1) Consideram-se apenas os contratos em andamento.

2) Valor convertido em reais (R\$) considerando o Euro na data de encerramento do exercício.

3) Valor a liberar de cada agente financeiro em relação ao contratado.



h. alterações significativas em cada item das DFs

Análise das variações patrimoniais em 31.12.2021 comparada a 31.12.2020

A seguir, são apresentados os balanços patrimoniais consolidados (COPASA e COPANOR), relativos aos períodos terminados em 31.12.2021 e 31.12.2020, e as respectivas Análises Horizontais (AH) e Análises Verticais (AV), com os comentários dos Diretores.

A Análise Horizontal compara itens das DFs consolidadas, visando a determinar a respectiva evolução ao longo do tempo. A Análise Vertical corresponde à representatividade, em termos percentuais, de cada item das demonstrações de resultado em relação às receitas líquidas em um determinado período, ou de saldos de contas dos balanços patrimoniais da Companhia em relação ao ativo total ou passivo total em determinada data.

ATIVO (R\$ mil)	31.12.2021	AV ¹	31.12.2020	AV	AH ² 31.12.2021 X 31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	1.309.721	10,3%	805.619	6,8%	62,6%
Contas a receber de clientes	1.000.456	7,9%	1.045.441	8,9%	-4,3%
Bancos e aplicações de convênios	3.320	-	24.500	0,2%	-86,4%
Caução em garantia de financiamentos	-	-	8.332	0,1%	-
Estoques	87.349	0,7%	64.921	0,6%	34,5%
Impostos a recuperar	100.882	0,8%	18.509	0,2%	-
Convênio de cooperação técnica	38.289	0,3%	16.170	0,1%	-
Créditos diversos	22.994	0,2%	20.876	0,2%	10,1%
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	2.563.011	20,1%	2.004.368	17,0%	27,9%
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Contas a receber de clientes	37.092	0,3%	-	-	-
Caução em garantia de financiamentos	65.853	0,5%	191.642	1,6%	-65,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	409.039	3,2%	293.349	2,5%	39,4%
Aplicação financeira vinculada	77.228	0,6%	75.715	0,6%	2,0%
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	26.153	0,2%	76.603	0,7%	-65,9%
Ativos financeiros - contratos de concessão	752.253	5,9%	709.052	6,0%	6,1%
Convênio de cooperação técnica	5.165	-	26.188	0,2%	-80,3%
Créditos diversos	59.098	0,5%	66.762	0,6%	-11,5%
Ativo de contrato	1.488.995	11,7%	787.233	6,7%	89,1%
Direitos de uso de arrendamento mercantil	72.703	0,6%	61.719	0,5%	17,8%
	2.993.579	23,5%	2.288.263	19,4%	30,8%
Investimentos	260	-	260	-	-
Intangível	5.691.267	44,7%	5.958.914	50,6%	-4,5%
Imobilizado	1.473.533	11,6%	1.520.652	12,9%	-3,1%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.158.639	79,9%	9.768.089	83,0%	4,0%
TOTAL DO ATIVO	12.721.650	100,0%	11.772.457	100,0%	8,1%

1) AV: Análise Vertical

2) AH: Análise Vertical



PASSIVO (R\$ mil)	31.12.2021	AV	31.12.2020	AV	AH ²
					31.12.2021 X 31.12.2020
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	190.315	1,5%	201.851	1,7%	-5,7%
Debêntures	609.822	4,8%	393.905	3,3%	54,8%
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	26.311	0,2%	32.626	0,3%	-19,4%
Parceria público privada	52.331	0,4%	47.975	0,4%	9,1%
Fornecedores	307.967	2,4%	213.289	1,8%	44,4%
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais	77.078	0,6%	80.230	0,7%	-3,9%
Parcelamento de impostos	6.623	0,1%	-	-	-
Provisão para férias e 13º	120.472	0,9%	126.354	1,1%	-4,7%
Convênio de cooperação técnica	1.214	-	3.547	0,0%	-65,8%
Participação dos empregados nos lucros	125.178	1,0%	91.336	0,8%	37,1%
Obrigações de benefício de aposentadoria	16.614	0,1%	21.998	0,2%	-24,5%
Juros sobre o capital próprio	265	-	72.270	0,6%	-99,6%
Obrigações diversas	376.349	3,0%	102.850	0,9%	265,9%
Total do passivo circulante	1.910.539	15,0%	1.388.231	11,8%	37,6%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	878.079	6,9%	1.072.146	9,1%	-18,1%
Debêntures	2.307.128	18,1%	2.113.239	18,0%	9,2%
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	49.331	0,4%	31.512	0,3%	56,5%
Parceria público privada	208.654	1,6%	258.251	2,2%	-19,2%
Provisão para demandas judiciais	378.121	3,0%	134.534	1,1%	-
Obrigações de benefício de aposentadoria	112.764	0,9%	223.892	1,9%	-49,6%
Convênio de cooperação técnica	1.977	-	-	-	-
Obrigações diversas	115.099	0,9%	94.040	0,8%	22,4%
Total do passivo não circulante	4.051.153	31,8%	3.927.614	33,4%	3,1%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social realizado	3.402.385	26,7%	3.402.385	28,9%	-
Reservas de lucro	3.402.583	26,7%	3.147.591	26,7%	8,1%
Ações em tesouraria	(8.576)	-0,1%	(8.576)	-0,1%	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(36.434)	-0,3%	(84.788)	-0,7%	-57,0%
Total do patrimônio líquido	6.759.958	53,1%	6.456.612	54,8%	4,7%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.721.650	100,0%	11.772.457	100,0%	8,1%



Análise das variações das contas patrimoniais em 31.12.2021 comparada a 31.12.2020

Ativo Circulante

O ativo circulante apresentou aumento de 27,9% em 31.12.2021, se comparado ao ativo circulante registrado no exercício findo em 31.12.2020. A seguir, os Diretores comentam sobre as variações mais relevantes nas contas patrimoniais:

Caixa e equivalente de caixa

O saldo da conta caixa e equivalentes de caixa apresentou elevação de 62,6% em 31.12.2021, em comparação com o valor observado em 31.12.2020, em função, principalmente, da geração de caixa da Companhia registrada ao longo do exercício de 2021 e reflexo da entrada de recursos provenientes da 16ª Emissão de Debêntures ocorrida em setembro de 2021.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, no ativo circulante, apresentaram redução de 4,3% em 31.12.2021, comparativamente a 31.12.2020, em função, principalmente, dos esforços empreendidos pela Companhia para a negociação e monitoramento da adimplência dos clientes. No quadro a seguir, é apresentado o detalhamento das contas a receber de clientes da Companhia para os exercícios findos em 2021 e em 2020:

Valores (R\$ Mil)	31.12.2021	31.12.2020
Vencidos	610.248	587.607
Vencidos até 30 dias	215.626	220.591
Vencidos de 31 até 60 dias	93.549	99.399
Vencidos de 61 até 90 dias	56.952	58.910
Vencidos de 91 até 180 dias	99.337	125.262
Vencidos de 181 até 360 dias	136.315	61.646
Vencidos acima de 360 dias	8.469	21.799
A vencer	277.820	252.909
Faturados	888.068	840.516
Faturados circulante	850.976	840.516
Faturados não circulante	37.092	-
A faturar	390.626	402.420
Contas a receber de clientes⁽¹⁾	1.278.694	1.242.936
(-) Provisão para perdas esperadas do contas a receber de Clientes	(241.146)	(197.495)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.037.548	1.045.441

⁽¹⁾ Contempla o contas a receber do acionista Estado de Minas Gerais.

O saldo devedor do Estado de Minas Gerais, no âmbito da Controladora, verificado em 31.12.2021 e 31.12.2020, respectivamente, é como especificado abaixo:

Estado de Minas Gerais (Controladora – R\$ Mil)	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020
Faturados	20.232	16.127
A faturar	10.248	8.216
Contas a receber	30.480	24.343

Bancos e aplicações de convênios



A conta bancos e aplicações de convênios registrou uma redução de 86,4% em 31.12.2021, em comparação com o valor registrado em 31.12.2020, em função, principalmente, da redução no montante de aplicações financeiras relacionadas a convênios e da existência de maior saldo de valores registrados em contas a classificar.

Caução em garantia de financiamentos

A conta caução em garantia de financiamentos de curto prazo foi criada em 2020 em função da reclassificação, de longo para o curto prazo, da caução referente à 3ª Emissão de Debêntures, cujo contrato financeiro foi encerrado em dezembro de 2019. O valor total da garantia foi resgatado durante o exercício de 2021.

Estoques

A conta de estoque registrou incremento de 34,5% em 31.12.2021, em comparação com 31.12.2020, tendo em vista, principalmente, o aumento de saldo de materiais em estoque no período.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar registraram um aumento de 445,0% em 31.12.2021, quando comparado com 31.12.2020, devido, principalmente, aos créditos de PIS/COFINS identificados em 2021, bem como ao saldo negativo de IRPJ/CSLL de 2021, os quais serão compensados em 2022.

Convênio de cooperação técnica

A elevação de 136,8% na conta de convênio de cooperação técnica em 31.12.2021, quando comparada com 31.12.2020, deveu-se, principalmente, à movimentação do não circulante para o circulante dos valores previstos para serem recebidos nos próximos 12 meses, conforme datas de vigência previstas nesses convênios.

Créditos Diversos

O saldo da conta créditos diversos em 31.12.2021 apresentou elevação de 10,1% em comparação com 31.12.2020, devido principalmente ao aumento no adiantamento de repasse tarifário ao poder concedente.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 4,0% em 31.12.2021, quando comparado com 31.12.2020, passando de R\$9,8 bilhões em 31.12.2020 para R\$10,1 bilhões em 31.12.2021. A seguir, as contas que apresentaram variações mais significativas:

Caução em garantia de financiamentos

A conta de caução em garantia de financiamentos em 31.12.2021, apresentou redução de 65,6%, em comparação com 31.12.2020, em função da Liquidação da dívida do BNY/BB, já que foi utilizada a garantia para complementar a amortização final.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos



O aumento de 39,4% nessa conta em 31.12.2021, comparado a 31.12.2020, deveu-se, principalmente, ao acréscimo das provisões para demandas judiciais, à diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro e ao acréscimo de provisões temporárias diversas.

Aplicação financeira vinculada

O saldo da conta de aplicação financeira vinculada ficou em linha nos períodos comparativos.

Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O saldo da conta de Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes reduziu 65,9% em 31.12.2021 quando comparado com 31.12.2020, em função do ajuste na contabilização do investimento na Sociedade de Propósito Específico - SPE, no qual a COPASA MG possui 15,5% de participação na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A. O valor registrado nesta conta em 31.12.2020 considerava a expectativa de término da referida SPE para janeiro/2026, no entanto, a empresa Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil – VSB, em setembro de 2021, exerceu seu direito contratual de compra dos ativos da GS Inima Industrial Jeceaba S/A (resilição imotivada), no valor de R\$448 milhões. Assim, a empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A encerrou suas operações e o valor do investimento, em dezembro de 2021, foi ajustado, considerando não haver mais expectativa de fluxo de caixa futuro.

Ativos financeiros - contratos de concessão

O saldo da conta ativos financeiros - contrato de concessão, apresentou acréscimo de 6,1%, em 31.12.2021, comparativamente a 31.12.2020, em função da entrada em operação de diversos empreendimentos e da conclusão de obras em 2021.

Convênio de Cooperação Técnica

A redução de 80,3% na conta convênio de cooperação técnica em 31.12.2021, quando comparada com 31.12.2020, deveu-se, principalmente, à movimentação do não circulante para o circulante, de valores previstos para serem recebidos nos próximos 12 meses, conforme datas de vigência previstas nesses convênios.

Créditos diversos

A redução de 11,5% no saldo da conta de créditos diversos em 31.12.2021, comparativamente a 31.12.2020, ocorreu em função, principalmente, de redução em adiantamentos de repasse tarifário.

Ativo de Contrato

O aumento de 89,1% na conta de ativo de contrato, em 31.12.2021, quando comparada a 31.12.2020, é decorrente, principalmente, das adições no montante de R\$830 milhões ocorridas no exercício de 2021 referentes a obras em diversas localidades operadas pela Companhia, com destaque para implantação dos sistemas de abastecimento de água cidades de Montes Claros, Paracatu e Patos de Minas, e implantação dos sistemas de esgotamento sanitário nas cidades de Divino, Divinópolis, Espinosa, Ibitité, Inhapim, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, Sabará e Ubá.

Direitos de Uso de Arrendamento Mercantil



Os valores contabilizados nesta conta apresentaram elevação de 17,8% em 31.12.2021, comparativamente a 31.12.2020, em função de inclusão de novos contratos de arrendamento em 2021.

Intangível

A redução de 4,5% na conta do intangível, em 31.12.2021, quando comparada a 31.12.2020, é decorrente, principalmente, de menor volume de incorporação de obras encerradas neste exercício.

Imobilizado

A redução de 3,1% na conta do Imobilizado em 31.12.2021, quando comparada a 31.12.2020, é decorrente, principalmente, do aumento da depreciação acumulada, que reduz os valores residuais em cada período.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou em 37,6% em 31.12.2021, se comparado com o valor registrado em 31.12.2020. A seguir, as contas que apresentaram variações mais significativas:

Empréstimos e financiamentos

As contas de empréstimos e financiamentos, no passivo circulante, apresentaram redução de 5,7% em 31.12.2021, quando comparadas com 31.12.2020 e refletem as movimentações nos saldos dessas contas, conforme detalhado no quadro com os compromissos de curto prazo (item 10.1.f.i deste Relatório).

Debêntures

A conta de debêntures, no passivo circulante, apresentou elevação de 54,8% em 31.12.2021 quando comparada com o saldo em 31.12.2020, sendo que as movimentações nos saldos dessa conta são detalhadas no item 10.1.f.i deste Relatório.

Direito de Uso - Arrendamento Mercantil

Os valores contabilizados em 31.12.2021 são oriundos do reconhecimento das obrigações a liquidar nos próximos 360 dias, provenientes dos contratos de arrendamento, conforme aplicação do CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos.

Parceria Público-Privada

O aumento de 9,1% no saldo da conta de parceria público-privada, no passivo circulante, reflete a transferência de valores do passivo de longo prazo para o curto prazo, no valor correspondente às parcelas a serem pagas como amortização de investimentos (CAPEX).

Fornecedores

O aumento de 44,4% em 31.12.2021, quando comparado com o valor observado em 31.12.2020, é reflexo, principalmente, de maior saldo de valores a pagar aos fornecedores, de modo geral, ao final do período.

Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais



O saldo dessa conta em 31.12.2021 reduziu 3,9% em comparação com o saldo em 31.12.2020 em decorrência de variações normais em impostos, taxas e contribuições e, sobretudo, redução do saldo de imposto retido de juros sobre capital próprio, ao final do período.

Outras obrigações fiscais

O saldo desta conta se refere a provisão tributária. A Companhia realizou novos estudos e análises sobre a correção do procedimento adotado em relação ao aproveitamento dos créditos relativos às contribuições devidas ao PIS e COFINS decorrentes da aquisição de edificações destinadas à formação e manutenção de infraestrutura e registradas em contas do Ativo Intangível. A partir desse levantamento, considerando as probabilidades de êxito acerca do procedimento que vinha sendo adotado, a Companhia decidiu modificá-lo e rever a metodologia de tomada de créditos sobre seus ativos. Em decorrência, passou a reconhecer os créditos relativos aos ativos intangíveis relacionados às edificações destinadas a compor a infraestrutura, à medida que estes forem amortizados.

Participação dos empregados nos lucros

A conta de participação dos empregados nos lucros apresentou uma elevação de 37,1% em 31.12.2021, na comparação com 31.12.2020, pois os valores referentes aos exercícios de 2019 e 2020, em função de dissídio coletivo, ainda se encontravam provisionados no encerramento do exercício de 2021.

Obrigações com benefício de aposentadoria

Essa conta apresentou redução de 24,5% em 31.12.2021, comparativamente a 31.12.2020, em função das amortizações realizadas ao longo de 2021.

Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

A redução de 99,6% na conta em 31.12.2021, comparativamente a 31.12.2020, é decorrente, principalmente, dos valores declarados e pagos referentes ao JCP nos períodos comparativos. Conforme Política de Dividendos da COPASA MG, os pagamentos dos dividendos regulares são realizados em até 60 dias após a aprovação pelo Conselho de Administração, exceto os valores do 4º trimestre, cuja data de pagamento é definida na AGO que aprova as DFs. Considerando o resultado do encerramento de 2021, não houve distribuição de JCP no 4T21. Já no 4T20 o valor do JCP foi de R\$75,5 milhões.

Obrigações diversas

O aumento de 265,9% na conta de obrigações diversas em 31.12.2021, em comparação com 31.12.2020, é decorrente principalmente de provisionamentos referentes a obrigações oriundas do acordo coletivo; Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI e devoluções de tarifas referentes a processos administrativos instaurados pela Arsae-MG.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou em 3,1% em 31.12.2021, quando comparado com 31.12.2020. A seguir as contas que apresentaram variações mais significativas:

Empréstimos e financiamentos



As contas de empréstimos e financiamentos, no passivo não circulante, apresentaram redução de 18,1% em 31.12.2021, quando comparadas com 31.12.2020 e refletem as movimentações nos saldos dessas contas, conforme detalhado no quadro com os compromissos de longo prazo (item 10.1.f.i deste Relatório).

Debêntures

A conta de debêntures (passivo não circulante) apresentou aumento de 9,2% em 31.12.2021, quando comparadas com o saldo em 31.12.2020 e refletem as movimentações nos saldos dessas contas, conforme detalhado no quadro com os compromissos de longo prazo (item 10.1.f.i deste Relatório).

Arrendamento Mercantil

Os valores registrados em 31.12.2021 foram 56,5% superiores aos de 31.12.2020, em função de inclusão de novos contratos de arrendamento.

Parceria Público-Privada (PPP)

A queda de 19,2% na conta Parceria Público Privada reflete o decréscimo dos valores a pagar no longo prazo, em função das amortizações realizadas pela COPASA MG nos últimos 12 meses.

Provisão para demandas judiciais

A elevação em 181,1% na conta de provisão para demandas judiciais em 31.12.2021, se comparado a 31.12.2020, deveu-se, principalmente, ao aumento de R\$217 milhões no valor provisionado referente ao processo 0102100-74.2008.5.03.0024, em curso na 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, conexas à ação civil pública. Nesse processo, o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho questionam a extinta política de desligamento pela Companhia e pleiteiam a reintegração dos empregados desligados sob essa política, com o pagamento de salários vincendos e vencidos.

Obrigações com benefício de aposentadoria

A redução apresentada nesta conta em 31.12.2021, comparativamente a 31.12.2020, se deu em função da redução das obrigações de longo prazo relacionadas aos planos de pensão, principalmente do valor presente das obrigações financiadas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 4,7% em 31.12.2021 quando comparado com 31.12.2020, passando de R\$6,5 bilhões para R\$6,8 bilhões. A seguir as contas que apresentaram variações mais significativas:

Capital social realizado

Não houve variação nos dois períodos em análise na conta de capital social realizado.

Reservas de lucros

Esta conta apresentou aumento de 8,1% em função, principalmente, da elevação das reservas constituídas. Há de se destacar que, referente ao exercício findo em 31.12.2021, a proposta da administração é de constituição de reservas de lucros no montante de R\$215,3 milhões.

Ações em tesouraria



Não houve variação nos 2 (dois) períodos em análise na conta de ações em tesouraria.

Ajustes de avaliação patrimonial

A redução de 57,0% na conta de ajustes de avaliação patrimonial em 31.12.2021, quando comparada com 31.12.2020, é decorrente da redução das obrigações de benefícios de aposentadoria, que levou à diminuição de perda atuarial com benefícios de aposentadoria no montante de R\$82 milhões.

Os Diretores comentam a seguir sobre os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais, comparando-se os doze meses encerrados em 31.12.2021, com o mesmo período de 2020

De acordo com a administração da Companhia, os principais fatores que impactaram os resultados operacionais da Companhia, no exercício de 31.12.2021, em relação ao mesmo período de 2020, foram:

Receita Líquida de Água e de Esgoto

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os principais fatores que influenciaram a receita líquida de água e esgoto nos períodos comparativos:

- reajuste com efeito tarifário médio de -1,52%, aplicado em agosto de 2021 e de 3,04% aplicado em novembro de 2020, no âmbito da Controladora.
- crescimento no número de economias (unidades consumidoras) de água em 2,2% e de esgoto em 3,0%, no âmbito da Companhia; e
- aumento de 0,6% no volume medido por economia de água e de 0,3% no volume medido por economia de esgoto, no âmbito da Controladora.

O quadro a seguir mostra os valores dos períodos comparativos das Receitas Líquidas do exercício findo em 31.12.2021, comparativamente com o mesmo período de 2020:

Especificação (R\$ mil)	2021	2020	Variação (%)
Receita Direta de Água	3.306.865	3.146.331	5,1%
Receita Direta de Esgoto	1.825.291	1.814.176	0,6%
Receita Direta	5.132.156	4.960.507	3,5%
Receita Indireta de Água	79.985	75.447	6,0%
Receita Indireta de Esgoto	8.762	12.882	-32,0%
Receita Indireta	88.747	88.329	0,5%
Receita Líquida de Água e Esgoto	5.220.903	5.048.836	3,4%
Resíduos Sólidos	2.265	2.090	8,4%
Receita Líquida de Água, Esgoto e Resíduos Sólidos	5.223.168	5.050.926	3,4%

Custos dos Serviços Vendidos, Despesas com Vendas e Despesas Administrativas

O quadro a seguir mostra os valores dos períodos comparativos:

Especificação (R\$ mil)	2021	2020	Variação (%)
Custos Administráveis	2.744.165	2.534.045	8,30%
Pessoal	1.511.145	1.432.793	5,5%
Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	152.171	-	-
Serviços de Terceiros	481.275	418.858	14,90%
PPP do Rio Manso	86.058	77.792	10,60%
Material	72.905	60.938	19,60%
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a	226.153	374.482	-39,60%
Repasse Tarifário a Municípios	172.156	133.492	29,00%
Custos Operacionais Diversos	42.302	35.690	18,50%
Custos não Administráveis	650.511	543.049	19,80%
Energia Elétrica	572.610	462.211	23,90%
Telecomunicações	13.904	12.489	11,30%
Material de Tratamento	89.605	96.400	-7,00%
Combustíveis e Lubrificantes	33.184	26.340	26,00%
Créditos Tributários	-58.792	-54.391	8,10%
Custos de Capital			
Depreciações e Amortizações	748.652	646.216	15,90%
Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	12.546	21.252	-41,00%
Total	4.155.874	3.744.562	11,00%

Os principais fatores que impactaram os custos dos serviços vendidos, despesas com vendas e despesas administrativas no exercício encerrado em 31.12.2021, em relação ao mesmo período de 2020 foram:

Pessoal (salários e encargos)

No período de 12 meses findo em 31.12.2021, esse item apresentou elevação de 16,1% em relação ao mesmo período de 2020. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas, no âmbito da Controladora (COPASA MG):

- provisões realizadas para o Acordo Coletivo de Trabalho - ACT de 2019 a 2021, cujo índice de referência é o INPC, sendo que o seu cálculo tomava como base as propostas em discussão e as expectativas da Companhia. Em fevereiro de 2022 foram concluídas as negociações com os Sindicatos sobre o Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2019/2022, incluindo a ação judicial de cumprimento da Participação dos Empregados nos Lucros - PL do ano de 2019. O valor referente a esse acordo vem sendo provisionado, considerando as propostas e expectativas da Companhia, perfazendo, em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R\$178,8 milhões. Foi acordado também a alteração da “data base” de maio para novembro, gerando, além dos valores já provisionados, a correção dos salários e dos vales alimentação e refeição, a partir de 01 de novembro de 2021, no percentual de 5,00%, contabilizados no 1º (primeiro) trimestre de 2022.
- Provisão para a participação dos empregados nos lucros, que em 2021 totalizou R\$33,3 milhões (R\$52,0 milhões em 2020);



- aumento de R\$22,2 milhões nos gastos com programa de saúde, em função de menor utilização dos serviços médicos em 2020;
- aumento de R\$2,4 milhões nos gastos com Programa Vale Transporte, em função de menor utilização em 2020; e
- apropriação de R\$74,5 milhões em 2021 (R\$72,6 milhões em 2020) ao ativo intangível de valores incorridos nos custos, ou seja, capitalização contábil de gastos com pessoal.

Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI

Refere-se aos gastos com o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI da COPASA MG, cujo Regulamento foi aprovado pelo Conselho de Administração em 17.06.2021. Empregados aposentados pelo INSS por tempo de contribuição, idade ou aposentadoria especial, cuja aposentadoria tenha sido concedida até 13.11.2019, data anterior ao início de vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019, puderam aderir ao Programa durante o mês de agosto de 2021.

No total, 1.098 empregados da Companhia fizeram adesão ao Programa. As dispensas se iniciaram em outubro de 2021 e foram programadas para finalizar em março de 2022, ocorrendo aproximadamente 200 desligamentos por mês.

Os gastos com indenizações e incentivos foram estimados em R\$152,2 milhões, cuja provisão foi integralmente contabilizada no terceiro trimestre de 2021. O *payback* estimado é de 11 meses, permitindo uma economia mensal de aproximadamente R\$14 milhões nos gastos com pessoal da Companhia, considerando o desligamento da totalidade dos empregados que aderiram ao Programa.

Serviços de Terceiros

Essa conta apresentou aumento de 14,9%. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas, no âmbito da Controladora (COPASA MG):

- aumento de R\$16,1 milhões nos gastos com informática, em função de novas contratação de serviços dessa natureza, bem como de aplicação de reajustes previstos contratualmente;
- elevação de R\$8,6 milhões com serviços técnicos profissionais, em função, principalmente, dos gastos incorridos com o banco coordenador das debêntures (16ª Emissão), com a consultoria contratada para apoio no processo da 2ª Revisão Tarifária, bem como com a consultoria para apoio em assuntos contábeis e tributários;
- elevação de R\$3,7 milhão com gastos referentes a cortes, suspensão e religação de água; e
- elevação de gastos com serviços diversos, em função de reajustes contratuais e formalização de novos contratos.

PPP do Rio Manso

Esse item apresentou aumento de 10,6%, em função, principalmente, de incremento nos gastos com energia elétrica, bem como atualização monetária pelo IPCA ocorrido em abril/2021.

Materiais

Esse item apresentou elevação de 20,4%, em função, principalmente, de incremento nos gastos com materiais de conservação e manutenção de bens e sistemas, em decorrência de aumento no consumo e atualização monetária dos contratos vigentes, bem como nos gastos com peças, acessórios e componentes para veículos.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber:

Comparando-se o ano de 2021 com o ano de 2020, esse item apresentou queda de 39,6%. Vale mencionar que em 2020 houve um acréscimo pontual nos valores dessas provisões, em função de aprimoramento, em junho de 2020, da metodologia utilizada para cálculo da perda esperada para a linha contas a receber de clientes, a partir de estudos realizados visando alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

Contribuiu, ainda, a redução na inadimplência (relação entre o saldo de contas a receber vencidas entre 90 e 359 dias e o valor total faturado nos últimos 12 meses) que passou de 4,52% em dezembro de 2020 para 3,50% em dezembro de 2021, no âmbito da Controladora. A seguir, quadro com a Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber líquida, obtida por meio da diferença entre a perda e a recuperação de contas baixadas (contabilizada em Outras Receitas Operacionais):

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber Líquida (R\$ mil)	2021	2020	Var. (%)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	226.153	374.482	-39,6%
Recuperação de Contas Baixadas	(65.854)	(53.513)	23,1%
Perdas por Redução ao Valor Recup.de Contas a Receber Líquida	160.299	320.969	-50,06%

Repassé Tarifário a Municípios:

O aumento de 28,8% neste item, comparando-se os valores registrados em 2021 com os valores de 2020, no âmbito da Controladora, ocorreu em função do repasse para novos fundos municipais de saneamento, cujos montantes são reconhecidos no cálculo da tarifa pela Agência Reguladora, conforme detalhado a seguir:

- **Reajuste Tarifário (01.11.2020):** no âmbito desse reajuste foram incluídos 74 novos fundos municipais de saneamento com direito a esses repasses. Com isso, naquele momento, o número de municípios habilitados ao recebimento desses repasses passou para 134.
- **Revisão Tarifária (01.08.2021):** no âmbito dessa revisão foram incluídos, 85 novos fundos municipais de saneamento com direito a esses repasses. Com isso, no período de agosto de 2021 a julho de 2022, o número de municípios habilitados ao recebimento desse repasse passou para 219. Vale ressaltar que o valor previsto para esse repasse para o referido período, cujos valores são reconhecidos na tarifa, é de R\$147,1 milhões, conforme Nota Técnica CRE 14/2021 da Arsae-MG.

Custos Operacionais Diversos

Esse item apresentou aumento de 18,5%, em função, principalmente, do aumento nas conduções, viagens e estadias, bem como com eventos e despesas legais e judiciais, no âmbito da Companhia.

Energia Elétrica

O aumento de 23,9%, comparando-se os gastos observados no ano de 2021 com os do ano anterior, se deu em função, principalmente, do incremento nos gastos com bandeiras tarifárias e do crescimento no custo médio da energia em função da redução no subsídio.



Telecomunicações

o aumento de 11,3% reflete, principalmente, a ampliação da cobertura de telefonia celular ocorrida em novembro/2020, visando à integração de várias localidades operadas pela Companhia.

Combustíveis e Lubrificantes

A elevação observada neste item reflete, principalmente, o aumento dos preços dos combustíveis em 2021.

Créditos Tributários

A elevação nos créditos tributários, comparando-se 2021 com 2020, deveu-se, principalmente, ao acréscimo das despesas de depreciação consideradas como base de cálculo para a incidência dos referidos créditos.

Depreciações e Amortizações

A elevação em 15,9% neste item na comparação entre os exercícios de 2021 e 2020 ocorreu em função do maior volume de incorporação de obras ao longo de 2021, em especial de esgotamento sanitário.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais:

Especificação (R\$ mil)	2021	2020	Variação (%)
Outras Receitas Operacionais	179.185	177.833	0,8%
Outras Despesas Operacionais	(399.723)	(203.847)	96,1%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(220.538)	(26.014)	-

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais ficaram em linha nos períodos comparativos.

Outras Despesas Operacionais

A elevação observada nas Outras Despesas Operacionais verificou-se em função de:

- Provisionamento, no âmbito da Controladora, das devoluções determinadas pela Arsae-MG, no âmbito dos Processos Administrativos nos 05/2019 e 28/2021. O valor total dos provisionamentos, referentes a esses processos, totaliza R\$126,8 milhões, dos quais R\$82,6 milhões foram contabilizados em “Outras Despesas Operacionais” e R\$44,2 milhões em Despesas Financeiras (juros e correção monetária).
- complemento de R\$110,3 milhões na provisão para o processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, processo esse ajuizado, em 2008, pelo principal sindicato dos empregados da Companhia, referente a rescisão de contratos de trabalho em virtude da aplicação de extinta política de desligamentos. Em 18.06.2019, a Companhia apresentou Reclamação Constitucional ao Supremo Tribunal Federal - STF (Processo nº 35.342), sendo emitida decisão favorável à COPASA MG, em 21.11.2019.

Em 30.09.2021, o STF reviu sua decisão, no que o acórdão do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais – TRT-MG, pela procedência da ação, voltaria a prevalecer. A Companhia interpôs Agravo Regimental na Reclamação, mas que foi rejeitado, com decisão publicada em 01.12.2021.

Em 07.12.2021, a Companhia interpôs Embargos de Declaração sobre a decisão, por entendê-la omissa. Esse processo estava classificado como de perda provável, sendo que o valor, até então provisionado, era de R\$33,5 milhões. Considerando as recentes decisões judiciais, a Companhia entendeu por rever o valor do

provisionamento, ainda que não haja o valor da condenação na referida ação. Para tanto, realizou cálculos preliminares, e em atenção às melhores práticas contábeis, aumentou a provisão para esse processo em cerca de R\$217 milhões, cuja contabilização ocorreu em 31.12.2021, a débito das contas “outras despesas operacionais” (R\$110,3 milhões) e “despesas financeiras” (R\$107,3 milhões).

Receitas (Despesas) Financeiras:

Especificação (R\$ mil)	2021	2020	Variação (%)
Receitas Financeiras	287.553	147.037	95,6%
Despesas Financeiras	(479.860)	(322.112)	49,0%
Resultado Financeiro	(192.307)	(175.075)	9,8%

Receitas Financeiras

A elevação de 95,6% nas receitas financeiras de 2021 em relação a 2020 é reflexo, principalmente, de:

- incremento nos ganhos com aplicações financeiras, decorrentes de maior caixa disponível para aplicação, associado à elevação da taxa básica de juros brasileira;
- incremento na Capitalização de Ativos Financeiros; e
- elevação de R\$36,5 milhões na conta de Dividendos e JCP recebidos, em função do aumento dos proventos auferidos na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S.A., cuja participação pela COPASA MG no seu capital social é de 15,5%.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras apresentaram elevação de 49% comparando-se 2021 com 2020. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas:

- inclusão de R\$107,3 milhões de variações monetárias e juros referentes a atualização do processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024 (comentado no item “Outras Despesas Operacionais”);
- elevação nas variações monetárias e nos juros sobre financiamentos em decorrência de novas captações, bem como elevação da taxa básica de juros brasileira; e
- redução nas variações cambiais, sendo que no ano de 2020 houve significativa valorização do dólar e do euro frente ao real. Adicionalmente, houve queda nos valores da dívida em moeda estrangeira.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$537,6 milhões no exercício social encerrado em 31.12.2021 (R\$816,5 milhões no mesmo período do ano anterior), conforme quadro abaixo:

Especificação (R\$ mil)	2021	2020	Variação (%)
Lucro Líquido	537.587	816.477	-34,2%
Lucro por Ação (R\$)	1,42	2,15	-34,2%

Análise das variações patrimoniais em 31.12.2020 comparada a 31.12.2019

A seguir, são apresentados os balanços patrimoniais consolidados (COPASA e COPANOR) relativos aos períodos terminados em 31.12.2020 e 31.12.2019, e as respectivas Análises Horizontais (AH) e Análises Verticais (AV), com os comentários dos Diretores.

A Análise Horizontal compara medidas derivadas ou rubricas das DFs consolidadas, visando a determinar a respectiva evolução ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical corresponde à representatividade, em termos percentuais, de rubricas de nossas demonstrações de resultado em relação às receitas líquidas em um determinado período, ou de saldos de contas dos balanços patrimoniais da Companhia em relação ao ativo total ou passivo total em determinada data.

ATIVO (R\$ mil)	31.12.2020	AV ¹	31.12.2019	AV	AH ² 31.12.2020 X 31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa	805.619	6,8%	524.146	4,5%	53,7%
Contas a receber de clientes	1.045.441	8,9%	1.187.496	10,3%	-12,0%
Bancos e aplicações de convênios	24.500	0,2%	20.223	0,2%	21,1%
Caução em garantia de financiamentos	8.332	0,1%	-	-	-
Estoques	64.921	0,6%	59.120	0,5%	9,8%
Impostos a recuperar	18.509	0,2%	30.326	0,3%	-39,0%
Convênio de cooperação técnica	16.170	0,1%	492	0,0%	-
Créditos diversos	20.876	0,2%	20.993	0,2%	-0,6%
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	2.004.368	17,0%	1.842.796	16,0%	8,8%
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Caução em garantia de financiamentos	191.642	1,6%	180.770	1,6%	6,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	293.349	2,5%	203.908	1,8%	43,9%
Aplicação financeira vinculada	75.715	0,6%	85.268	0,7%	-11,2%
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	76.603	0,7%	75.074	0,7%	2,0%
Ativos financeiros - contratos de concessão	709.052	6,0%	651.069	5,6%	8,9%
Convênio de cooperação técnica	26.188	0,2%	35.594	0,3%	-26,4%
Créditos diversos	66.762	0,6%	44.248	0,4%	50,9%
Ativo de contrato	787.233	6,7%	1.213.836	10,5%	-35,1%
Direitos de uso de arrendamento mercantil	61.719	0,5%	57.171	0,5%	8,0%
	2.288.263	19,4%	2.546.938	22,1%	-10,2%
Investimentos	260	-	260	-	-
Intangível	5.958.914	50,6%	5.547.900	48,1%	7,4%
Imobilizado	1.520.652	12,9%	1.590.921	13,8%	-4,4%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.768.089	83,0%	9.686.019	84,0%	0,8%
TOTAL DO ATIVO	11.772.457	100,0%	11.528.815	100,0%	2,1%

1) AV: Análise Vertical

2) AH: Análise Vertical



PASSIVO (R\$ mil)	31.12.2020	AV	31.12.2019	AV	AH ²
					31.12.2020 X 31.12.2019
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	201.851	1,7%	170.450	1,5%	18,4%
Debêntures	393.905	3,3%	214.489	1,9%	83,6%
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	32.626	0,3%	37.169	0,3%	-12,2%
Parceria público privada	47.975	0,4%	59.985	0,5%	-20,0%
Fornecedores	213.289	1,8%	181.825	1,6%	17,3%
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais	80.230	0,7%	77.352	0,7%	3,7%
Parcelamento de impostos	-	-	14.289	0,1%	-
Provisão para férias e 13º	126.354	1,1%	117.134	1,0%	7,9%
Convênio de cooperação técnica	3.547	-	3.326	-	6,6%
Participação dos empregados nos lucros	91.336	0,8%	46.024	0,4%	98,5%
Obrigações de benefício de aposentadoria	21.998	0,2%	42.170	0,4%	-47,8%
Juros sobre o capital próprio	72.270	0,6%	80.719	0,7%	-10,5%
Obrigações diversas	102.850	0,9%	73.102	0,6%	40,7%
Total do passivo circulante	1.388.231	11,8%	1.118.034	9,7%	24,2%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	1.072.146	9,1%	1.110.936	9,6%	-3,5%
Debêntures	2.113.239	18,0%	1.814.362	15,7%	16,5%
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	31.512	0,3%	21.106	0,2%	49,3%
Parceria público privada	258.251	2,2%	297.434	2,6%	-13,2%
Provisão para demandas judiciais	134.534	1,1%	192.710	1,7%	-30,2%
Obrigações de benefício de aposentadoria	223.892	1,9%	136.007	1,2%	64,6%
Convênio de cooperação técnica	-	-	3.168	-	-
Obrigações diversas	94.040	0,8%	91.345	0,8%	3,0%
Total do passivo não circulante	3.927.614	33,4%	3.667.068	31,8%	7,1%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social realizado	3.402.385	28,9%	3.402.385	29,5%	-
Reservas de lucro	3.147.591	26,7%	3.378.939	29,3%	-6,8%
Ações em tesouraria	(8.576)	-0,1%	(8.576)	-0,1%	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(84.788)	-0,7%	(29.035)	-0,3%	-
Total do patrimônio líquido	6.456.612	54,8%	6.743.713	58,5%	-4,3%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.772.457	100,0%	11.528.815	100,0%	2,1%



Análise das variações das contas patrimoniais em 31.12.2020 comparada a 31.12.2019

Ativo Circulante

O ativo circulante apresentou aumento de 8,8% em 31.12.2020, se comparado ao ativo circulante registrado no exercício findo em 31.12.2019. A seguir, os Diretores comentam sobre as variações mais relevantes nas contas patrimoniais:

Caixa e equivalente de caixa

O saldo da conta caixa e equivalentes de caixa apresentou elevação de 53,7% em 31.12.2020, em comparação com o valor observado em 31.12.2019, em função, principalmente, da geração caixa da Companhia registrada ao longo do exercício de 2020, do reflexo da suspensão de pagamentos de dívidas por um período de 180 dias, sendo de 15.04.2020 a 15.09.2020 para 2 (dois) contratos de financiamentos e 15.05.2020 a 15.10.2020 para 3 (três) emissões de debêntures, bem como da captação de debêntures da 15ª Emissão concluída em dezembro de 2020.

Contas a receber de clientes

A contas a receber de clientes, no ativo circulante, apresentou redução de 12,0% em 31.12.2020, comparativamente a 31.12.2019, em função, principalmente, dos esforços empreendidos pela Companhia para a negociação e monitoramento da adimplência dos clientes do setor público, em especial, o Estado de Minas Gerais. Com isso, houve uma redução significativa do saldo devedor do Estado de Minas Gerais, conforme quadro abaixo:

Estado de Minas Gerais (Controladora – R\$ Mil)	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019
Faturados	16.127	167.217
A faturar	8.216	11.197
Contas a receber	24.343	178.414

Contribuiu ainda para esse comportamento, o aprimoramento da metodologia de cálculo da PECLD em 2020. A Companhia refinou, em suas análises, o cálculo do período de tempo adequado para efetuar a baixa contábil definitiva a resultado de seus recebíveis, após exauridos todos os esforços comerciais de cobrança. Esta revisão levou ao aumento no valor da PECLD conforme visto no quadro abaixo.

Valores a Receber (R\$ Mil)	31.12.2020	31.12.2019
Vencidos	587.607	436.357
Vencidos até 30 dias	220.591	230.738
Vencidos de 31 até 60 dias	99.399	78.173
Vencidos de 61 até 90 dias	58.910	39.994
Vencidos de 91 até 180 dias	125.262	61.268
Vencidos de 181 até 360 dias	61.646	9.467
Vencidos acima de 360 dias	21.799	16.717
A vencer	252.909	433.357
Faturados	840.516	869.465
A faturar	402.420	361.763
Contas a receber de clientes⁽¹⁾	1.242.936	1.231.228
(-) Provisão para perdas esperadas do contas a receber	(197.495)	(43.732)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.045.441	1.187.496

⁽¹⁾ Contempla o valor do contas a receber do acionista controlador Estado de Minas Gerais.



Bancos e aplicações de convênios

A conta bancos e aplicações de convênios registrou aumento de 21,1% em 31.12.2020, em comparação com o valor registrado em 31.12.2019, em função da entrada de recursos e seus rendimentos de aplicações dos convênios CEF/Ministério das Cidades/Município de Ribeirão das Neves e Ministério das Cidades /CEF/Montes Claros.

Caução em garantia de financiamentos

A conta caução em garantia de financiamentos de curto prazo foi criada em 2020 em função da reclassificação, de longo prazo para o curto prazo, da caução referente a 3ª Emissão de Debêntures, cujo contrato financeiro foi encerrado em dezembro de 2019. Entretanto, a garantia ainda não foi liberada, em função de pendência de comprovação de condicionantes não financeiras estabelecidas contratualmente.

Estoques

A conta de estoque registrou incremento de 9,8% em 31.12.2020, em comparação com 31.12.2019, tendo em vista, principalmente, a elevação dos valores em estoque de produtos químicos, decorrentes do incremento no preço de aquisição deste insumo.

Convênio de cooperação técnica

A elevação na conta de convênio de cooperação técnica em 31.12.2020, quando comparada com 31.12.2019, deveu-se, principalmente, à movimentação do não circulante para o circulante dos valores previstos para serem recebidos nos próximos 12 meses, conforme datas de vigência previstas nesses convênios.

Créditos Diversos

O saldo da conta créditos diversos em 31.12.2020 ficou em linha nos períodos comparativos.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 0,8% em 31.12.2020, quando comparado com 31.12.2019, passando de R\$9,7 bilhões em 31.12.2019 para R\$9,8 bilhões em 31.12.2020. A seguir, as contas que apresentaram variações mais significativas:

Caução em garantia de financiamentos

A conta de caução em garantia de financiamentos em 31.12.2020, apresentou aumento de 6,0%, em comparação com 31.12.2019, em função de entrada de recursos oriundos dos financiamentos do FGTS (Caixa - Financiamentos 2017) e da desvalorização do real frente ao euro que refletiu no aumento da caução referente ao financiamento do KfW.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O aumento de 43,9% nessa conta em 31.12.2020, comparado a 31.12.2019, deveu-se, principalmente, ao acréscimo das provisões para crédito de liquidação duvidosa, à diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro e ao acréscimo da provisão para perdas do passivo atuarial.

Aplicação financeira vinculada



A conta aplicação financeira vinculada apresentou redução de 11,2% em 31.12.2020, comparativamente a 31.12.2019, em função, principalmente, de resgates de recursos da conta vinculada devido ao cumprimento das metas estabelecidas nos projetos, bem como devolução de parte de recursos pelo fato do não atingimento das metas nos prazos estabelecidos no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES.

Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O valor contabilizado na conta ativos financeiros a valor justo refere-se ao saldo de investimento na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S.A. A variação observada na conta é decorrente do aumento dos valores do fluxo de caixa projetado utilizado para o cálculo do valor presente do investimento, resultante da projeção de incremento no resultado da investida.

Ativos financeiros - contratos de concessão

O saldo da conta ativos financeiros - contrato de concessão, apresentou acréscimo de 8,9%, em 31.12.2020, comparativamente a 31.12.2019, em função da entrada em operação de diversos empreendimentos, em função da conclusão das obras em 2020.

Convênio de Cooperação Técnica

A redução de 26,4% na conta convênio de cooperação técnica em 31.12.2020, quando comparada com 31.12.2019, deveu-se, principalmente, à movimentação do não circulante para o circulante, de valores previstos para serem recebidos nos próximos 12 meses, conforme datas de vigência previstas nesses convênios.

Créditos diversos

O aumento de 50,9% no saldo da conta de créditos diversos em 31.12.2020, comparativamente a 31.12.2019, ocorreu em função, principalmente, de adiantamentos de repasse tarifário realizados para o Município de Montes Claros, bem como pelo acréscimo nos valores referentes a depósitos judiciais.

Ativo de Contrato

A redução de 35,1% na conta de ativo de contrato, em 31.12.2020, quando comparada a 31.12.2019, é decorrente, principalmente, da incorporação de obras com o encerramento de empreendimentos ao longo de 2020, e que proporcionou a transferência para o Ativo Intangível no montante de R\$829 milhões.

Vale ressaltar que durante o exercício de 2020 ocorreram adições no montante de R\$477 milhões que referem-se a obras em diversas localidades operadas pela Companhia, com destaque para a implantação dos sistemas de esgotamento sanitário das cidades de Sabará, Ribeirão das Neves, Divinópolis, Pouso Alegre, Três Corações, Felixlândia, Araçuaí, Timóteo, Contagem, Divino, Mateus Leme, Ipatinga, Estrela do Sul, Patos de Minas, Congonhas e Caratinga, bem como obra de melhoria no Sistema Vargem das Flores.

Direitos de Uso de Arrendamento Mercantil

Os valores contabilizados nesta conta apresentaram elevação de 8,0% em 31.12.2020, comparativamente a 31.12.2019, em função de inclusão de novos contratos de arrendamento em 2020.



Intangível

O aumento de 7,4% na conta do intangível, em 31.12.2020, quando comparada a 31.12.2019, é decorrente de incorporação de obras encerradas neste exercício, de retorno de valores de ativos financeiros recalculados, bem como de realização de obras.

Imobilizado

A redução de 4,4% na conta do Imobilizado em 31.12.2020, quando comparada a 31.12.2019, é decorrente, principalmente, do aumento da depreciação acumulada, que reduz os valores residuais em cada período.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou em 24,2% em 31.12.2020, se comparado com o valor registrado em 31.12.2019. A seguir, as contas que apresentaram variações mais significativas:

Empréstimos e financiamentos

As contas de empréstimos e financiamentos, no passivo circulante, apresentaram elevação de 18,4% em 31.12.2020, quando comparadas com 31.12.2019 e refletem as movimentações nos saldos dessas contas, conforme detalhado no quadro com os compromissos de curto prazo (item 10.1.f.i deste Relatório).

Debêntures

A conta de debêntures, no passivo circulante, apresentou elevação de 83,6% em 31.12.2020 quando comparada com o saldo em 31.12.2019, sendo que as movimentações nos saldos dessa conta são detalhadas no item 10.1.f.i deste Relatório.

Direito de Uso - Arrendamento Mercantil

Os valores contabilizados em 31.12.2020 são oriundos do reconhecimento das obrigações a liquidar nos próximos 360 dias, provenientes dos contratos de arrendamento, conforme aplicação inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos, a partir de 01.01.2019.

Parceria Público-Privada

A redução de 20,0% no saldo da conta de parceria público-privada, no passivo circulante, reflete a transferência de valores do passivo de longo prazo para o curto prazo, no valor correspondente às parcelas a serem pagas como amortização de investimentos (CAPEX), que vêm decrescendo, em decorrência da redução da correção desse passivo e das amortizações realizadas.

Fornecedores

O aumento de 17,3% em 31.12.2020, quando comparado com o valor observado em 31.12.2019, é reflexo, principalmente, de contas a pagar em aberto no encerramento do exercício de 2020 relacionadas a medições de serviços referentes à PPP do Rio Manso, à Tecnologia da Informação, bem como energia elétrica.

Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais

O saldo dessa conta em 31.12.2020 aumentou 3,7% em comparação com o saldo em 31.12.2019 em decorrência, principalmente, da elevação do faturamento no período.



Parcelamento de Impostos

O saldo nessa conta era de R\$14,3 milhões em 31.12.2019. Em função do encerramento, no primeiro trimestre de 2020, do pagamento das parcelas referentes aos valores dos impostos (ISSQN), oriundos do Acordo firmado com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, formalizado em fevereiro de 2010) essa conta não mais apresentava saldo em 31.12.2020.

Participação dos empregados nos lucros

A conta de participação dos empregados nos lucros apresentou uma elevação de 98,5% em 31.12.2020, na comparação com 31.12.2019, pois os valores referentes aos exercícios de 2019 e 2020 ainda se encontram provisionados em função de dissídio coletivo.

Obrigações com benefício de aposentadoria

Esta conta apresentou redução de 47,8% em 31.12.2020, comparativamente a 31.12.2019, em função das amortizações realizadas ao longo de 2020 no âmbito do financiamento realizado em 2001 e que se encerrará em novembro de 2021.

Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

A redução de 10,5% observada na conta em 31.12.2020, comparativamente ao ano anterior, é decorrente, principalmente, dos valores declarados e pagos referentes ao JCP nos períodos comparativos. Conforme Política de Dividendos da COPASA MG, os pagamentos dos dividendos regulares são realizados em até 60 dias após a aprovação pelo Conselho de Administração, exceto os valores do 4º trimestre, cuja data de pagamento é definida na AGO que aprovar as DFs. Considerando o resultado do encerramento de 2020, o valor do JCP do 4T20 foi de R\$75,5 milhões. No 4T19 o valor do JCP foi de R\$84,5 milhões.

Obrigações diversas

O aumento de 40,7% na conta de obrigações diversas em 31.12.2020, em comparação com 31.12.2019, é decorrente do provisionamento realizado para as obrigações oriundas do acordo coletivo/dissídio para algumas categorias de trabalhadores, considerando a instauração do Dissídio Coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou em 7,1% em 31.12.2020, quando comparado com 31.12.2019. A seguir as contas que apresentaram variações mais significativas:

Empréstimos e financiamentos

As contas de empréstimos e financiamentos, no passivo não circulante, apresentaram redução de 3,5% em 31.12.2020, quando comparadas com 31.12.2019 e refletem as movimentações nos saldos dessas contas, conforme detalhado no quadro com os compromissos de longo prazo (item 10.1.f.i deste Relatório).

Debêntures



A conta de debêntures (passivo não circulante) apresentou aumento de 16,5% em 31.12.2020, quando comparadas com o saldo em 31.12.2019 e refletem as movimentações nos saldos dessas contas, conforme detalhado no quadro com os compromissos de longo prazo (item 10.1.f.i deste Relatório).

Arrendamento Mercantil

Os valores registrados em 31.12.2020 foram 49,3% superiores aos de 31.12.2019, em função de inclusão de novos contratos de arrendamento.

Parceria Público-Privada (PPP)

A queda de 13,2% na conta Parceria Público Privada reflete o decréscimo dos valores a pagar no longo prazo, em função das amortizações realizadas pela COPASA MG nos últimos 12 meses.

Provisão para demandas judiciais

A redução de 30,2% na conta de provisão para demandas judiciais em 31.12.2020, se comparado a 31.12.2019, deveu-se, principalmente, a reversões realizadas no período, com destaque para R\$37,6 milhões referente a provisão ambiental em face da Lei Estadual nº 12.503/97, tendo em vista decisão de alteração da classificação de “contingência provável” para “contingência remota”, bem como de reclassificação e pagamentos de outros processos cíveis e trabalhistas de forma pulverizada.

Obrigações com benefício de aposentadoria

A elevação apresentada nesta conta em 31.12.2020, comparativamente a 31.12.2019, se deu em função das provisões realizadas para as obrigações com benefício de aposentadoria, em função de cálculos atuariais.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido reduziu 4,3% em 31.12.2020 quando comparado com 31.12.2019, passando de R\$6,7 bilhões para R\$6,5 bilhões. A seguir as contas que apresentaram variações mais significativas:

Capital social realizado

Não houve variação nos dois períodos em análise na conta de capital social realizado.

Reservas de lucros

Esta conta apresentou redução de 6,8% em função, principalmente, da utilização de parte das reservas constituídas até 31.12.2019 na distribuição de dividendos extraordinários, no montante de R\$820,0 milhões, cuja aprovação ocorreu na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19.11.2020. Há de se destacar que, referente ao exercício findo em 31.12.2020, a proposta da administração é de constituição de reservas de lucros no montante de R\$547,5 milhões.

Ações em tesouraria

Não houve variação nos dois períodos em análise na conta de ações em tesouraria.

Ajustes de avaliação patrimonial



A variação na conta de ajustes de avaliação patrimonial em 31.12.2020 quando comparada com 31.12.2019, é decorrente do aumento das obrigações de benefícios de aposentadoria, que levou ao reconhecimento de perda atuarial com benefícios de aposentadoria no montante de R\$56 milhões.

Os Diretores comentam a seguir sobre os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais, comparando-se os doze meses encerrados em 31.12.2020, com o mesmo período de 2019

De acordo com a administração da Companhia, os principais fatores que impactaram os resultados operacionais da Companhia, no exercício de 31.12.2020, em relação ao mesmo período de 2019, foram:

Receita Líquida de Água e de Esgoto

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os principais fatores que influenciaram a receita líquida de água e esgoto nos períodos comparativos:

- reajuste tarifário médio, no âmbito da Controladora, de 8,38% aplicado em agosto de 2019 e de 3,04% aplicado em novembro de 2020, com impacto médio de 5,6% comparando-se 2020 com 2019;
- crescimento no número de economias (unidades consumidoras) de água em 2,8% e de esgoto em 2,4%, no âmbito da Companhia;
- alteração cadastral de clientes da categoria Social, no âmbito da Controladora, em função de revisão na base do CadÚnico na esfera federal, com migração para a categoria Residencial, resultando no incremento de aproximadamente R\$18,5 milhões na receita de 2020 comparativamente a 2019;
- alteração, nos últimos 12 meses, no patamar tarifário do esgotamento sanitário em 4 (quatro) municípios do Estado, no âmbito da Controladora, sendo que aproximadamente 7 mil economias migraram de faturamento EDC (Esgotamento Dinâmico com Coleta) para EDT (Esgotamento Dinâmico com Coleta e Tratamento), em função de início de tratamento de esgoto;
- redução de 1% no volume faturado por economia de água e esgoto da Companhia, principalmente, devido ao impacto causado pela pandemia nas atividades econômicas produtivas que reduziram significativamente o consumo, comparado com mesmo período do ano anterior;
- redução de R\$14,7 milhões na receita indireta de água e esgoto consolidada, em função, principalmente, das medidas tomadas para minimizar os impactos à população ocasionados pela pandemia do coronavírus.

O quadro a seguir mostra os valores dos períodos comparativos das Receitas Líquidas do exercício findo em 31.12.2020, comparativamente com o mesmo período de 2019:

Especificação (R\$ mil)	2020	2019	Variação (%)
Receita Direta de Água	3.146.331	2.931.233	7,3%
Receita Direta de Esgoto	1.814.176	1.681.663	7,9%
Receita Direta	4.960.507	4.612.896	7,5%
Receita Indireta de Água	75.447	89.491	-15,7%
Receita Indireta de Esgoto	12.882	13.572	-5,1%
Receita Indireta	88.329	103.063	-14,3%
Receita Líquida de Água e Esgoto	5.048.836	4.715.959	7,1%
Resíduos Sólidos	2.090	2.062	1,4%
Receita Líquida de Água, Esgoto e Resíduos Sólidos	5.050.926	4.718.021	7,1%

Custos dos Serviços Vendidos, Despesas com Vendas e Despesas Administrativas

O quadro a seguir mostra os valores dos períodos comparativos:

Especificação (R\$ mil)	2020	2019	Variação (%)
Custos Administráveis	2.534.045	2.326.096	8,9%
Pessoal	1.432.793	1.400.553	2,3%
Serviços de Terceiros	418.858	451.077	-7,1%
PPP do Rio Manso	77.792	75.693	2,8%
Material	60.938	58.607	4,0%
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	374.482	191.720	95,3%
Repasse Tarifário a Municípios	133.492	105.803	26,2%
Custos Operacionais Diversos	35.690	42.643	-16,3%
Custos não Administráveis	543.049	511.455	6,2%
Energia Elétrica	462.211	486.712	-5,0%
Telecomunicações	12.489	13.842	-9,8%
Material de Tratamento	96.400	79.272	21,6%
Combustíveis e Lubrificantes	26.340	27.712	-5,0%
Créditos Tributários	(54.391)	(96.083)	-43,4%
Custos de Capital			
Depreciações e Amortizações	646.216	603.081	7,2%
Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	21.252	9.853	115,7%
Total	3.744.562	3.450.485	8,5%

Os principais fatores que impactaram os custos dos serviços vendidos, despesas com vendas e despesas administrativas no exercício encerrado em 31.12.2020, em relação ao mesmo período de 2019 foram:

Pessoal (salários e encargos): no período de 12 meses findo em 31.12.2020, esse item apresentou elevação de 2,3% em relação ao mesmo período de 2019. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas, no âmbito da Controladora (COPASA MG):

- provisões realizadas para o Acordo Coletivo de Trabalho de 2020, cuja data base é maio. Vale mencionar que, em relação ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 2019 (referência: maio/2019), a proposta do ACT de 2019 com a categoria preponderante encontra-se, em janeiro de 2021, ainda em processo de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG). A COPASA MG esclarece, ainda, que foi assinado ACT, em 20.12.2019, com as categorias de administradores e de contabilistas (único documento), abrangendo 133 empregados. O ACT relativo ao período 2020/2021 (referência: maio/2020) ainda não foi celebrado com nenhuma categoria de trabalhadores.
- provisão para a participação dos empregados nos lucros, que em 2020 totalizou R\$52,0 milhões (R\$47,9 milhões em 2019);
- redução de R\$8,3 milhões nos gastos com programa de saúde, em função de menor utilização dos serviços médicos em 2020;
- redução de R\$3,3 milhões nos gastos com Programa Vale Transporte, em função de menor utilização em 2020;
- apropriação de R\$72,6 milhões em 2020 (R\$62,6 milhões em 2019) ao ativo intangível de valores incorridos nos custos, ou seja, capitalização contábil de gastos com pessoal; e
- redução de 1,1% no quadro de pessoal nos últimos 12 meses.

Serviços de Terceiros: essa conta apresentou redução de 7,1%. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas, no âmbito da Controladora (COPASA MG):

- redução em R\$17,1 milhões nas despesas com locação de frota de veículos, que, em função da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), passaram a ser contabilizadas no resultado como depreciação e juros;
- redução de R\$6,9 milhões nos gastos com caminhão-pipa;
- redução de R\$5,5 milhões nos gastos com serviços técnicos profissionais; e
- aumento de R\$6,5 milhões nos gastos com publicidade e propaganda, em função de necessidade de realização de diversas campanhas publicitárias, em especial, aquelas relacionadas às ações desenvolvidas para minimizar os impactos à população devido à pandemia do novo coronavírus, incluindo a orientação para utilização dos canais digitais de atendimento ao cliente, bem como às vítimas atingidas pelas chuvas intensas ocorridas em janeiro e fevereiro de 2020.

Materiais: o aumento observado ocorreu em função, principalmente, de incremento nos gastos com materiais de conservação e manutenção de bens e sistemas.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber:

A elevação observada, deveu-se, ao aprimoramento da metodologia de reconhecimento dessa provisão, conforme detalhado nas Informações Trimestrais (ITR) do 2T20, revisadas pelos Auditores Independentes. Adicionalmente, a instabilidade econômica agravada pela Covid-19, resultou no aumento do nível de inadimplência ainda em decorrência da extensão dos prazos de pagamento para contas a receber de parte dos clientes da categoria comercial, bem como da suspensão da realização de cortes para os clientes inadimplentes, dentre outros fatores, refletindo na elevação dos valores para Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber.

A seguir, quadro com a Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber líquida, obtida por meio da diferença entre a perda e a recuperação de contas baixadas (contabilizada em Outras Receitas Operacionais):

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber Líquida (R\$ mil)	2020	2019	Var. (%)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	374.482	191.720	95,33%
Recuperação de Contas Baixadas	(53.513)	(58.457)	-8,46%
Perdas por Redução ao Valor Recup.de Contas a Receber Líquida	320.969	133.263	-

Repasses Tarifários a Municípios: o aumento de 26,2% nesse item, comparando-se os valores registrados de 2020 com os valores registrados no exercício de 2019, ocorreu em função, principalmente, de alterações no número de municípios, no âmbito da Controladora, com direito a esses repasses, conforme detalhado a seguir:

- Reajuste tarifário (agosto de 2019): para o referido reajuste foram habilitados 60 municípios que atenderam aos requisitos estabelecidos pela Agência, dos quais apenas o valor referente ao município de Belo Horizonte era reconhecido na tarifa até então vigente, ou seja, os repasses passaram a considerar 59 novos municípios a partir de agosto de 2019. O valor dos repasses no ciclo tarifário anual (agosto de 2019 a julho de 2020) foi de R\$75,1 milhões, sendo R\$49,9 milhões referentes ao município de Belo Horizonte e os R\$25,2 milhões restantes relacionados aos demais 59 municípios.

▪ Reajuste tarifário (novembro de 2020): para o referido reajuste foram habilitados 134 municípios que atenderam aos requisitos estabelecidos pela Arsae-MG para habilitação de seus respectivos fundos municipais aos repasses, cujo valor, para os 12 meses, totaliza R\$117,5 milhões.

Custos Operacionais Diversos: esse item apresentou redução de 16,3%, em função, principalmente, da queda nas conduções, viagens e estadias, bem como nas despesas legais e judiciais, no âmbito da Companhia.

Energia Elétrica: a variação observada nesta conta, no âmbito da Controladora, é explicada, principalmente, em função de:

- impactos da alteração na forma de contabilização dos créditos referentes a PIS/PASEP e COFINS, que passaram a ser realizados diretamente em cada conta de despesa considerada como insumo no processo produtivo. Essa alteração resultou em redução em R\$46,3 milhões neste item, comparando-se 2020 com 2019; e
- aumento de consumo de 2,7%, devido à maior demanda operacional, em especial, em função da entrada em operação de novas unidades operacionais.

Telecomunicações: a redução de 9,8% se deu em função, principalmente, da contratação, em novembro de 2019, de empresa para a prestação dos serviços de transmissão de dados com preços inferiores aos até então praticados.

Material de Tratamento: a variação nesta conta reflete, principalmente, a elevação dos preços dos principais produtos químicos utilizados no processo de tratamento da água.

Combustíveis e Lubrificantes: a queda observada se deu, principalmente, em função da redução na quantidade consumida devido às restrições de circulação impostas pela pandemia.

Créditos Tributários: a queda de 43,4% foi decorrente da implementação da solução para a contabilização automática dos créditos tributários do PIS/COFINS. Com a mudança, parte da contabilização dos créditos passou a ser realizada diretamente em cada conta de despesa considerada como insumo no processo produtivo (materiais, serviços, energia elétrica, dentre outras).

Depreciações e Amortizações: a elevação em 7,2% neste item na comparação entre os exercícios de 2020 e 2019 ocorreu em função do maior volume de incorporação de obras ao longo de 2020.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais:

Especificação (R\$ mil)	2020	2019	Variação (%)
Outras Receitas Operacionais	177.833	111.103	60,1%
Outras Despesas Operacionais	(203.847)	(223.251)	-8,7%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(26.014)	(112.148)	-76,8%

Outras Receitas Operacionais: a elevação de 60,1% ocorreu, principalmente, em função da reversão de provisão não dedutível decorrente da reclassificação de “contingência provável” para “contingência remota”, no valor de R\$36,1 milhões, de processos judiciais referentes à Lei Estadual nº 12.503/97 (Lei Piau), bem como reclassificação e pagamentos de outros processos cíveis e trabalhistas de forma pulverizada, no âmbito da Controladora.

Outras Despesas Operacionais: esse item apresentou redução 8,7% em 2020, comparativamente a 2019. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas:



- constituição, em 2019, de provisões extraordinárias e não recorrentes, no âmbito da Controladora, sendo:
 - (i) R\$21,0 milhões decorrente de ação civil pública para nulidade da cobrança da tarifa de tratamento de esgoto em Pará de Minas, entre setembro de 2012 a abril de 2015; e (ii) R\$16,1 milhões objetivando a finalização de ação civil coletiva ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais, por devolução simples aos usuários dos valores cobrados no reajuste de março de 2003.
- realização em 2020, de atualização monetária de saldos provisionados, reclassificação de risco e constituição de novas provisões para ações cíveis e trabalhistas de forma pulverizada.



Receitas (Despesas) Financeiras:

Especificação (R\$ mil)	2020	2019	Variação (%)
Receitas Financeiras	147.037	116.592	26,1%
Despesas Financeiras	(322.112)	(249.676)	29,0%
Resultado Financeiro	(175.075)	(133.084)	31,6%

Receitas Financeiras

A elevação de 26,1% nas receitas financeiras de 2020 em relação a 2019 é reflexo, principalmente, de:

- incremento nas receitas de variações cambiais decorrentes da valorização de 29% no ativo em dólar, cujo valor é de US\$24,1 milhões (equivalente a R\$125,1 milhões no encerramento de 2020);
- elevação no item juros em função de maior disponibilidade de caixa da Companhia; e
- elevação de R\$4,9 milhões na conta de Dividendos e JCP recebidos, em função do aumento dos proventos auferidos na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S.A., cuja participação pela COPASA MG no seu capital social é de 15,5%.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras apresentaram elevação de 29,0% comparando-se 2020 com 2019. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas:

- elevação nas despesas de variações cambiais decorrentes, principalmente, da valorização de 29,0% na moeda dólar e de 41,0% na moeda euro, observadas ao longo de 2020; e
- queda nos juros sobre financiamentos, em decorrência da redução nas taxas de juros incidentes sobre a dívida da COPASA MG, bem como da suspensão por 180 dias, a contar de 15 de abril de 2020 (financiamentos) e 15 de maio de 2020 (debêntures) de pagamentos dos juros, em função de adesão da COPASA MG à medida divulgada pelo BNDES.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$816,5 milhões no exercício social encerrado em 31.12.2020 (R\$754,4 milhões no mesmo período do ano anterior), conforme quadro abaixo:

Especificação (R\$ mil)	2020	2019	Variação (%)
Lucro Líquido	816.477	754.374	8,2%
Lucro por Ação (R\$) ¹	2,15	1,99	8,2%

1) Os valores foram ajustados considerando o desdobramento ocorrido em 25.11.2020, na proporção de 1 (uma) para 3 (três) ações. Dessa forma, os valores do lucro líquido por ação, anteriores a data da operação, foram divididos por três.

10.2. Os Diretores devem comentar:
a. resultados das operações do emissor, em especial:
i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita
Informações referentes aos exercícios findos em 31.12.2021, 31.12.2020 e 31.12.2019

O quadro a seguir demonstra o número de economias e o volume medido de água e esgoto da Companhia, nos exercícios findos em 31.12.2021, 31.12.2020 e 31.12.2019:

Consolidado ¹	Unidades	2021	2020	2019
Água				
Número de economias	mil unidades	5.532	5.458	5.310
Volume medido	1.000 m ³	628.709	611.118	604.241
Esgoto				
Número de economias	mil unidades	3.888	3.764	3.676
Volume medido	1.000 m ³	428.813	414.326	410.222

1) O número de economias refere-se à posição em 31 de dezembro dos respectivos anos. O volume medido representa o valor acumulado de janeiro a dezembro de cada ano.

O quadro a seguir demonstra a participação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos na receita líquida da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2021, 31.12.2020 e 31.12.2019:

Receita Líquida	2021	2020	2019
Serviços de Água	64,84%	63,79%	64,03%
Serviços de Esgoto	35,11%	36,17%	35,93%
Resíduos Sólidos	0,04%	0,04%	0,04%
Serviços de Água, Esgoto e Resíduos Sólidos	100,00%	100,00%	100,00%

Conforme quadro acima, no exercício findo em 31.12.2021, 64,8% da receita líquida foi proveniente dos serviços de abastecimento de água, 35,1% dos serviços de esgotamento sanitário, e 0,04% foi proveniente do serviço de resíduos sólidos.

Tendo em vista a elaboração das Demonstrações Financeiras a partir do exercício findo em 2009 em convergência com o *IFRS*, a adoção do pronunciamento nº 47 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) levou a Companhia ao reconhecimento de receitas de construção. Essa receita se fundamenta no fato de que a atuação da Companhia se dá por meio de concessões públicas e o seu valor corresponderá ao custo dos investimentos em infraestrutura. A Companhia reconhece uma receita em contrapartida dos custos incorridos no período.

A receita de construção não está sendo considerada no quadro acima, pois a partir de julho de 2015, a margem de construção é zero (Resolução Arsae-MG nº 072/2015), ou seja, as receitas e custos de um determinado exercício são iguais. Considerando que os valores dessas contas são diretamente influenciados pelos valores investidos em um período, a Companhia não está mostrando esse segmento nos quadros do item 10.2, pois pode levar à análise equivocada da evolução da Companhia em um determinado exercício. Tal fato se justifica, uma vez que um dos principais indicadores operacionais da Companhia é o volume medido de água e esgoto, que não sofre influência das receitas de construção.



ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Exercícios findos em 31.12.2021 e em 31.12.2020

Os Diretores comentam que, conforme já mencionado no item 10.1 (h) deste Formulário de Referência, os principais fatores que impactaram os resultados operacionais da Companhia no exercício findo em 31.12.2021, em relação ao exercício findo em 31.12.2020, foram:

Receita Líquida de Água e de Esgoto:

Afetaram o resultado observado nas receitas líquidas, provenientes da prestação de serviços de água e esgoto:

- os efeitos do reajuste e da revisão das tarifas;
- a variação no número de economias de água e esgoto; e
- a flutuação no volume faturado por economia de água e esgoto.

Custos dos Serviços Vendidos, Despesas com Vendas e Despesas Administrativas:

Os principais fatores que impactaram os custos dos serviços vendidos, despesas com vendas e despesas administrativas no exercício findo em 31.12.2021 em relação ao exercício anterior, foram:

Salários e encargos:

- provisionamentos para o Acordo Coletivo, Participação dos Empregados nos Lucros e para o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado-PDVI; e
- aumento nas despesas relativas ao plano de saúde e no Programa Vale Transporte.

Serviços de Terceiros:

- elevação nos gastos referentes a cortes, suspensão e religação de água;
- elevação de gastos com serviços diversos, em função de reajustes contratuais e formalização de novos contratos.
- aumento nos gastos com serviços de informática; e
- aumento nos gastos com serviços técnicos profissionais.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber:

O decréscimo observado no saldo deste item deveu-se, sobretudo, a:

- acréscimo pontual nos valores dessas provisões, em 2020, devido ao aprimoramento, naquele ano, da metodologia utilizada para cálculo da perda esperada para a linha contas a receber de clientes, e
- redução do índice de inadimplência em 2021.

Outras receitas (despesas) operacionais:

- aumento no pagamento e na constituição de provisões para devolução de tarifas determinadas pela Arsae-MG; e



- incremento em provisões judiciais, em especial, provisões para processo trabalhista;

Receitas (despesas) financeiras:

- incremento nos ganhos com aplicações financeiras;
- incremento na Capitalização de Ativos Financeiros; e
- recebimento de dividendos;
- inclusão de variações monetárias e juros referentes a atualização de processo judicial trabalhista;
- elevação nas variações monetárias e nos juros sobre financiamentos; e
- redução nas variações cambiais.



Exercícios findos em 31.12.2020 e em 31.12.2019

Os Diretores comentam que, conforme já mencionado no item 10.1 (h) deste Formulário de Referência, os principais fatores que impactaram os resultados operacionais da Companhia no exercício findo em 31.12.2020, em relação ao exercício findo em 31.12.2019, foram:

Receita Líquida de Água e de Esgoto:

Contribuíram para o resultado observado nas receitas líquidas, provenientes da prestação de serviços de água e esgoto, o reajuste tarifário, o crescimento no número de economias de água e esgoto, a atualização, em função do recadastramento pela Companhia, dos clientes beneficiados com a categoria Residencial Social, a alteração no patamar tarifário de clientes do faturamento EDC (Esgotamento Dinâmico com Coleta) para EDT (Esgotamento Dinâmico com Coleta e Tratamento), bem como a redução no volume faturado por economia e na receita indireta.

Custos dos Serviços Vendidos, Despesas com Vendas e Despesas Administrativas:

Os principais fatores que impactaram os custos dos serviços vendidos, despesas com vendas e despesas administrativas no exercício findo em 31.12.2020, em relação ao exercício anterior, foram:

Salários e encargos:

- provisionamentos para o Acordo Coletivo e para a Participação dos Empregados nos Lucros;
- redução nas despesas relativas ao plano de saúde e no Programa Vale Transporte;
- redução no número de empregados; e
- maior apropriação ao ativo intangível de valores incorridos nos custos, ou seja, capitalização contábil de gastos com pessoal.

Serviços de Terceiros:

- redução nas despesas com locação de frota de veículos, que, em função da adoção do CPC 06 (R2), passaram a ser contabilizadas no resultado como depreciação e juros;
- redução nos gastos com caminhão-pipa;
- redução nos gastos com serviços técnicos profissionais; e
- aumento nos gastos com publicidade e propaganda.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber:

- aprimoramento no critério de reconhecimento da Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber; e
- aumento do nível de inadimplência em função da pandemia.

Outras receitas (despesas) operacionais:

- elevação nas reversões para provisões não dedutíveis; e



- redução no pagamento e na constituição de provisões.

Receitas (despesas) financeiras:

- valorização do euro e do dólar frente ao real.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores comentam que a operação da Companhia é restrita ao mercado interno e conseqüentemente não há impacto decorrente de taxa de câmbio na receita.

As receitas da Companhia são oriundas da prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. A receita das vendas e serviços é impactada, fundamentalmente, pelo incremento no número de economias, pelo comportamento do volume medido e pelo reajuste tarifário. A Companhia possui, ainda, 1 (uma) concessão para exploração de resíduos sólidos formalizada com o Município de Varginha, sendo que em 2020 esse serviço foi responsável por 0,04% das receitas da Companhia.

A formalização da prestação dos serviços de saneamento se dá por meio de Contratos de Concessão e/ou Contrato de Programa. Em dezembro de 2021, o número de concessões da Companhia (Controladora e COPANOR) totalizava 640 concessões para abastecimento de água e 310 relativas a esgotamento sanitário, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Concessões ¹	31.12.2021			31.12.2020			31.12.2019		
	Total	Controladora	Coponor	Total	Controladora	Coponor	Total	Controladora	Coponor
Água									
Concessões	640	591	49	640	591	49	641	592	49
Em Operação	631	583	48	630	582	48	629	581	48
Esgoto									
Concessões	310	254	56	310	254	56	311	255	56
Em Operação	266	225	41	265	224	41	263	223	40

1) Considera-se apenas uma concessão/operação por município, independentemente de haver mais de um contrato, nos casos de atendimento de COPASA e COPANOR no mesmo município, ou de se tratar de um contrato que abranja somente distritos e localidades.

Em dezembro de 2021, 83% das receitas de água e esgoto da Companhia eram provenientes de concessões cujos prazos de vencimentos ocorrem após janeiro de 2032. Na mesma data, encontravam-se vencidas concessões referentes a 10 municípios, representando cerca de 1,4% das receitas de água e esgoto. Atendendo ao princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais, os serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia.

Sobre a concessão de Belo Horizonte, a Companhia esclarece que o Convênio de Cooperação, assinado em 13.11.2002, estabeleceu o prazo de 30 anos para a prestação dos serviços, com vencimento previsto em 13.11.2032. Em 30 de abril de 2004, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Convênio, contendo na íntegra, a mesma redação constante no referido Convênio quanto à sua vigência. Essa cláusula no Aditivo gerou, posteriormente, a interpretação de que o vencimento da concessão seria de 30 anos a contar da data do 1º Aditivo. Em avaliação pormenorizada dos contratos da COPASA MG, a Companhia, numa nova interpretação, entendeu que o vencimento se dará em 13.11.2032, tomando-se como referência a data de formalização do Convênio de Cooperação.

A Companhia avaliou, ainda, as cláusulas referentes à renovação automática de contratos. Em uma nova interpretação, 59 contratos de concessão, até então considerados vencidos, passaram a estar vigentes.

b.1) Fatores que impactam a receita da Companhia:

- **Volume medido**

Os Diretores comentam sobre o volume medido da empresa nas localidades onde opera. O volume medido depende da expansão da empresa nas localidades já operadas, pelo início de operação de novas concessões de água e esgotamento sanitário, assim como de variações no consumo *per capita* dos clientes.

A seguir, o volume medido por economia (média mensal observada em cada exercício):

Consolidado ¹	Unidade	2021	2020	2019
Volume medido por economia (água)	m ³ /economia por mês	9,58	9,49	9,58
Volume medido por economia (esgoto)	m ³ /economia por mês	9,57	9,49	9,61

1) O volume medido por economia de água e esgoto refere-se à média mensal e foi calculado tomando-se como base o número médio de economias de cada período.

A variação do volume medido por economia pode ser explicada analisando aspectos no curto e no longo prazo.

Curto Prazo:

- sazonalidade e período de consumo: diretamente proporcional (1 dia adicional no período de consumo implica no aumento de 3,3% no volume faturado);
- temperaturas mais elevadas: volume faturado tende a aumentar;
- temperaturas mais baixas: volume faturado tende a cair; e
- períodos chuvosos: volume faturado tende a cair.

Longo Prazo:

- tamanho das famílias;
- conscientização da população quanto à necessidade de preservação dos recursos naturais, e por consequência, redução de consumo;
- crescimento da Companhia em municípios menores e na periferia onde o consumo por habitante tende a ser menor;
- desempenho da atividade industrial;
- modificação da tipologia dos imóveis - maior predileção por imóveis verticais;
- necessidade de redução de despesas domésticas; e
- instalações e equipamentos hidráulicos que utilizam técnicas de uso racional da água.

Especificamente quanto ao tamanho das famílias, cabe mencionar que historicamente observou-se uma redução significativa no número de membros, que resultou na queda do volume faturado por economia.

Situação Hídrica:

O volume faturado pode ser afetado, ainda, pela disponibilidade de água nos mananciais que são utilizados para o abastecimento da população. Assim, se o nível dos mananciais utilizados em uma unidade de produção estiver abaixo do considerado ideal, pode haver a necessidade de adoção de medidas de incentivo à redução voluntária no consumo ou de restrição de consumo (rodízio ou racionamento). Pode haver, ainda, a

necessidade de investimentos ou de gastos adicionais, dependendo das alternativas de abastecimento disponíveis, do porte dos municípios, dentre outros fatores.

Períodos de alta pluviosidade também podem afetar a Companhia, principalmente, com a ocorrência de inundações em alguns de seus sistemas de abastecimento. Tal fato pode ter como consequência a paralisação do abastecimento ou o carregamento de um grande número de resíduos para as captações superficiais, gerando alterações na qualidade da água bruta. Assim, para manutenção da qualidade da água distribuída à população, tornam-se necessárias adequações no processo de tratamento da água, que podem resultar em gastos adicionais para a Companhia.

Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

Na RMBH, responsável por cerca de 50% do faturamento da Companhia, o abastecimento é integrado de forma parcial e é realizado, principalmente, por meio de 2 (dois) grandes sistemas:

- **Sistema Paraopeba (Reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores):** responsáveis pelo abastecimento de cerca de 49% da RMBH; e
- **Sistema Rio das Velhas, cuja captação é realizada a fio d'água:** responsável pelo abastecimento de cerca de 42% da RMBH.

A seguir, gráfico com a evolução dos níveis de reservação de água, a partir de 2015, dos reservatórios do Sistema Paraopeba (Rio Manso, Vargem das Flores e Serra Azul), responsáveis por 49% do volume distribuído na RMBH. Em 28.02.2022, esses reservatórios se encontravam com 100% do volume total:



A vazão do Rio das Velhas, no ponto de captação do sistema de produção, é bastante influenciada pela ocorrência de chuvas, tendo em vista sua localização na parte alta da bacia hidrográfica. As características dessa bacia proporcionam picos de vazão repentinos quando da ocorrência de chuvas nas cabeceiras e o rápido retorno à normalidade do fluxo.

Sistema Rio das Velhas	
Percentual do volume distribuído da RMBH	44%
Outorga de captação	8,7 m³/s
Vazão média do Rio das Velhas dos últimos 15 dias anteriores a 28.02.2022	43,8 m³/s
Vazão média utilizada nos últimos 12 meses	6,9 m³/s



O nível dos reservatórios do Sistema Paraopeba, bem como a vazão do Rio das Velhas são atualizados diariamente, sendo que o link de acesso é: <http://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/abastecimento-de-agua/nivel-dos-reservatorios>.

Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão - Brumadinho/MG

Em função do rompimento, em 25.01.2019, da barragem Mina Córrego do Feijão em Brumadinho, operada pela Vale S.A., a Companhia executou ações visando identificar e mitigar os riscos à sua operação. Preventivamente, a empresa fechou as comportas da unidade de captação de água no rio Paraopeba, no mesmo dia do rompimento, visando à preservação das instalações da captação, cujos ativos não sofreram deterioração, portanto, não foram comprometidos.

Em julho de 2019, foi assinado Termo de Compromisso (TC) entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Vale, tendo como um dos intervenientes a COPASA MG, para construção de novo ponto de captação no Rio Paraopeba, a montante do ponto de rompimento e da congruência do ribeirão Ferro Carvão e rio Paraopeba.

A Vale informou que iniciou, em setembro de 2021, o bombeamento de água do novo sistema de captação do rio Paraopeba, em Brumadinho, com vazão de 1 (um) mil litros por segundo, atingindo 2 (dois) mil litros por segundo em novembro do mesmo ano. Segundo informações prestadas ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais pela Vale, em 25.02.2022, as estruturas implantadas já se encontram em condições técnicas para o início dos testes de bombeamento, com a vazão de 5 (cinco) mil litros por segundo.

Porém, em razão da necessidade de manter a continuidade do abastecimento público da RMBH e do nível de consumo de água registrado nos últimos dias frente à capacidade de produção atual, a Companhia entendeu ser mais prudente aguardar um quadro de consumo mais estável para autorizar o início dos testes de bombeamento do novo sistema, que, por estar sendo operado de forma integral pela 1ª (primeira) vez, está sujeito a intermitências que podem impactar diretamente na distribuição de água à população.

Encontram-se em andamento os ajustes finais necessários para o início da operação assistida e efetiva entrega da captação para a COPASA MG.

A COPASA MG ressalta que os atuais níveis dos reservatórios da bacia do Paraopeba permitem que os testes iniciais da nova captação possam ser temporariamente postergados sem prejuízo ao abastecimento regular da população da RMBH.

Interior do Estado de Minas Gerais

As atividades da Companhia no interior do Estado são pulverizadas em vários municípios e bacias hidrográficas distintas. De forma geral, a maioria das localidades onde a Companhia presta seus serviços possui fonte de produção de água local. Assim, eventual restrição hídrica no abastecimento impacta apenas localmente e de forma marginal as receitas totais da Companhia.

Em 28.02.2022, encontrava-se em situação de racionamento apenas a localidade de Bom Jesus de Cardosos (município de Urucânia), que possui cerca de 800 ligações de água, ao passo que em fevereiro de 2021, encontravam-se em racionamento as localidades de Jesus de Cardosos (município de Urucânia) e Vale Verde de Minas (município de Ipaba) que representam, de forma conjunta, cerca de 1,3 mil ligações de água.

Visando a minimizar os impactos da situação hídrica, a Companhia recorre a meios que contribuem para a regularização do abastecimento nas localidades afetadas, por meio da utilização de caminhões-pipa,

perfurações de poços e investimentos em captações alternativas, conforme as opções disponíveis em cada região e o grau de criticidade da escassez em cada caso. Adicionalmente, são intensificadas campanhas de conscientização quanto ao consumo racional da água.

Especificamente quanto a Montes Claros, município com população estimada de 413,5 mil habitantes e maior concessão da Companhia no interior do Estado, que historicamente enfrenta problemas de estiagem, foram iniciadas obras de implantação do Sistema São Francisco, que possui capacidade de 500 l/s. Esse sistema, além de promover segurança hídrica do município de Montes Claros até o ano de 2050, prevê, ainda, o abastecimento dos municípios de Coração de Jesus e Ibiaí, podendo, também, ser considerado como alternativa para outras localidades da região, beneficiando potencialmente cerca de 430 mil habitantes. A finalização do empreendimento está prevista para ser concluída até o final deste semestre, com aporte previsto de R\$257 milhões.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

▪ **impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos no resultado**

Os Diretores comentam sobre os impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos no resultado de 31.12.2021, 31.12.2020 e 31.12.2019:

Os Diretores comentam que os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela COPASA MG são remunerados sob a forma de tarifas, que são definidas pela Arsae-MG. Essas tarifas são diferenciadas por categorias de clientes, sendo composta por uma Tarifa Fixa e uma Tarifa Variável, cobrada de acordo com faixas de consumo, em função do volume medido em m³.

O cálculo das tarifas toma como base os custos globais incorridos pela Companhia em toda sua área de atuação, em nível considerado eficiente pela Agência Reguladora, devendo assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços, conforme previsto na Lei Federal nº 11.445/2007.

A cada 4 (quatro) anos, ocorre a Revisão Tarifária, que consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços. A revisão visa garantir a adequada remuneração dos serviços, buscando o equilíbrio entre o preço justo para os usuários e a remuneração necessária para cobrir os custos dos serviços e do capital investido para a concessionária.

Anualmente, tem-se o reajuste tarifário, com o objetivo de compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período.

A seguir, as informações sobre os reajustes e revisão das tarifas da COPASA MG, dos últimos 3 (três) exercícios:

Ano	Impacto Tarifário Médio	Vigência	Resolução	Nota Técnica
2021 (revisão)	-1,52%	01.08.2021	Resolução n° 154/2021	CRE n°14/2021
2020 (reajuste)	+3,04%	01.08.2020 ⁰	Resolução n° 141/2020	GRT n° 10/2020
2019 (reajuste)	+8,38%	01.08.2019	Resolução n° 127/2019	GRT n° 07/2019

(1) A aplicação deste reajuste foi postergada em 90 (noventa) dias a partir de 01.08.2020.

▪ **impactos das variações nas taxas de juros no resultado**

Os Diretores comentam sobre o efeito das variações nas taxas de juros no resultado de 31.12.2021, 31.12.2020 e 31.12.2019:

No encerramento dos 3 (três) últimos exercícios sociais (2021, 2020 e 2019), a Companhia possuía 94%, 91% e 91% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, do IPCA, da TR e do CDI, e 6%, 9% e 9% indexados em moeda estrangeira (dólar e euro), respectivamente.

Dessa forma, são realizadas simulações de diversos cenários, considerando refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos e levando-se em consideração somente os principais ativos e passivos financeiros. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma possível mudança nas taxas de juros nos empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis, conforme demonstrado a seguir:

Indicadores	Exposição (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
		Provável (ii)	25%	-25%	50%	-50%
TJLP	325.634	5,80%	7,25%	4,35%	8,70%	2,90%
Variação do Principal (R\$ Mil)		18.887	23.608	14.165	28.330	9.443
IPCA	931.637	5,03%	6,29%	3,77%	7,54%	2,51%
Variação do Principal (R\$ Mil)		46.861	58.577	35.146	70.292	23.431
CDI	1.593.314	11,50%	14,37%	8,62%	17,25%	5,75%
Variação do Principal (R\$ Mil)		-	-	-	-	-
TR	855.523	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Variação do Principal (R\$ Mil)		-	-	-	-	-
Taxa Fixa (iii)	257.217	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Variação do Principal (R\$ Mil)		-	-	-	-	-
Total (R\$ Mil)	3.963.325	65.748	82.185	49.311	98.622	32.874

(i) Principal em 31.12.2021.

(ii) Fontes dos índices: CDI (Meta Selic) e IPCA (Relatório Focus - BACEN de 31.12.2021; TJLP (projeção Bradesco 10.12.2021: <https://www.economiaemdia.com.br/SiteEconomiaEmDia/Projecoes/Longo-Prazo>; INPC (Sistema de Expectativa Bacen (última projeção disponível 01.08.2021: <https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/?wicket:interface=:1:::>)).

(iii) Contratos sem correção monetária: KfW, BEI e FINAME.

▪ **impacto das variações nas taxas de câmbio sobre o resultado**

Os Diretores comentam sobre o efeito das variações nas taxas de juros no resultado dos 3 (três) últimos exercícios

A COPASA MG está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do Euro, em relação ao Real, com impactos diretos no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

O endividamento em moeda estrangeira representava 5,9% da dívida bruta em dezembro de 2021, abaixo do percentual registrado em dezembro de 2020 e se referia à dívida junto ao banco alemão KfW e ao Banco Europeu de Investimentos - BEI, cujos saldos devedores acrescidos dos juros de curto prazo eram de €27,5 milhões e €10 milhões, respectivamente (equivalentes a R\$174,2 milhões e R\$63,2 milhões em dezembro de 2021), não havia mecanismo de *hedge* contratado.



A seguir simulação quanto à estimativa de variação cambial do euro (€), de $\pm 25\%$ e $\pm 50\%$, no saldo devedor dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

Instrumento Financeiro (Valores em R\$ Mil)	Banco KfW	BEI
Saldo devedor em 31.12.2021 (em moeda estrangeira - milhares)	€ 27.535	€ 10.000
Saldo devedor em 31.12.2021 (em milhares de Reais)	174.048	63.210
Provável (Projeção)	(9.610)	(3.490)
Queda do euro em 25%	43.512	15.802
Queda do euro em 50%	87.024	31.605
Acréscimo do euro em 25%	(43.512)	(15.802)
Acréscimo do euro em 50%	(87.024)	(31.605)

Fontes dos índices projetados: Euro Projeção Bradesco 10.12.2021;

<https://www.economiaemdia.com.br/SiteEconomiaEmDia/Projecoes/Longo-Prazo>.



10.3. Os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas DFs do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores comentam que não houve eventos dessa natureza que tenham causado efeitos relevantes nas DFs da Companhia.

Adicionalmente, os Diretores comentam que não esperam que haja eventos dessa natureza com efeitos relevantes nas DFs da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores comentam que não houve eventos dessa natureza que tenham causado efeitos relevantes nas DFs da Companhia.

Adicionalmente, os Diretores comentam que não esperam que haja eventos dessa natureza com efeitos relevantes nas DFs da Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores comentam que não houve eventos dessa natureza que tenham causado efeitos relevantes nas DFs da Companhia.

A Companhia, no dia 14 de julho de 2021, divulgou Fato Relevante, comunicando que recebeu do seu acionista controlador, Estado de Minas Gerais, por meio da Advocacia Geral do Estado (AGE), naquela data, Ofício informando da aprovação do Projeto de Lei nº 2.508/2021 pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, referente à autorização para suplementação orçamentária e aporte de capital nessa Companhia para realização de intervenções e obras que potencializarão a resiliência hídrica das Bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas, proveniente do Acordo firmado judicialmente entre o Estado de Minas Gerais e a empresa Vale S.A. Esses investimentos, conforme previsto no Acordo, totalizam R\$2,05 bilhões. A sanção da Lei pelo Governo do Estado de Minas Gerais ocorreu em 28 de julho de 2021 (Lei nº 23.830/2021). O reconhecimento nas Demonstrações Financeiras ocorrerá após o efetivo aporte dos recursos, tanto por parte do Estado de Minas Gerais quanto dos acionistas minoritários que exercerem seu direito de preferência, observada a legislação societária.

Ademais desse fato mencionado, os Diretores comentam que não esperam que haja outros eventos dessa natureza com efeitos relevantes nas DFs da Companhia.

10.4. Os Diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Nos exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020 não houve alteração nas práticas contábeis.

Os Diretores comentam que houve alteração de prática contábil em decorrência da adoção do *IFRS 16/CPC 06 (R2)*, no exercício social encerrado em 31.12.2019, conforme abaixo:

A Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, veículos, máquinas e equipamentos. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, avaliando se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. A Companhia atualmente avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento de acordo com o *CPC 06(R2)/IFRS 16*, e reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos. Dessa forma, esses arrendamentos constam no balanço patrimonial.

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental em 01.01.2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil, como se o *CPC 06(R2)/IFRS 16* tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o *CPC 06(R2)/IFRS 16* a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o *CPC 06(R1)/IAS 17*. Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou, retrospectivamente, ao determinar o prazo do arrendamento.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme descrito anteriormente, nos exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020, não houve alteração nas práticas contábeis.

Referente ao exercício findo em 31.12.2019, na transição para o *CPC 06(R2)/IFRS 16*, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento adicionais. Quando da transição, em 01.01.2019, houve a contabilização de R\$38,4 milhões na conta ativos de direito de uso e na conta passivos de arrendamento.



Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 01.01.2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 6,8%.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas DFs do exercício findo em 31.12.2021 foi emitido com a seguinte Base para opinião com ressalva:

“Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 e nº 16(c) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em dezembro de 2021 a Companhia quebrou acordos contratuais (“*covenants*”) dos seus contratos de debentures no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor. Conforme divulgado na nota explicativa nº 36(2), nos dias 10 e 21 de março de 2022 os credores concordaram em não exigir o pagamento antecipado. Conforme parágrafo 74 do CPC 26 (IAS1), quando a entidade quebrar um acordo contratual (“*covenant*”) de um empréstimo de longo prazo ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do “*covenant*”. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não atendeu ao item citado e manteve o passivo classificado no não circulante. Portanto, em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante, individual e consolidado, está apresentado a menor e o passivo não circulante, individual e consolidado, a maior em R\$1.933.212 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.”.

Os Diretores da Companhia comentam que, conforme relatado na nota explicativa 02, a Companhia, devido à falta de cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados indicadores não financeiros, em função das recentes decisões em relação ao Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, ajuizado em 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia e, em atendimento ao item 74 do CPC 26, deveria reclassificar as suas dívidas do passivo não circulante para o passivo circulante. No entanto, considerando a obtenção do *waiver* (perdão) junto aos credores e que essas dívidas da Companhia não se configuram como passivo exigível no curto prazo, a referida reclassificação conforme o item 74 do CPC 26 consistiria em grave distorção do Balanço Patrimonial da Companhia.

O item 19 do referido CPC 26 menciona também que, se a Administração vier a concluir que a conformidade com um requisito de pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC conduziria a uma apresentação tão enganosa que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações financeiras estabelecido no CPC 00 – “Estrutura Conceitual para relatório financeiro” (CPC 00), a Companhia não deve aplicar esse requisito. A Administração entende que a referida reclassificação seria uma informação enganosa para os usuários das Demonstrações Financeiras, ferindo a finalidade de representação fidedigna dessas



demonstrações, conforme previsto no CPC 00 e, desta forma, não efetuou a referida reclassificação. Em atendimento ao item 20 do referido CPC 26, a Companhia informa que, caso tivesse sido cumprido o requisito do item 74 do CPC 26, efetuando a referida reclassificação, o passivo circulante seria aumentado e o passivo não circulante reduzido em R\$1.933.212.

DFs do exercício findo em 31.12.2020

O “Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas” da Companhia, referente ao exercício findo em 31.12.2020, foi emitido sem ressalvas e ênfases.

DFs do exercício findo em 31.12.2019

O “Relatório do auditor independente sobre as DFs individuais e consolidadas” da Companhia, referente ao exercício findo em 31.12.2019, foi emitido com a seguinte ênfase.

“Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que indica que os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reapresentados, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2.1. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.”

Os Diretores da Companhia comentam que, conforme relatado na nota explicativa 2.1 das referidas DFs, a reapresentação foi realizada, em virtude de reclassificação de valores referentes a obras em andamento no ano 2018, relacionadas aos contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Tais valores estavam registrados como Ativo Intangível em curso e foram reclassificados para Ativos de Contrato, em adequação ao CPC 47/*IFRS* 15 – receita e a revisão do ICPC 01/*IFRIC* 12 – Contratos de Concessão, notadamente o parágrafo 19 do *IFRIC* 12.

Esta reclassificação, no montante de R\$981.697 mil (consolidado de R\$1.019.527 mil) em 1º de janeiro de 2018 e R\$1.147.522 mil (consolidado de R\$1.198.262 mil) em 31 de dezembro de 2018, não afetou os covenants (índices financeiros) de empréstimos, financiamentos e debêntures, a liquidez, a posição patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, as demonstrações dos fluxos de caixa e a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia.

10.5. Os Diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Na elaboração das DFs, os Diretores esclarecem que a Companhia utiliza estimativas e julgamentos para os registros contábeis. Embora a administração da Companhia acredite que os julgamentos e as estimativas sejam razoáveis, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Julgamentos

A seguir, informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- **Consolidação:** determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida, conforme item “a” descrito abaixo.
- **Prazo do arrendamento:** avaliar se Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação, conforme item “b” descrito abaixo.
- **Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** determinação se a Companhia não tem influência significativa sobre a investida, conforme item “h” descrito abaixo.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31.12.2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal são os seguintes:

- **Impostos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme item “c”.
- **Provisão para perdas na realização de crédito:** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, conforme item “d”.
- **Reconhecimento de receita de construção:** estimativa da margem considerando a Resolução nº 72/2015 da Arsae-MG, conforme item “e”.
- **Reconhecimento de receita não faturada:** estimativa baseada na média de consumo, conforme item “f”.
- **Benefícios de planos de previdência complementar:** principais premissas atuariais, bem como definição da taxa, conforme item “g”.

- **Instrumentos financeiros mensurados a valor justo:** determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais, conforme item “h”.
- **Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais:** definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos, conforme item “i”.
- **Perda do valor recuperável de ativos não financeiros:** definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis, conforme item “j”.
- **Ativos financeiros e ativos intangíveis vinculados à concessão:** definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente, conforme item “k”.

Neste sentido, as principais práticas contábeis são aquelas que têm relevância para retratar a condição financeira e resultados, e, para a Companhia, tais premissas são difíceis, subjetivas e complexas, exigindo, dessa forma, estimativas sobre assuntos inerentemente incertos.

Sendo assim, seguem abaixo comentários dos Diretores referentes às principais práticas contábeis citadas acima:

a) Base de consolidação

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As Demonstrações Financeiras (DFs) de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas DFs individuais da Controladora (COPASA MG), as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Arrendamento mercantil

A Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, veículos, máquinas e equipamentos. A Companhia classificava, anteriormente, os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação considerando se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, e reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A entidade deve determinar o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. Ao avaliar se o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento, a entidade deve considerar todos os fatos e circunstâncias relevantes, que criam incentivo econômico para o arrendatário exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção de rescindir o arrendamento, conforme descrito.



Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental em 01.01.2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

A Companhia, em plena conformidade com o Pronunciamento CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo referido CPC. Tal vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

c) Impostos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço e reconhecidos conforme descrito no CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro. São mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. Anualmente, a Companhia realiza Estudo Técnico que tem por objetivo atender as determinações contidas na Deliberação CVM nº 599/2009 e Pronunciamento Técnico CPC 32/IAS12, visando ao registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias. Este Estudo também é um indicativo quanto à recuperabilidade do ativo fiscal diferido, podendo resultar em provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, e se baseia no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de



estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

d) Contas a receber de clientes e provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no decurso normal das atividades da empresa, sendo inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável.

A perda esperada registrada contabilmente pela Companhia leva em consideração a análise dos saldos históricos dos recebimentos para um período de 12 a 36 meses, segregados conforme características de risco de crédito, e divididos em grupos de inadimplência conforme faixas de vencimento, visando determinar de forma mais acurada a taxa pela qual os devedores passam para uma categoria com maior risco de inadimplência ao longo do tempo.

Isto permitiu incorporar informações sobre o prazo real de pagamentos das faturas e, determinar, a partir do contas a receber de clientes, as estimativas de perda esperada para cada categoria de inadimplência.

A Companhia revisitou os critérios da estimativa, segregando a base de dados por localização geográfica e categoria de clientes para determinar taxas de perda para cada grupo, com base em novas informações disponíveis e análise da dívida de seus clientes, e integrando projeções razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras.

Adicionalmente, a Companhia refinou, em suas análises, o cálculo do período de tempo adequado para efetuar a baixa contábil definitiva a resultado de seus recebíveis, após exauridos todos os esforços comerciais de cobrança. Tal intervalo de tempo, anteriormente calculados em 180 dias após o vencimento, foi revisto, no quarto trimestre de 2020, para 360 dias; levando em conta a análise do comportamento histórico de tal recuperabilidade e o efeito dos trâmites de cobrança finais realizados pela Companhia e por terceiros, a partir dos quais os esforços de cobrança não mais surtem efeitos significativos, e os valores não recuperados são considerados perdidos.

A Companhia continuará analisando o comportamento de seus recebíveis, de forma que os valores provisionados reflitam as expectativas de perdas no contas a receber de clientes. Especificamente quanto à pandemia do Covid-19, a Companhia continua monitorando eventuais impactos nos seus negócios e informa que, para o exercício findo em 31.12.2021, não foram identificados efeitos dela advindos que requerem ajustes sobre as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, no tocante à recuperabilidade de seus ativos.

A Companhia não reconheceu provisão para perdas sobre débitos relativos ao Estado de Minas Gerais, acionista controlador, tendo em vista o histórico recente de renegociações e celebração de termos de compensação com dividendos e juros sobre o capital próprio. A Administração da Companhia avalia esse assunto dependendo dos fatos e circunstâncias a cada data de reporte.

Quanto aos créditos junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, considerando que o repasse tarifário ao Fundo Municipal de Saneamento está condicionado à quitação das faturas pela prefeitura, não é constituída provisão para perdas.

e) Receita de construção



A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), em que a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem.

A partir de julho de 2015, a Companhia efetuou uma mudança de estimativa e passou a aplicar “margem zero”, após considerar a Resolução Arsa-MG nº 72/2015 que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão, pelos municípios.

f) Reconhecimento das receitas faturadas e não faturadas

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia, considerando o montante envolvido, cria estimativas, que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

g) Benefícios de planos de previdência complementar

A partir de 01.11.2010, a COPASA MG passou a ter 3 (três) planos distintos: a) o atual plano Benefício Definido (BD) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o plano Benefício Definido (BD) saldado, fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano de Contribuição Definida (CD) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes.

O passivo relacionado aos planos de previdência complementar está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. O valor atual dessas obrigações é calculado anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. Para determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão são utilizadas determinadas premissas, dentre as quais está a taxa de juros de desconto.

Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a COPASA MG considera que a taxa de desconto no Brasil, para fins de atendimento ao disposto nas normas contábeis, deve ser obtida com base nos retornos oferecidos pelos títulos do governo (NTN-B) na data-base da avaliação atuarial, sem ajustes em função de fatores de risco Brasil ou expectativas futuras de oscilações na rentabilidade destes títulos.

As premissas atuariais utilizadas pela COPASA MG são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados reais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de



vida dos participantes. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

h) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A COPASA MG possui participação de 15,5% na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S.A., sem influência significativa na investida, pois não participa dos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições. Esses investimentos são considerados como instrumentos financeiros e mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, conforme o CPC 40/*IFRS*, utilizando informações disponíveis no mercado e apropriadas metodologias de estimativa. Entretanto, faz-se necessário um julgamento considerável para interpretar dados de mercado no desenvolvimento de estimativas sobre o valor justo. Assim, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente os valores que poderiam ser realizados no câmbio do atual mercado. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter efeito relevante sobre os valores justos estimados.

Os outros 84,5% da GS Inima Industrial Jeceaba S.A., empreendimento esse que consiste em uma Sociedade de Propósito Específico - SPE com o objetivo de execução de projeto, implementação, operação e manutenção dos sistemas de água industrial e efluentes, gerenciamento de resíduos e coprodutos, e infraestrutura de energia elétrica da usina siderúrgica de propriedade da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil - VSB, localizada no município de Jeceaba/MG, são de participação da GS Inima Industrial.

O término da referida Sociedade (SPE) estava previsto para janeiro/2026. No entanto, a empresa Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil – VSB, em setembro de 2021, exerceu seu direito contratual de compra dos ativos da GS Inima Industrial Jeceaba S/A (resilição imotivada), no valor de R\$448 milhões.

Assim, a empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A encerrou suas operações e o valor do investimento, em dezembro de 2021, foi ajustado, considerando não haver mais expectativa de fluxo de caixa futuro. A COPASA MG estuda sua retirada da sociedade e fará o devido reconhecimento em suas Demonstrações Financeiras quando do efetivo recebimento de sua participação acionária, respeitadas as regras contábeis.

No período de 2011 a 2021 a Companhia recebeu R\$120,7 milhões a título de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e pelo nível 2, portanto são utilizadas outras técnicas, mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros por uma determinada taxa. Considerando que a taxa de desconto utilizada nessa metodologia deve refletir o custo de oportunidade presente em uma decisão de investimento e que as decisões de investimento tomadas considerando a estrutura de capital e os custos de financiamento da empresa, a Companhia utilizou uma taxa de atratividade de 12,25% como taxa de desconto para a estimativa de preço justo dos instrumentos financeiros.

i) Provisões

As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As estimativas são essenciais quando se trata de provisões, devido as suas características intrínsecas de risco e incerteza e devem ser resultantes da capacidade de a entidade determinar um conjunto de desfechos possíveis, além de definir a melhor estimativa de valor.



Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

Para revisão periódica e validação dos níveis de riscos e valores indicados pela área jurídica nos processos contra a Companhia, em agosto de 2015, foi instituído o Fórum de Contingências. Esse Fórum leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da Diretoria Executiva, estabelecendo-se assim, procedimentos criteriosos para a constituição destas provisões.

A metodologia de classificação de risco da Companhia considera a probabilidade de perda de cada ação, com base nos fatos apresentados em cada um dos processos, o pleito deduzido em face da situação fática e de direito exposta pelos respectivos autores, o entendimento jurisprudencial específico sobre a matéria discutida no processo e o resultado final de casos semelhantes envolvendo a Companhia.

Os valores provisionados foram considerados suficientes pela Administração, mas por se tratar de estimativas, as perdas efetivas em períodos futuros, poderão divergir materialmente do montante provisionado.

j) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto



utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

k) Ativos financeiros – Contratos de concessões

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela Arsae-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia reconhece um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia.

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e, posteriormente, ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

A Companhia não reconhece perda por *impairment*, tendo em vista que os contratos de concessão preveem que, na extinção da concessão, os bens construídos ou adquiridos pela Companhia reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data de fechamento das DFs de 31.12.2021 não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.



10.6. Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas DFs do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Empréstimos e Financiamentos

No encerramento do exercício de 2021, a Controladora (COPASA MG) possuía linha de crédito disponível no montante total de R\$1,68 bilhão, sendo R\$42,8 milhões junto ao BNDES, R\$312,2 milhões junto à Caixa, €74,7 milhões (equivalente a R\$472,1 milhões) contratados com o KfW e €135 milhões (equivalente a R\$853,3 milhões) junto ao Banco Europeu de Investimento - BEI e que serão utilizados no Programa de Investimentos. O registro contábil dessas dívidas será realizado quando da efetiva entrada desses recursos.

b. outros itens não evidenciados nas DFs

À exceção das informações prestadas acima, os Diretores esclarecem que as operações realizadas pela Companhia estão registradas no Balanço Patrimonial ou apresentadas nas Notas Explicativas.



10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas DFs indicados no item 10.6, os Diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das DFs do emissor

Os itens destacados na seção 10.6 deste documento ainda não atendem aos critérios de reconhecimento de passivos, por serem obrigações originadas de contratos ainda não integralmente cumpridos, ou seja, dependem de eventos futuros para se materializarem e, em consequência, não há reconhecimento dos ativos ou despesas correspondentes.

b. natureza e o propósito da operação

Os Diretores da Companhia comentam que os saldos dos financiamentos contratados e a liberar estão relacionados às linhas de financiamentos, a serem utilizados na execução do Plano Plurianual de Investimentos, sendo que o registro contábil será realizado quando da efetiva entrada desses recursos na COPASA MG.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A liberação dos recursos não possui cronograma previamente definido, não sendo possível, portanto, mensurar o impacto neste momento. Os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes em função das operações descritas no item 10.6 deste documento e não evidenciados nas DFs que possam vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das DFs da Companhia.

10.8. Os Diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

• Investimentos realizados em 2021

Conforme demonstrado no quadro a seguir, em 2021, considerando a Controladora (COPASA MG), foram investidos R\$906,9 milhões, dos quais R\$537,1 milhões foram alocados em sistemas de abastecimento de água, R\$317,5 milhões em sistemas de esgotamento sanitário e R\$52,3 milhões em programas de desenvolvimento empresarial e operacional.

Investimentos (R\$ Milhões)	2021
Água	537,1
Esgoto	317,5
Desenvolvimento Empresarial e Operacional	52,3
Controladora (COPASA MG)	906,9
COPANOR	36,5
Total	943,4

Os principais investimentos realizados em 2021 foram em:

Sistemas de Abastecimento de Água

- ampliação da capacidade de produção dos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios de Barroso, Frei Lagonegro, Lagoa Santa, Mato Verde, Montes Claros, Nova Serrana, Patos de Minas, Ubá e Várzea da Palma;
- ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios de Curvelo, Extrema, Ipatinga, Lavras, Montes Claros, Nazareno, Nova Resende, Sabará e São Gotardo;
- implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios de Cambuquira, Campestre, Conselheiro Lafaiete, Guaraciama, Ijaci, Montalvânia, Montes Claros, Palma, Patos de Minas e São João Nepomuceno;
- melhorias e otimização dos Sistemas de Abastecimento de Água nos municípios de Belo Oriente, Conceição do Mato Dentro, Lavras, Medina, Paracatu, Perdígão, Resplendor, Santa Luzia, Teófilo Otoni e Timóteo;
- execução de Unidade de Tratamento de Resíduos (UTR) das Estações de Tratamento de Água (ETA) dos municípios de Araxá, Belo Horizonte, Betim, Caratinga, Cataguases, Divinópolis, Ibitaré, Itajubá, Lavras e Varginha;
- aquisição de micromedidores de vazão, visando à efficientização da hidrometração e à redução de perdas;
- aquisição de equipamentos operacionais para modernização e otimização dos Sistemas de Abastecimento de Água em diversos municípios operados; e
- execução de redes distribuidoras e ligações prediais de água em vários municípios do Estado de Minas Gerais.



Sistemas de Esgotamento Sanitário

- ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos municípios de Carmo da Cachoeira, Diamantina, Estrela do Sul, Fronteira, Ibirité, Ipatinga, Medina, Nova Lima, Ribeirão das Neves e Sabará;
- implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos municípios de Caratinga, Divino, Espinosa, Inhapim, Leandro Ferreira, Santana do Paraíso, São João Nepomuceno, Ubá, Verdelândia e Visconde do Rio Branco;
- execução de obras voltadas ao tratamento de esgoto dos municípios de Bom Despacho, Cataguases, Jacinto, Mateus Leme, Minas Novas, Paracatu, Patos de Minas, São Gotardo e Serra da Saudade;
- aquisição de equipamentos operacionais para modernização e otimização dos Sistemas de Esgotamento Sanitário em diversos municípios operados; e
- execução de redes coletoras e ligações prediais de esgoto em vários municípios do estado de Minas Gerais.

Desenvolvimento Empresarial e Operacional

- modernização da infraestrutura de informática, com a implantação (em andamento) do sistema SAP S/4 Hana, buscando melhorias e agilização no atendimento a clientes e nos processos internos; e
- contratação de ferramentas a fim de assegurar a segurança de dados e informações, bem como em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

E. como pode ser visto no quadro de Investimentos acima, no exercício de 2021, foram investidos R\$36,5 milhões na subsidiária COPANOR.

• Programa Plurianual de Investimentos (2022 a 2026)

Em 15.12.2021, o Conselho de Administração aprovou o Programa Plurianual de Investimentos projetado da COPASA MG para os próximos 5 (cinco) anos, cujo montante é de R\$7,4 bilhões, conforme quadro a seguir:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026
Valor Previsto (R\$ milhões)	1.395	1.410	1.600	1.600	1.410

O patamar de aportes previstos no Programa de Investimentos visa à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, extensão de redes, segurança hídrica, combate a perdas, desenvolvimento empresarial, atendimento de metas regulatórias e de eficiência, compromissos de concessão assumidos, reposição de ativos depreciados, bem como a consecução do objeto social e da missão da Companhia, garantindo a sustentabilidade e perenidade da Empresa. Com isso, a Companhia procura atender as demandas dos clientes e dos poderes concedentes, em busca da universalização dos serviços.

Para o ano de 2022, estão previstos investimentos de R\$47,5 milhões para a subsidiária, que serão empregados em demandas operacionais para garantir a sustentabilidade do negócio e a prestação adequada dos serviços, com foco em pilares como a redução de intermitências de abastecimento, redução de perdas e melhorias da infraestrutura.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A COPASA MG pretende utilizar as fontes de financiamentos tradicionais do setor de saneamento (BNDES e Caixa), operações no mercado de capitais brasileiro, bem como operação de crédito de longo prazo com



bancos de fomento, a exemplo do financiamento junto ao Banco Alemão KfW e do Banco Europeu de Investimento (BEI).

Em relação à COPANOR, a partir da 1ª Revisão Tarifária da COPASA MG, concluída em 29.06.2017, foi estabelecido, durante o ciclo tarifário de 4 (quatro) anos, um repasse subsidiado pelos clientes da área de atuação da Controladora para a COPANOR, cujo valor histórico estimado é de R\$40 milhões anuais. No âmbito da 2ª (segunda) Revisão Tarifária finalizada em junho de 2021, a Arsae-MG definiu que, para o ciclo tarifário atual, foi mantido o valor de referência de R\$40 milhões como definido em 2017, atualizado monetariamente pelo INCC.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existe desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia não possui meta de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento referentes a novos produtos e serviços já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui projetos para novos produtos e serviços em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.



10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

(i) Mensagem da Diretoria Executiva

O setor de saneamento básico brasileiro passa por profundas transformações em virtude do Novo Marco Regulatório, introduzido pela Lei 14.026/2020. As mudanças do Novo Marco trazem como pontos principais metas de eficiência da prestação dos serviços, obrigação de licitação para a formalização de novos contratos e exigência de universalização do acesso ao saneamento básico.

Relativamente às exigências de universalização dos serviços trazidas pelo Novo Marco (99% para água e 90% para esgoto coletado e tratado até 2033), a COPASA MG apresenta, já em 2021, índices de cobertura que se destacam em relação à média nacional, a saber: 99,4% referentes ao acesso à água tratada e 71,9% quanto à coleta e tratamento de esgoto dos imóveis em sua área de atuação. Os últimos dados nacionais disponíveis apontam para índices significativamente inferiores aos da Companhia, quais sejam, 84,1% para a cobertura de água e 43,9% para esgoto coletado e tratado.

Nota-se que a COPASA MG já alcançou a universalização de água tratada e a Companhia sabe da importância de se atingir também a exigência quanto à cobertura de esgoto coletado e tratado. Disso decorre o desenvolvimento de robusto Programa de Investimentos, cujos principais objetivos são a ampliação do seu sistema de abastecimento, o atendimento a metas regulatórias e de eficiência e o compromisso com as concessões assumidas.

Neste sentido, em 2021, no âmbito da Controladora, foram investidos R\$906,9 milhões em sistemas de abastecimento de água e esgoto, bem como em desenvolvimento empresarial e operacional. A Companhia prevê investimentos da ordem de R\$7,4 bilhões para os próximos 5 (cinco) anos, dos quais R\$1,40 bilhão para 2022, R\$1,41 bilhão em 2023, R\$1,60 bilhão em 2024, R\$1,60 bilhão em 2025 e R\$1,41 bilhão em 2026. Dada a necessidade de prudência na execução desses investimentos, a COPASA MG iniciou a implantação do Escritório de Projetos – PMO, valorizando a condução de seus projetos de maneira estratégica.

Referente às adaptações trazidas pelo novo Marco, a Companhia enviou, ainda, à Arsa-MG, em 31.12.2021, o requerimento de comprovação da capacidade econômico-financeira, conforme determinado pelo Decreto 10.710/2021. Adicionalmente, a COPASA MG vem se mobilizando em prol da atualização dos seus contratos de concessões vigentes, incluindo as metas de universalização previstas no Novo Marco.

O Conselho de Administração da COPASA MG, em 15.12.2021, aprovou o Planejamento Estratégico da Companhia, renovando o compromisso desta com o cliente, que figura como elemento central em sua cadeia de valor. Nesse sentido, foi estabelecido como objetivo estratégico o fortalecimento e a expansão da atuação da COPASA MG no mercado, bem como a transformação da experiência do cliente.

Ainda dentro do Planejamento Estratégico, a Companhia firmou seu compromisso com a Agenda ESG (sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance*), ao definir dez objetivos estratégicos específicos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS do Pacto Global. Relativamente ao objetivo que diz respeito à sustentabilidade, a Companhia se compromete a atuar em conformidade com os padrões ambientais, sociais e de governança e assegurar seu equilíbrio econômico-financeiro.

A COPASA MG obteve resultados operacionais representativos em 2021. A Companhia, em conjunto com a sua subsidiária COPANOR, encerrou o exercício com 640 concessões para prestação de serviços com



abastecimento de água, atendendo 11,8 milhões de pessoas. O número de economias (unidades consumidoras) de água totalizou 5,53 milhões e a extensão da rede de água atingiu 63,3 mil km, representando, em relação ao ano anterior, aumento de 1,3% e 11,4% respectivamente.

Em relação aos serviços de esgotamento sanitário, a Companhia, somada à sua subsidiária COPANOR, atingiu, em dezembro de 2021, 310 concessões, beneficiando 8,4 milhões de pessoas e o número de economias atendidas com esse serviço teve um incremento de 3,3%, totalizando 3,89 milhões, sendo que a extensão da rede atingiu 32,4 mil km, um aumento de 10,9%.

Quanto ao desempenho financeiro, a COPASA MG registrou lucro líquido de R\$537,6 milhões. O EBITDA ajustado, que desconsidera os itens extraordinários e não recorrentes (Programa de Desligamento Voluntário Incentivado, Devolução de Tarifas determinada pela Arsae-MG, e incremento da Provisão para o Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024), foi de R\$1,9 bilhão.

Para o ano de 2021, obedecendo aos critérios da Política de Dividendos vigente, foram declarados e pagos R\$282,7 milhões, a título de Dividendos Regulares.

No que diz respeito à gestão de pessoas, cabe destacar que o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDVI), cujas dispensas estão programadas para finalizar em março de 2022, contou com a adesão de 1.098 empregados da Companhia e tem *payback* estimado de 11 meses, com economia mensal prevista de R\$14 milhões. Com os demais desligamentos ocorridos ao longo do ano, o número de colaboradores atingiu, em dezembro de 2021, 10.692, uma redução de 6,2% em relação ao ano anterior.

Ainda quanto à gestão de seus colaboradores, a COPASA MG tem foco no desenvolvimento e reconhecimento dos profissionais que integram o seu quadro efetivo e, nesse sentido, desenvolveu, em todo o ano de 2021, várias ações visando ao aprimoramento contínuo de seus empregados, dentre as quais se pode destacar: (i) melhorias no plano de carreira, cargos e salários; (ii) continuidade do Programa de Desenvolvimento de Potenciais Líderes e do Programa de Mentoria para Técnicos Estratégicos; (iii) implementação do Programa de Mentoria Feminina, cujo objetivo é desenvolver lideranças femininas na Companhia e, assim, promover um ambiente organizacional mais diverso e inclusivo; (iv) continuidade do Programa Acidente Zero; e (v) realização de Treinamentos de Segurança, com 30.847 participações, o que representa 32,62% de todos os treinamentos realizados no âmbito da Companhia.

A COPASA MG está comprometida com as boas práticas de governança, pautadas pelos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. E, por estar listada no segmento do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, a Companhia se vê sujeita a regras mais estreitas de governança corporativa, o que levou à revisão de algumas de suas políticas internas em 2021 e 2022, quais sejam: o Código de Conduta e Integridade, que transmite os princípios éticos e valores fundamentais da Companhia; a Política de Transação com Partes Relacionadas; e a Política de Divulgação e Negociação.

Ademais, a Companhia conta com alguns instrumentos de denúncia, como o Canal de Linha Ética. Há ainda o *site* de Compliance, criado em 2021, que permite que os usuários conheçam os pilares do Plano de Integridade da COPASA MG e se informem sobre as demais ações por ela desenvolvidas no âmbito da governança corporativa.

Ainda relativo às ações no âmbito da governança corporativa, a Companhia promoveu o Workshop Integridade 2021, cujo tema foi “Novos Tempos, Novos Desafios, Mesmos Valores”, que contou com a participação de mais de 6 (seis) mil colaboradores, sendo acessado via plataforma EAD (Manancial do Saber) desenvolvida pela COPASA MG.



A COPASA é consciente de sua responsabilidade para com a comunidade na qual está inserida e, nesse sentido, desenvolve diversas ações socioambientais, de fomento à cultura e de melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Atualmente, a COPASA MG participa de 3 (três) iniciativas no âmbito do Pacto Global da ONU, que são O Inova 2030 - Jovens Inovadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o programa Ambição Net Zero e o Programa Equidade é Prioridade, com a parceria da ONU Mulheres.

Em 2021, a Companhia deu continuidade ao Programa Engajar para Transformar, que estabelece diretrizes do relacionamento da Companhia com a sociedade. Em seu âmbito, foram realizadas 724 reuniões com o Poder Concedente e lideranças locais, quase 4 mil capacitações, aproximadamente 116 mil abordagens com a sociedade, cerca de 46 mil atualizações cadastrais e mais de R\$8 milhões de incremento na receita em adesões de água ou esgoto.

Também merece destaque a Tarifa Social, benefício para as famílias de baixa renda, que reduz as tarifas dos serviços de água e esgoto e que, considerando a COPASA MG e a COPANOR conjuntamente, beneficiou 652,3 mil famílias (média/mês) e, dessas residências, 403,2 mil (média/mês) com esgotamento sanitário no exercício de 2021. Quanto ao Programa de Subvenção a Entidades Filantrópicas, na qual a COPASA MG pode destinar até 0,6% do seu faturamento mensal, foram disponibilizados, em 2021, R\$16 milhões entre as 652 entidades beneficiadas.

Fomentando a riqueza das artes, cultura, dança, entretenimento, esportes e do patrimônio cultural, a Companhia patrocina, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, diversos projetos, tais como 15º CineBH 2021, Brasil CineMundi – 12º International Coproduction Meeting, Festival das Artes de Tiradentes - 10 anos, Projeto Esporte Cidadão, dentre diversos outros.

No que atine à responsabilidade ambiental, merece destaque o Programa Pró-Mananciais, que foi iniciado em janeiro de 2017, com o objetivo de proteger e recuperar as microbacias hidrográficas na região de atuação da COPASA MG. Referido Projeto foi contemplado em 2021 com o troféu do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS), considerado o Oscar do setor no Brasil, sendo o único prêmio no mundo a reconhecer a excelência em gestão do saneamento básico. No exercício de 2021, a Companhia investiu no referido Programa R\$22,1 milhões, tendo sido plantadas 87,5 mil árvores, instalados 465,8 mil metros de cercas para isolamento de Área de Preservação Permanente -APP e construídas 8,6 mil barraginhas de infiltração de água pluvial.

De maneira complementar ao Programa Pró-Mananciais, a Companhia promove programa de educação ambiental junto à comunidade escolar, denominado Chuá Socio-Ambiental, conscientizando sobre a importância da preservação e recuperação de mananciais para fins de abastecimento.

A COPASA MG obedece à legislação vigente, buscando a outorga e o licenciamento ambiental de seus empreendimentos, de forma a minimizar os impactos ambientais de suas operações. Em 2021, foram obtidas 112 outorgas de captação de água, 254 licenças e 18 documentos autorizativos para intervenção ambiental para obras de água e esgoto.

Apesar de ainda continuarmos vivenciando a pandemia iniciada em 2020, a resiliência do setor de saneamento, associada às ações desenvolvidas pela COPASA MG permitiram a redução dos impactos sobre seus negócios.



O ano de 2022 será um ano de oportunidades para a Companhia reafirmar o seu posicionamento estratégico e sua força competitiva frente às mudanças introduzidas no setor.

Encerrando, agradecemos aos nossos mais de 10 mil colaboradores, 104 mil acionistas, 11,8 milhões de clientes, fornecedores e toda a comunidade beneficiada por nossos serviços pela confiança e parceria ao longo das nossas quase 6 (seis) décadas de atuação.

(ii) Gastos com publicidade, propaganda e eventos

A seguir, os gastos com publicidade, propaganda e eventos da Controladora (COPASA MG) nos exercícios findos em 31.12.2021, 31.12.2020 e 31.12.2019:

Especificação COPASA MG (R\$ mil)	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Eventos	4.569	2.400	1.429
Propaganda e Publicidade	13.547	10.726	4.238
Total	18.116	13.126	5.667

Os Diretores comentam que os gastos com publicidade e propaganda se referem às campanhas institucionais realizadas pela COPASA MG, envolvendo ações educativas sobre temas estratégicos, como relacionamento com cliente e poder concedente, uso consciente da água, crise hídrica e preservação dos mananciais. Os gastos com eventos referem-se às ações com temática do uso consciente da água, da equidade de gênero e raça, da diversidade e da cidadania e dos direitos humanos.

Em relação aos critérios para alocação de recursos nas despesas de propaganda e publicidade, são priorizadas as ações para cumprimento das obrigações legais, seguidas de despesas de comunicação à população sobre assuntos afetos aos serviços prestados. Quanto aos critérios para alocação de recursos em eventos, são priorizados aqueles que possuem foco em saneamento, incluindo formação e conhecimento técnico, seguidos de eventos voltados em ações de responsabilidade social.

(iii) CoronaVírus

A COPASA MG, desde o início da pandemia, vem praticando uma série de ações, com base nas recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde, com o objetivo de preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores, bem como adotando medidas no âmbito comercial e outras ações preventivas para minimizar os impactos da pandemia aos clientes.

As Agências de Atendimento da COPASA MG passaram a adotar o atendimento presencial com agendamento prévio, garantindo maior comodidade e segurança para funcionários e clientes. A empresa ampliou os serviços disponibilizados no site da empresa - Agência Virtual, e aumentou a capacidade de atendimento do Call Center em 25%. No ano de 2021, foram disponibilizados dois novos canais de relacionamento com o cliente, o Chatbot e o Whatsapp, e, no Call Center, foi estruturada a automatização de serviços. Tais ações foram determinantes para permitir a continuidade da prestação dos serviços e, além disso, possibilitaram a ampliação da capacidade de atendimento da Empresa, a melhoria da qualidade do relacionamento e a otimização do tempo da jornada do cliente.

Também reforçou os cuidados com os seus empregados, incluindo a ampliação do teletrabalho (home office) mantendo, contudo, um contingente presencial mínimo para a adequada prestação dos serviços à população.

Em relação aos clientes, para aqueles da categoria social, que respondem por cerca de 6% do faturamento da Companhia, as ações de cobrança permanecem suspensas. Além disso, foi ofertada a possibilidade de

parcelamento das faturas atrasadas sem entrada e sem cobrança de juros e multas, podendo ser dividido em até 36 meses, medida em vigor até o dia 10 de julho de 2021, retomada entre os dias 26 de novembro a 31 de dezembro de 2021 na Campanha "Dias Azuis".

Não foram identificados impactos que requeressem ajustes sobre as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2021 no tocante à recuperabilidade de seus ativos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais e reconhecimento da receita

(iv) Novo Marco do Saneamento

Em 15 de julho de 2020, foi publicada a Lei nº 14.026/2020 que altera o marco do saneamento básico no país (Lei nº 11.445/2007). Essa Lei traz, como pontos principais, dentre outros, a atribuição à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA como órgão regulador dos serviços em nível nacional, podendo editar regras gerais para os serviços; a exigência de universalização do acesso aos serviços, com metas de 99% de cobertura para água e 90% para esgoto coletado e tratado, até o ano de 2033; novas condições para a prestação dos serviços; metas para redução de perdas; obrigatoriedade de indenização prévia de investimentos não amortizados na transferência de um prestador dos serviços para outro; obrigação de licitação para todos os novos contratos; e instrumentos facilitadores para a desestatização.

Em 17 de março de 2021, o Congresso Nacional votou pela manutenção dos vetos presidenciais em relação à necessidade de ampla concorrência quando do vencimento dos contratos vigentes. Ainda em 2021, a legalidade de determinados pontos do Marco do Saneamento foi questionada no Supremo Tribunal Federal - STF por alguns partidos políticos, tendo sido votado o tema pelo Supremo em 02 de dezembro. Prevaleceu o voto do relator, a favor da constitucionalidade da Lei.

Em cumprimento ao Decreto nº 10.710/2021 e à Lei Federal nº 11.445/2007, a Companhia protocolou, em 31.12.2021, na Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG), Requerimento de Comprovação de Capacidade Econômico-Financeira. Na ocasião, foi apresentada comprovação de atendimento dos índices referenciais mínimos dos indicadores econômico-financeiros, devidamente auditada. Adicionalmente, foram apresentados os estudos de viabilidade e o plano de captação de recursos, validados por certificador independente, comprovando a capacidade econômico-financeira para atendimento das metas de universalização previstas no Art. 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007.

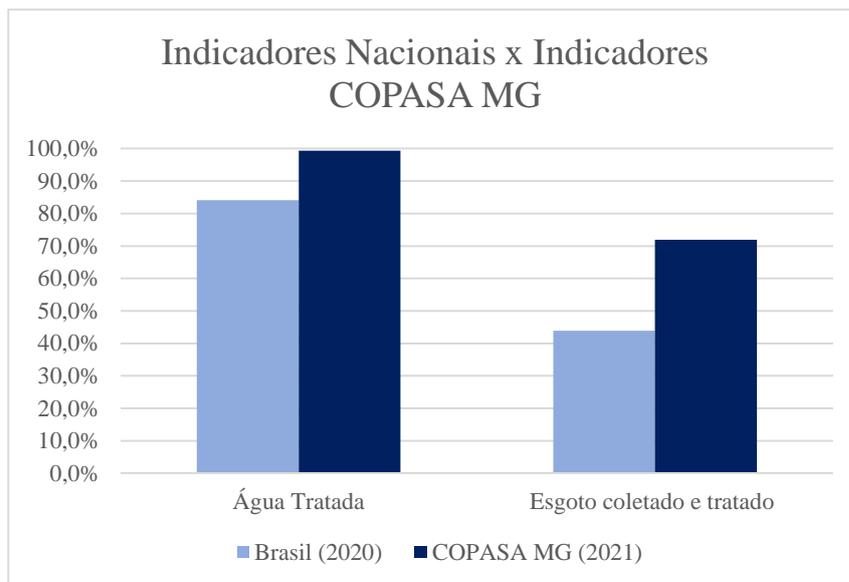
A Companhia continua trabalhando na atualização dos seus contratos de concessão para inserção das metas de universalização no prazo definido pela legislação, ou seja, até 31.03.2022. No caso de não celebração de termo aditivo no prazo legal, importa salientar que os contratos são instrumentos válidos e eficazes, produzem efeitos jurídicos e atribuem às partes direitos e deveres a serem cumpridos, de forma a garantir a segurança jurídica.

A Companhia segue trabalhando em várias frentes para garantir o cumprimento do estabelecido no Novo marco do Saneamento. Ao mesmo tempo em que a nova legislação traz desafios, ela representa também, oportunidades e uma delas refere-se ao posicionamento da COPASA MG no setor de saneamento básico brasileiro, com indicadores financeiros, operacionais e de atendimento muito superiores à média nacional.

Em dezembro de 2021, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS divulgou o “Diagnóstico Temático – Serviços de Água e Esgoto”, cujo ano de referência é 2020. De acordo com o relatório, em 2020 o índice de abastecimento com redes públicas de água era de 84,1% no Brasil. Em relação ao esgotamento sanitário, apenas 55% da população possuía rede de esgoto, sendo que dos esgotos gerados,

somente 50,8% era tratado. Considerando-se apenas o esgoto coletado, o índice de tratamento eleva-se para 79,8%. Dessa forma, 43,9% da população tinha acesso a esgoto coletado e tratado.

Em 2021, o índice de cobertura de água tratada, medido pelo percentual de imóveis com disponibilidade de rede de distribuição de água tratada foi de 99,4% na área de abrangência da COPASA MG. No referido período, a Companhia disponibilizou rede coletora de esgoto para 90,5% dos imóveis em sua área de atuação, dos quais 79,45% foram tratados, resultando em 71,9% dos imóveis com disponibilidade de infraestrutura para tratamento do esgoto coletado.



Embora haja uma defasagem de um ano na comparação entre os indicadores, a cobertura da COPASA MG é muito superior à média nacional. O indicador de acesso à rede de água da Companhia é 15,3 pontos percentuais acima da média nacional. Adicionalmente, nota-se que em 2021 a COPASA MG já atingiu a universalização do acesso à água em sua região de abrangência, muito antes de 2033, da data prevista pelo Novo Marco Regulatório. O outro indicador para a universalização do acesso é o de esgoto coletado e tratado. Nesse caso, a cobertura da COPASA MG é 28 pontos percentuais superior à média nacional.

Os investimentos para universalização nos próximos anos, que se encontram destacados no item 10.8 deste Relatório, visam a atender ao crescimento orgânico das localidades na área de abrangência das concessões da COPASA MG, além de investimentos em infraestrutura para garantir a continuidade do abastecimento com qualidade para a atual demanda. No esgoto, além de atender ao crescimento dos municípios, a COPASA MG necessitará ampliar a implantação de unidades de tratamento, interceptores e elevatórias, para que todo esgoto coletado seja tratado. O Plano de Investimento da Companhia está alinhado ao atingimento dessas metas.

IV. Anexo 9-1-II - Proposta de Destinação do Lucro Líquido

Os números informados neste Anexo 9-1-II, conforme indicados nos textos e tabelas estão em milhares de reais (Reais mil). A exceção são os números referentes ao Lucro por Ação e JCP/dividendos por Ação, que estão em reais (R\$).

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido apurado no exercício social findo em 31.12.2021 foi de R\$537.587 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Para o ano de 2021, obedecendo aos critérios da Política de Dividendos vigente, foram declarados e pagos R\$282,7 milhões, a título de Dividendos Regulares, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tipo de Remuneração	Evento Societário/Data	Valor em Reais (R\$ Mil)	Valor Por Ação (R\$)	Data do Direito (Data Corte)	Data Do Pagamento
JCP 1T21	RCA 19.03.2021	64.843,86	0,17101011	24.03.2021	18.05.2021
JCP 2T21	RCA 17.06.2021	55.173,90	0,14550792	22.06.2021	16.08.2021
JCP 3T21	RCA 21.09.2021	105.282,24	0,277656629	24.09.2021	19.11.2021
Dividendos 3T21	RCA 21.09.2021	57.380,69	0,151327808	24.09.2021	19.11.2021
Total 2021	–	282.680,69	0,74550247	–	–

Ressalta-se que os valores dos JCP declarados estão sujeitos à tributação, conforme a legislação em vigor, cabendo aos acionistas os valores líquidos de impostos, exceto para os acionistas imunes, isentos ou dispensados de retenção.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A Companhia informa que, em função dos eventos extraordinários e não recorrentes referentes à devolução de tarifas determinada pela Agência Reguladora e ao complemento na provisão para o processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, cuja contabilização ocorreu em dezembro de 2021, os valores declarados até setembro de 2021 atingiram o limite estabelecido para o referido exercício. Dessa forma, não se aplicou declaração de JCP ou dividendos para o 4º (quarto) trimestre de 2021. Em 2021, foi distribuído 56,8% do lucro líquido.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

- **Dividendos Extraordinários (dividendos declarados com base em lucro de exercícios anteriores): não houve distribuição em 2021.**

▪ **Dividendos Extraordinários (dividendos declarados com base em lucro de exercícios anteriores): distribuídos em 2020, 2019 e 2018**

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valor Total (R\$ Mil)	Valor por Ação (R\$) ⁽¹⁾	Data do Pagamento
Dividendos Extraordinários - 2020 declarados em 2020, com a utilização de parte do Saldo da Conta de Reservas de Retenção de Lucros em 31.12.2019	AGE 19.11.2020	19.11.2020	820.000	2,16255316	10.12.2020
Dividendos Extraordinários declarados em 2019	não houve				
Dividendos Extraordinários declarados em 2018, com a utilização de parte do Saldo da Conta de Reservas de Retenção de Lucros em 31.12.2017	AGE 07.05.2018	07.05.2018	280.000	0,73843279	17.05.2018

(1) Os valores dos Dividendos Extraordinários por ação foram ajustados considerando o desdobramento ocorrido em 25.11.2020, na proporção de 1 (uma) para 3 (três) ações.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.
- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A Companhia possui apenas ações ordinárias (ON) e os JCP/dividendos declarados no exercício social de 2021, no montante de R\$282.680,7 mil, estão destacados no Item “2” deste Anexo.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Conforme a Política de Dividendos da Companhia, a distribuição de Dividendos Regulares, sob a forma de JCP ou dividendos, é realizada trimestralmente. Os valores, datas de crédito e pagamento, dentre outras informações, referentes às distribuições realizadas em 2021 encontram-se destacados no Item “2” deste Anexo.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Lucro Líquido e Lucro Líquido por ação	2021	2020	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas (R\$ mil)	537.587	816.477	754.374	578.700
Lucro básico por ação (R\$) ⁽¹⁾	1,42	2,15	1,99	1,53

(1) Os valores do lucro básico por ação foram ajustados considerando o desdobramento ocorrido em 25.11.2020, na proporção de 1 (uma) para 3 (três) ações. Dessa forma, os valores do lucro básico por ação, anteriores a data da operação, foram divididos por três.

- b. Dividendos e JCP distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

▪ **Dividendos e JCP, nos exercícios findos em 2020, 2019 e 2018**

JCP (imputados aos dividendos mínimos obrigatórios)	2020	2019	2018
Valor total (R\$ mil)	228.026	210.587	274.883
Valor por ação (R\$) ^(1,2)	0,6013648	0,55537247	0,72493693

(1) Os valores dos proventos por ação foram ajustados considerando o desdobramento ocorrido em 25.11.2020, na proporção de 1 (uma) para 3 (três) ações. Dessa forma, os valores dos proventos por ação, anteriores a data da operação, foram divididos por três.

(2) Os valores dos JCP declarados estão sujeitos à tributação, conforme a legislação em vigor, cabendo aos acionistas os valores líquidos de impostos, exceto para os acionistas imunes, isentos ou dispensados de retenção.

▪ **Dividendos Extraordinários declarados nos exercícios findos em 2020, 2019 e 2018**

A seguir, quadro com os dividendos extraordinários dos 3 (três) últimos exercícios, sendo que o detalhamento desses proventos se encontra no Item 4 deste Anexo.

Dividendos Extraordinários	2020	2019	2018
Valor total (R\$ mil)	820.000	Não houve	280.000
Valor por ação (R\$) ⁽¹⁾	2,16255316		0,73843279

(1) Os valores dos proventos por ação foram ajustados considerando o desdobramento ocorrido em 25.11.2020, na proporção de 1 (uma) para 3 (três) ações. Dessa forma, os valores dos proventos por ação, anteriores à data da operação, foram divididos por três.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Valor a ser destinado para compor a Reserva Legal: R\$26.880 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme inciso I do artigo 80 do Estatuto Social da Companhia, a parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido apurado no exercício social será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” não aplicáveis, pois a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto



A parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido do exercício social, ajustada pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, deve ser distribuída como dividendos mínimos obrigatórios.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Alíneas “a”, “b” e “c” não aplicáveis, pois não houve retenção de dividendos.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Alíneas “a”, “b”, “c” e “d” não aplicáveis, pois não houve constituição de reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Alíneas “a” e “b” não aplicáveis, pois não houve resultado destinado à constituição de reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

b. Identificar o montante destinado à reserva

c. Descrever como o montante foi calculado

Alíneas “a”, “b” e “c” não aplicáveis, pois não houve resultado destinado à constituição de Reservas Estatutárias.



15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

A Administração da Companhia propõe a destinação de R\$215.273 mil para compor a reserva de lucros retidos.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Tendo em vista as projeções para o crescimento dos negócios para o ano de 2022, a Companhia realizará investimentos em expansão dos serviços de água, com obras de ampliação da capacidade de produção, expansão da capacidade de atendimento, tratamento de resíduos e implantação de sistemas. Além disso, serão investidos recursos em sistemas de esgotamento sanitário, em obras visando à expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas, tratamento de esgoto e destinação adequada de efluentes, dentre outros.

Os investimentos previstos para 2022 pela COPASA MG, para deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) totalizam R\$1.395.000,0 mil.

Adicionalmente, será submetido à mesma AGO proposta de investimentos de R\$47.470,8 mil, com objetivo de melhorar as condições de infraestrutura da prestação de serviços na área de atuação da COPANOR, tendo como fonte de recursos o subsídio oriundo de valor adicional cobrado na tarifa dos clientes da Companhia, conforme estabelecido na Revisão Tarifária da COPASA MG.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

O montante destinado à reserva de incentivos fiscais é de R\$12.839 mil, dos quais R\$1.182 mil (Subvenções Governamentais) e R\$11.657 mil (Sudene).

b. Explicar a natureza da destinação

• Subvenções Governamentais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 1º de janeiro de 2008.

No exercício de 2021, foi registrado no resultado o valor de R\$1.182 mil (R\$316 mil no exercício de 2020), referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia, concedido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com recursos do PRODES.

• Incentivos Fiscais – Sudene

A Lei nº 13.799, de 3 de janeiro de 2019, estabelece o direito ao incentivo de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração, às pessoas jurídicas que estejam situadas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e que tenham projeto para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores prioritários da economia para o desenvolvimento regional.



A Companhia está presente em 640 municípios mineiros. Dentre os municípios atendidos pela COPASA MG, 168 municípios estão inseridos na área de atuação da Sudene, conforme estabelece a Lei Complementar n° 125/2007, o que representa uma capacidade instalada de 206.138.220 metros cúbicos/ano de captação, tratamento e abastecimento de água e 89.857.104 metros cúbicos/ano de coleta e tratamento de esgoto. Nesse contexto, durante o ano calendário de 2021, a COPASA MG formalizou pleito de incentivo de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis, abrangendo 118 municípios localizados em área incentivada.

Em 23 de dezembro de 2021, através do Laudo constitutivo n°s 227/2021, a Sudene aprovou o direito da Companhia ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração. O incentivo foi concedido por 10 anos, com fruição iniciando em 01 de janeiro de 2021 e término em 31 de dezembro de 2030, para as atividades de captação, tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário, enquadradas no setor de Infraestrutura, consideradas prioritárias para fins do desenvolvimento regional, conforme Decreto n° 4.213/2002 e abrangendo a capacidade instalada nos municípios incentivados.

Em 29 de dezembro de 2021, atendendo o disposto no art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267/2002, a Companhia submeteu à Receita Federal do Brasil (RFB) o pedido de reconhecimento do incentivo correspondente ao Laudo Constitutivo n° 227/2021. A RFB tem prazo de 120 dias, contados da apresentação do requerimento à repartição fiscal competente, para decidir sobre o pedido de reconhecimento pleiteado. Expirado o prazo de 120 dias do protocolo, sem que a Companhia tenha sido notificada de decisão contrária, estará, por força de Lei, automaticamente, no pleno gozo do incentivo pleiteado.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados, com base no Lucro da Exploração, é registrado no resultado do exercício como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é destinada à Reserva de Lucros, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei n° 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. No ano calendário de 2021, a Companhia reconheceu, de acordo com o Laudo Constitutivo expedido pela Sudene, o direito ao uso do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis no valor de R\$11.657 mil.



V. Aprovação do Programa de Investimentos da COPASA MG e de sua subsidiária COPANOR para o exercício de 2022

Os investimentos previstos para 2022 pela Controladora (COPASA MG), para deliberação desta AGO, totalizam R\$1.395.000,0 mil. Adicionalmente, a proposta de investimentos da COPANOR é de R\$47.470,8 mil.

Informações adicionais, vide Item 15 do Anexo 9-1-II - Proposta de Destinação do Lucro Líquido.



VI. Eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia

Política e Formulário de Elegibilidade

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 08.03.2018, a Política de Elegibilidade de Membros Estatutários, com o objetivo de definir os princípios, critérios e vedações a serem observados para indicação de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da COPASA MG.

A Política de Elegibilidade de Membros Estatutários está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, podendo ser acessada por meio do link: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/d/8bdb3906-0618-4e78-bbe3-a0be9f02d8cc/1209aab-d28ba-4b56-ad26-912458e67003?origin=2>.

O Formulário de Elegibilidade, parte integrante da referida Política, deve ser preenchido, assinado e enviado à Companhia, juntamente com os documentos exigidos, de forma a permitir a análise e verificação da conformidade da indicação, dependendo do cargo a ser preenchido.

O Formulário de Elegibilidade dos Administradores está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, podendo ser acessado por meio do link: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/d/8bdb3906-0618-4e78-bbe3-a0be9f02d8cc/a7ddf92a-7d0e-43ec-b240-4724ef7d5d91?origin=2>.

O Formulário de Elegibilidade do Conselho Fiscal está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, podendo ser acessado por meio do link: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/d/8bdb3906-0618-4e78-bbe3-a0be9f02d8cc/b70c3ef9-1555-4cd8-86e2-d5fae7dc14dd?origin=2>.

Conforme referida Política, cabe ao Comitê de Auditoria Estatutário – COAUDI a análise dos requisitos e vedações dos indicados aos cargos de Diretores, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais da Companhia.

Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia

O artigo 19 do Estatuto Social da Companhia determina que o Conselho de Administração será composto por no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros. Para o próximo período de gestão, o acionista controlador propõe que o Conselho de Administração seja formado por 07 (sete) membros, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos.

O Conselho de Administração deverá ser formado por, no mínimo, 2 (dois) conselheiros independentes, ou 25% (vinte e cinco por cento) do Conselho, o que for maior, em consonância com a Lei Federal nº 13.303/2016 e com o Regulamento do Novo Mercado. Considera-se “conselheiro independente” a pessoa natural que preenche os critérios definidos abaixo:

- não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital;
- não for cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, do Distrito Federal ou de Município ou de administrador da Companhia;
- não manteve, nos últimos 3 (três) anos, vínculo de qualquer natureza com a COPASA MG ou com o Estado de Minas Gerais, que possa vir a comprometer sua independência;



- não for ou não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, de suas coligadas ou subsidiárias ou de sociedade por ela controlada, exceto se o vínculo for exclusivamente com instituições públicas de ensino ou pesquisa;
- não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Companhia, de modo a implicar perda de independência;
- não for funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços ou produtos à Companhia, de modo a implicar perda de independência;
- não receber outra remuneração da Companhia, além daquela relativa ao cargo de conselheiro, à exceção de valores em dinheiro oriundos de participação no capital.

Ressalte-se que serão considerados independentes os Conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários, mas não aqueles eleitos pelos empregados.

Procedimento para eleição dos membros do Conselho de Administração

De acordo com a Lei Federal nº 6.404/1976, uma sociedade de economia mista, como é o caso da COPASA MG, deverá, observando o artigo 239 dessa Lei, assegurar à minoria o direito de eleger 1 (um) dos conselheiros, se maior número não lhe couber pelo processo de voto múltiplo. Esse processo é previsto no artigo 141 da Lei Federal nº 6.404/1976 e encontra-se detalhado a seguir:

Voto múltiplo

O capital social da COPASA MG em 31.12.2021 era de aproximadamente R\$3,4 bilhões. Por sua vez, o percentual para requerer a adoção do processo de voto múltiplo é de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do capital social total votante. Assim, os acionistas da Companhia que representarem, individual ou conjuntamente, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo, por notificação escrita entregue à Companhia em até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral, conforme o artigo 141 e artigo 291 da Lei Federal nº 6.404/1976 e o artigo 1º da Instrução CVM nº 165/91.

De acordo com a Instrução CVM nº 481/2009, os acionistas também poderão optar pelo voto múltiplo via Boletim de Voto à Distância e terão até 7 (sete) dias antes da data da referida Assembleia Geral para enviá-lo diretamente à Companhia (e-mail ou correio), ao custodiante do acionista ou ao Banco Bradesco S.A., instituição prestadora de serviços de ações escriturais da Companhia.

Uma vez recebido o requerimento de adoção do voto múltiplo, a Companhia, em conformidade com a legislação aplicável, divulgará “Aviso aos Acionistas”, informando a respeito da realização da eleição dos membros do Conselho de Administração, por meio do processo de voto múltiplo.

Eleição em separado

Para as companhias de economia mista, o mecanismo de eleição em separado se sobrepõe ao voto múltiplo, conforme entendimento exarado pela CVM no Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP e previsto no artigo 239 e no artigo 141, parágrafo 4º, inciso I, da Lei Federal nº 6.404/1976.

Ainda, a ocorrência da eleição de membro do Conselho de Administração pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias prevista no artigo 239 da Lei Federal nº 6.404/1976 exclui a aplicação do parágrafo 5º do artigo 141 da mesma Lei, nos casos de companhias que tenham ações preferenciais.



Dessa forma, os acionistas minoritários presentes podem requerer a eleição de 1 (um) membro do Conselho de Administração por meio de votação em separado, com base no art. 239 da Lei Federal nº 6.404/1976.

Indicação de candidatos

Em conformidade com a Instrução CVM nº 481/2009, essa Proposta de Administração apresenta considerações sobre os candidatos indicados pelo acionista controlador e as instruções para a indicação de candidatos pelos demais acionistas da Companhia.

Candidatos indicados pelo acionista controlador

O acionista controlador propõe a recondução de 4 (quatro) membros do Conselho de Administração da Companhia, cuja condição de elegibilidade está mantida:

Candidatos Indicados pelo Acionista Controlador
André Macêdo Facó
Hélio Marcos Coutinho Beltrão
Joel Musman
Hamilton Amadeo

O acionista controlador indica para o cargo, ainda, o Sr. Jaime Leôncio Singer, cuja condição de elegibilidade será posteriormente verificada pelo COAUDI.

Em observância ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia fornece, nesta Proposta, as informações dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativas aos candidatos ao Conselho de Administração indicados pelo Acionista Controlador.

Indicação de candidato(s) por acionistas não controladores

A Companhia divulga as informações relativas aos candidatos indicados por acionistas não controladores, desde que as informações exigidas sejam recebidas com a antecedência devida.

Não obstante, será facultado aos acionistas indicarem, no curso da Assembleia Geral, outros candidatos ao Conselho de Administração, devendo tais indicações serem acompanhadas das informações solicitadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, para disponibilização aos acionistas presentes à referida Assembleia.

Em 18.03.2022, a Companhia recebeu, de acionistas minoritários, a indicação para o cargo, recomendando o Sr. Marcelo Monteiro, cuja condição de elegibilidade será posteriormente verificada pelo COAUDI, sendo que no item 12.5 a 12.10 desta Proposta constam os dados do candidato.

Indicação de candidato por empregados da Companhia

Conforme previsto na Lei Federal nº 13.303/2016, 1 (um) dos membros do Conselho de Administração será indicado pelos empregados da Companhia.

Obedecendo ao Regulamento de Eleição dos Empregados para o Conselho de Administração da COPASA MG, entre janeiro e março de 2022, foi realizado processo eleitoral, tendo sido escolhido o empregado Robson Guedes Campos, como representante dos empregados nesse Conselho.

Composição do Conselho de Administração



Considerando a proposta de que o Conselho seja formado por 7 (sete) membros e, dependendo do quórum da Assembleia Geral, bem como da requisição ou não do voto múltiplo, o acionista controlador elegeria de 4 (quatro) a 5 (cinco) membros, os acionistas minoritários, por sua vez, elegeriam de 1 (um) a 2 (dois) membros e os empregados elegeriam 1 (um) membro do Conselho.

Eleição dos membros do Conselho Fiscal

O artigo 240 da Lei Federal nº 6.404/1976 determina que o funcionamento do Conselho Fiscal será permanente nas companhias de economia mista. Estipula ainda que um dos seus membros e respectivo suplente sejam eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e outro pelas ações preferenciais, se houver.

Conforme definido no artigo 49 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal terá de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos, dos quais um será o Presidente e o outro o seu Vice-Presidente, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

Proposta do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia

O acionista controlador propõe que o Conselho Fiscal seja formado por 05 (cinco) membros e respectivos suplentes com prazo de atuação unificado de 2 (dois) anos.

Indicação de Candidatos pelo Acionista Controlador

O acionista controlador propõe a recondução dos 4 (quatro) titulares e seus respectivos suplentes para o Conselho Fiscal da Companhia, sendo mantida, em ambos os casos, a condição de elegibilidade:

Titular	Suplente
Fernando Scharlack Marcato	Carlos Henrique Guedes
Guilherme Augusto Duarte De Faria	Luiz Marcelo Carvalho Campos
Luísa Cardoso Barreto	Felipe Oliveira de Carvalho
Simone Deoud Siqueira	Lincoln Teixeira Genuíno de Farias

Indicação de Candidato por Acionistas Não Controladores

A Companhia divulga as informações relativas aos candidatos a membro do Conselho Fiscal indicados por acionistas não controladores, desde que as informações exigidas sejam recebidas com a antecedência devida.

Não obstante, será facultado aos acionistas indicarem, no curso da Assembleia Geral, outros candidatos ao Conselho Fiscal, devendo tais indicações serem acompanhadas das informações solicitadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência para disponibilização aos acionistas presentes à Assembleia Geral.

Em 29.03.2022, a Companhia recebeu, de acionistas minoritários, a indicação para recondução do Sr. Sérgio Tuffy Sayeg e do Sr. Eduardo Georges Chehab, como membros titular e suplente do Conselho Fiscal, respectivamente, sendo mantida, em ambos os casos, a condição de elegibilidade. No item 12.5 a 12.10 desta Proposta constam os dados dos candidatos.



VII.Itens 12.5 a 12.10 dos Indicados para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal

12.5/6 Composição e experiência profissional de cada um dos indicados ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal

▪ Conselho de Administração (CA)

Indicado pelo acionista controlador para o CA: André Macêdo Facó
a. nome: André Macêdo Facó
b. data de nascimento: 24.10.1974
c. profissão: Engenheiro Civil
d. CPF: 480.339.953-00
e. cargo eletivo ocupado: Conselho de Administração (Efetivo)
f. data de eleição: 29.04.2022
g. data da posse: 29.04.2022
h. prazo do mandato: 2 (dois) anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor: não exerce cargos ou funções na Companhia
j. se foi eleito pelo controlador ou não: sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: sim (vide critério após o item 12.10)
l. número de mandatos consecutivos: 2
m. informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o do grupo econômico emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Engenheiro Civil com mestrado em Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Experiência profissional: Consultor da Diretoria da Transnordestina Logística S.A – Concessionária de Ferrovia. Na Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará – CAGECE, exerceu diversas atividades com destaque para Supervisor de Desenvolvimento Operacional, Gerente de Unidade de Negócios, Diretor de Operações, Diretor-Presidente, membro do Conselho de Administração e Presidente do Conselho de Administração. Secretário Estadual da Secretaria de Infraestrutura do Ceará. Membro do Conselho de Administração da Empresa gestora do Porto do Pecém – Cearaportos. Presidente do Conselho de Administração da Concessionária de Gás do Ceará Cegas. Atuou, também, como professor em cursos de pós-graduação e graduação em engenharia e meio ambiente e como consultor em projetos de infraestrutura. Presidente do Conselho de Administração da COPASA MG desde julho de 2019.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal: não ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não



Indicado pelo acionista controlador para o CA: Joel Musman	
a. nome:	Joel Musman
b. data de nascimento:	28.04.1961
c. profissão:	Engenheiro Civil
d. CPF:	519.618.576-34
e. cargo eletivo ocupado:	Conselho de Administração (Efetivo)
f. data de eleição:	29.04.2022
g. data da posse:	29.04.2022
h. prazo do mandato:	2 (dois) anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	não exerce cargos ou funções na Companhia
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	sim (vide critério após o item 12.10)
l. número de mandatos consecutivos:	2
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	
	Engenheiro Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e MBA em Finanças Corporativas pelo Instituto de Administração e Gerência da PUC Rio. Experiência Profissional: Foi membro do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, no período de abril de 2018 a agosto de 2020; Superintendente de Saneamento da Andrade Gutierrez Engenharia – Construção e da Andrade Gutierrez Concessões (Holding de Infraestrutura), no período de junho de 2004 a dezembro de 2017. Membro do Conselho de Administração da COPASA MG desde julho de 2019.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal:	não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:	não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:	não

Indicado pelo acionista controlador para o CA: Hamilton Amadeo	
a. Nome:	Hamilton Amadeo
b. Data de nascimento:	08.11.1959
c. Profissão:	engenheiro civil
d. CPF:	039.875.108-03
e. Cargo eletivo ocupado:	Conselho de Administração (Efetivo)
f. Data de eleição:	29.04.2022
g. Data da posse:	29.04.2022
h. Prazo do mandato:	2 (dois) anos
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	não aplicável
j. Se foi eleito pelo controlador ou não:	não
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	sim (vide critério após o item 12.10)
l. Número de mandatos consecutivos:	1
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	
	✓ AEGEA Saneamento S.A. - CEO de 07/2010 a 04/2020 e Presidente do Conselho de Administração de 07/2012 a 02/2018. Diretor-Presidente da CIBE Participações S.A. de 01/2006 a 06/2010. Diretor de Engenharia da Rodovias das Colinas S.A. de 03/2004 a 12/2005. Diretor de Gestão da ECOVIAS dos Imigrantes S.A. de 05/1998 a 12/2003. Diretor de Orçamentos e Propostas de 03/1993 a 04/1998 e Gerente de Obras de 08/1983 a 02/1993 da C.R. ALMEIDA S.A. Engenharia e Construções.
	✓ Instituto Trata Brasil (Organização da sociedade civil de interesse público, formado por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país) membro do conselho Curador.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. Qualquer condenação criminal:	não
ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:	não
iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:	não



Indicado pelo acionista controlador para o CA: Hélio Marcos Coutinho Beltrão	
a. nome:	Helio Marcos Coutinho Beltrão
b. data de nascimento:	11.06.1967
c. profissão:	Engenheiro eletricista
d. CPF:	008.786.367-73
e. cargo eletivo ocupado:	Conselho de Administração (Efetivo)
f. data de eleição:	29.04.2022
g. data da posse:	29.04.2022
h. prazo do mandato:	2 (dois) anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Coordenador do Comitê de Gestão de Pessoas desde outubro de 2021
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	sim (vide critério após o item 12.10)
l. número de mandatos consecutivos:	2
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Engenheiro Eletricista pela PUC Rio e Mestre em Administração de Empresas (MBA) pela Columbia Business School, com distinção Beta Gamma Sigma. Experiência Profissional: Presidente da LVM Editora de livros e da Sextante Investimentos – Participações. Membro do Conselho de Administração das seguintes Companhias: Grupo Ultra (Ultra S.A) – distribuição de gás de cozinha, combustível, farmácias e armazenamento – Representante da Christy Participações; Metalfrio – refrigeradores e coolers; e da Restoque – Moda e Varejo. Presidente do Instituto Ludwig von Mises Brasil – Think Tank, entidade sem fins lucrativos. Membro do Conselho de Administração da COPASA MG desde julho de 2019.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal:	não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:	não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:	não

Indicado pelo acionista controlador para o CA: Jaime Leôncio Singer	
a. nome:	Jaime Leôncio Singer
b. data de nascimento:	03.01.1966
c. profissão:	Economista
d. CPF:	352.705.005-15
e. cargo eletivo ocupado:	Conselho de Administração (Efetivo)
f. data de eleição:	29.04.2022
g. data da posse:	29.04.2022
h. prazo do mandato:	2 (dois) anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	não aplicável
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	sim (vide critério após o item 12.10)
l. número de mandatos consecutivos:	0
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	
	<p>Bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Administração de Empresas.</p> <p>Experiência Profissional: Sócio-diretor da empresa Cidade Jardim Consultoria Empresarial e Participações – empresa de consultoria na área financeira (2013 – presente); Diretor de estratégia, novos negócios e big data na companhia Cielo S.A – atividade de pagamentos/adquirência. (2016 – 2019); Presidente do Conselho de Administração da Orizon S.A. Setor de prestação de serviços a provedores de serviços de saúde (2016 – 2019); Membro do Conselho de Administração da Fertilizantes Tocantins S.A. Empresa misturadora de fertilizantes (2016 – 2020); Membro do Conselho de Administração da CI&T Software S.A. Empresa de softwares/consultoria em transformação digital (2019 – 2019); Membro do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU. Setor de transporte ferroviário de passageiros (2020 – 2021); Membro do Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil. Atividade de fabricação de cédulas de papel e moeda metálica (2020 – 2021); Membro do Conselho de Administração da Companhia de distribuição de gás do Rio de Janeiro – CEG, Setor de distribuição de gás (2020 – presente) • Membro do Conselho de Administração da Petrobras Transporte – Transpetro. Setor de transporte e armazenamento de petróleo e gás (2020 – presente); Membro do Conselho de Administração – SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. Atividade de transporte ferroviário de passageiros (2021 – 2021); Membro do Conselho de Administração da Companhia Aliança de Transmissão de Energia Elétrica – Taesa. Atividade de transmissão de energia elétrica (2021 – presente); Membro do Conselho de Administração da Neo On Business Ltd (Ilhas Cayman) / Neoway. Atividade de Data Analytics (2021 – 2021); Membro dos Conselhos de Administração da Cemig, Cemig D e Cemig GT. Atividade de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.</p>
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal:	não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:	não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:	não



Indicado pelos minoritários para o CA - Marcelo Souza Monteiro	
a. nome:	Marcelo Souza Monteiro
b. data de nascimento:	03.11.1963
c. profissão:	Economista
d. CPF:	803.398.757-04
e. cargo eletivo ocupado:	Conselho de Administração (Efetivo)
f. data de eleição:	29.04.2022
g. data da posse:	29.04.2022
h. prazo do mandato:	2 (dois) anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	não exerce cargos ou funções na Companhia
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	sim (vide critério após o item 12.10)
l. número de mandatos consecutivos:	0
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	Triunfo Participações: membro do Conselho de Administração: 2015 – 2019; Equatorial Energia: membro do Conselho de Administração: 2017-2019.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal:	não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:	não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:	não

Indicado como representante dos empregados - Robson Guedes Campos	
a. Nome:	Robson Guedes Campos
b. Data de nascimento:	05.09.1972
c. Profissão:	Bacharel em Administração
d. CPF:	976.127.076-91
e. cargo eletivo ocupado:	Conselho de Administração (Efetivo)
f. Data de eleição:	29.04.2022
g. Data da posse:	29.04.2022
h. prazo do mandato:	2 (dois) anos
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Assistente Administrativo Especializado
j. Se foi eleito pelo controlador ou não:	não
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	não
l. Número de mandatos consecutivos:	0
m. Informações sobre:	
i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Especialização em Gestão Contábil e Controladoria Empresarial pela Universidade Estadual de Montes Claros. Atividade Profissional: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Exerce atualmente a função de Assistente Administrativo na Unidade de Serviços de Expansão Norte. ✓ Bacharel em Administração pela Faculdade de Administração da Fundação Educacional Nordeste Mineiro - Teófilo Otoni- MG. ✓ Gerente do Distrito Regional de Salinas (04.2016 a 11.2019). ✓ Coordenador Administrativo e de Planejamento da COPANOR (04.2013 a 03.2016), cedido pela COPASA-MG. ✓ Encarregado do Setor de Recursos Humanos no Distrito Regional de Salinas. ✓ Auxiliar Administrativo Distrital, no Distrito Regional de Teófilo Otoni.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. Qualquer condenação criminal:	não
ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:	não
iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:	não



▪ Conselho Fiscal (CF)

Indicado pelo acionista controlador para o CF (titular): Fernando Scharlack Marcato	
a. nome:	Fernando Scharlack Marcato
b. data de nascimento:	19.12.1978
c. profissão:	Advogado
d. CPF:	265.227.628-03
e. cargo eletivo ocupado:	Conselho Fiscal (titular)
f. data de eleição:	29.04.2022
g. data da posse:	29.04.2022
h. prazo do mandato:	2 (dois) anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	não aplicável.
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	não aplicável
l. número de mandatos consecutivos:	1
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o do grupo econômico emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
	Bacharel em Direito, Mestre em Direito Público Comparado (Universidade Paris I). Experiência Profissional: Atuou como: Assessor de Diretoria na SABESP (2008-2011), Professor na EDESP-FGV (2013- Atual), Sócio da GO Associados (2011-2020); Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais (2020-atual). Presidente do Conselho Fiscal da COPASA MG desde dezembro/2020.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal:	não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:	não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:	não



Indicado pelo acionista controlador para o CF (suplente): Carlos Henrique Guedes	
a. nome:	Carlos Henrique Guedes
b. data de nascimento:	08.01.1964
c. profissão:	Oficial do Exército Brasileiro – Academia Militar Agulhas Negras/ Advogado
d. CPF:	808.844.667-87
e. cargo eletivo ocupado:	Conselho Fiscal (suplente)
f. data de eleição:	29.04.2022
g. data da posse:	29.04.2022
h. prazo do mandato:	2 (dois) anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	não se aplica
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	não se aplica
l. número de mandatos consecutivos:	
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o do grupo econômico emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	
	University of Cambridge, Graduate in Theory of Information, Social Sciences. Graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, Resende/RJ. Bacharel em Direito pela UFPA, Belém/PA. Mestrado em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro/RJ. Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior, Rio de Janeiro/RJ. MBA em Gestão de Logística pela Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/RJ, MBA em Gestão de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/RJ. Doutorado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior, Rio de Janeiro/RJ. Experiência Profissional: atuou como <i>Chief Humanitarian Demining Officer – Inter American Defense Board</i> de Despesas (Diretor Financeiro) da Representação Brasileira Militar na Organização dos Estados Americanos (OEA) em Washington – USA. Diretor e Comandante do 24º Batalhão de Caçadores em São Luís – MA. Assistente do Comandante do Exército Brasileiro.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal:	não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:	não
i. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:	não



Indicado pelo acionista controlador para o CF (titular): Guilherme Augusto Duarte De Faria	
a. nome:	Guilherme Augusto Duarte De Faria
b. data de nascimento:	12.06.1986
c. profissão:	Administrador Público
d. CPF:	080.172.116-43
e. cargo eletivo ocupado:	Conselho Fiscal (titular)
f. data de eleição:	29.04.2022
g. data da posse:	29.04.2022
h. prazo do mandato:	2 (dois) anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	não aplicável.
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	não aplicável
l. número de mandatos consecutivos:	
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o do grupo econômico emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
	Administrador Público. Experiência Profissional: 15.08.2012 a 14.03.2013: Diretor de Fontes Energéticas na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. 15.03.2013 a 28.01.2018: Superintendente de Política Energética na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e posteriormente Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. 29.01.2018 a 29.01.2019: Diretor de Administração e Finanças do Instituto Estadual de Florestas – IEF. 30.01.2019 a 23.12.2019: Diretor de Desenvolvimento e Inclusão Regional do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE. 24.12.2019 a 09.04.2021: Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. 10.04.2021 a atualmente: Secretário de Estado Adjunto de Desenvolvimento Econômico. Membro do Conselho Fiscal da COPASA MG desde agosto de 2021.
o. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal:	não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:	não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:	não



Indicado pelo acionista controlador para o CF (suplente): Luiz Marcelo Carvalho Campos	
a. nome:	Luiz Marcelo Carvalho Campos
b. data de nascimento:	29.10.1985
c. profissão:	Advogado
d. CPF:	068.513.196-32
e. cargo eletivo ocupado:	Conselho Fiscal (suplente)
f. data de eleição:	29.04.2022
g. data da posse:	29.04.2022
h. prazo do mandato:	2 (dois) anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	não aplicável
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	não aplicável
l. número de mandatos consecutivos:	1
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o do grupo econômico emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	
	Graduado em Direito. Experiência Profissional: Graduado em Direito. Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais: Procurador do Estado. Assessor Jurídico Chefe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. Designado para responder pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais. Designado para responder pelas Assessorias Jurídicas das Secretarias de Estado de Esportes e Secretarias do Estado de Turismo. Coordenador de Área do Núcleo de Assessoramento Jurídico. Advogado Regional do Estado em Divinópolis. Petróleo Brasileiro S.A.: Advogado Júnior. Tribunal de Justiça de Minas Gerais: Assistente Jurídico.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal:	não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:	não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:	não



Indicada pelo acionista controlador para o CF (titular): Luísa Cardoso Barreto	
a. nome:	Luísa Cardoso Barreto
b. data de nascimento:	04.08.1984
c. profissão:	Administradora Pública
d. CPF:	012.158.826-29
e. cargo eletivo ocupado:	Conselho Fiscal (titular)
f. data de eleição:	29.04.2022
g. data da posse:	29.04.2022
h. prazo do mandato:	2 (dois) anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	não aplicável.
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	não aplicável
l. número de mandatos consecutivos:	1
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o do grupo econômico emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
	Administradora Pública. Experiência Profissional: Secretária de Estado de Planejamento e Gestão na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Minas Gerais, de abril de 2021 até a presente data. Diretora-Presidente na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (12/2020 a 04/2021). Secretária Adjunta de Estado de Planejamento e Gestão na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Minas Gerais (04/2019 a 06/2020). Membro do Conselho Fiscal da COPASA MG desde dezembro de 2021.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal:	não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:	não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:	não



Indicado pelo acionista controlador para o CF (suplente): Felipe Oliveira de Carvalho
a. nome: Felipe Oliveira de Carvalho
b. data de nascimento: 18.07.1992
c. profissão: Engenheiro Ambiental
d. CPF: 113.057.096-75
e. cargo eletivo ocupado: Conselho Fiscal (suplente)
f. data de eleição: 29.04.2022
g. data da posse: 29.04.2022
h. prazo do mandato: 2 (dois) anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor: não aplicável.
j. se foi eleito pelo controlador ou não: sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não aplicável
l. número de mandatos consecutivos: 1
m. informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o do grupo econômico emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor Graduado em Engenharia Ambiental. Experiência Profissional: Atuou como: Diretor Administrativo e Financeiro da Habita House Desenvolvimento e Incorporação (2014- 2019), Diretor de Regularização Fundiária, Parcelamento Uso e Ocupação do Solo na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais (2019-2020) e Superintendente de Regulação Fundiária e Planejamento Urbano na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais (2020-atual).
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal: não ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não



Indicada pelo acionista controlador para o CF (titular): Simone Deoud Siqueira	
a. nome:	Simone Deoud Siqueira
b. data de nascimento:	21.12.1963
c. profissão:	Advogada
d. CPF:	551.321.206-44
e. cargo eletivo ocupado:	Conselho Fiscal (titular)
f. data de eleição:	29.04.2022
g. data da posse:	29.04.2022
h. prazo do mandato:	2 (dois) anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	não aplicável
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	não aplicável
l. número de mandatos consecutivos:	2
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o do grupo econômico emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	
	Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Experiência Profissional: Ouvidora-Geral do Estado de Minas Gerais. Consultora Jurídica Empresarial. Associada do Escritório de Advocacia Oliveira Netto Sociedade de Advogados. Diretora Jurídica na Empresa MINECON Engenharia Ltda. Gerente Jurídica na Empresa MIP Engenharia S/A. Advogada, Gerente e Diretora jurídica/consultora nas áreas de Direito Civil, Empresarial, Contratos, Obrigações e Societário. Membro do Conselho Fiscal desde agosto de 2019.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal:	não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:	não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:	não



Indicado pelo acionista controlador para o CF (suplente): Lincoln Teixeira Genuíno de Farias	
a. nome:	Lincoln Teixeira Genuíno de Farias
b. data de nascimento:	29.10.1985
c. profissão:	Gestor Público
d. CPF:	066.538.776-80
e. cargo eletivo ocupado:	Conselho Fiscal (suplente)
f. data de eleição:	29.04.2022
g. data da posse:	29.04.2022
h. prazo do mandato:	2 (dois) anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	não aplicável
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	não aplicável
l. número de mandatos consecutivos:	
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o do grupo econômico emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	
	Graduado em Gestão Pública, com Especialização em Gestão Pública para Resultado e Mestrando em Estudos Anticorrupção. Experiência Profissional: Auditor de Carreira atuou em diversos órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais com destaque para Chefe da Unidade de Auditoria Seccional, no Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER). Auditor Interno, na Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). Chefe da Unidade de Auditoria Seccional, na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Chefe da Unidade de Setorial de Controle Interno na Secretaria de Estado de Administração Prisional e Chefe da Unidade de Setorial de Controle Interno, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal:	não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:	não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:	não

Indicado pelos acionistas minoritários para o CF (titular): Sérgio Tuffy Sayeg	
a.	nome: Sérgio Tuffy Sayeg
b.	data de nascimento: 30.03.1954
c.	profissão: Administrador de Empresas
d.	CPF: 935.221.858-20
e.	cargo eletivo ocupado: Conselho Fiscal (titular)
f.	data de eleição: 29.04.2022
g.	data da posse: 29.04.2022
h.	prazo do mandato: 2 (dois) anos
i.	outros cargos ou funções exercidos no emissor: não aplicável
j.	se foi eleito pelo controlador ou não: não
k.	se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não aplicável
l.	número de mandatos consecutivos: 2
m.	informações sobre:
	<p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o do grupo econômico emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:</p> <p>Formado em administração de empresas e pós-graduado em mercado de capitais pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.</p> <p>Experiência Profissional: Professor em cursos de MBA, pós-graduação e educação executiva da FIA Business School, do Ibmec, do Insper e de entidades do mercado financeiro e de capitais. Qualificado com Certificações por Experiência para Conselheiro de Administração, Conselheiro Fiscal e Comitê de Auditoria pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e, anteriormente, CNPI – Certificação Nacional do Profissional de Investimentos pela APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais e Certificação Profissional ANBIMA – série 20. Desde 1976, atua nos mercados financeiro, de capitais e corporativo, tendo trabalhado como executivo e diretor no Unibanco, Banco London Multiplic, Banco Safra, Seller DTVM, Banco Fibra, Dresdner Asset Management, Bolsa de Valores de São Paulo, SABESP – Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e FIRB – Financial Investor Relations. Membro do Conselho de Administração da Oliveira Trust S.A. (2021 – atual). Membro do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG (2018 – atual), da CSU CardSystem S.A. (2008 – 2016, 2018 – atual), da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (2018 – atual) e da Enauta Participações S.A. (2014 – 2019, atual). Membro dos Comitês de Auditoria Estatutários da São Paulo Turismo S.A., da Companhia de Engenharia de Tráfego (2018 – atual) e do Grupo Educacional Multivix (2021 – atual). Membro especializado do Comitê de Auditoria do Banco GM S.A./Chevrolet Serviços Financeiros (2012 – 2018). Conselheiro de Administração da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (2017). Conselheiro Fiscal da Linx S.A. (2018 – 2021), da Eldorado Brasil Celulose S.A. (2017), da Cia. Providência Indústria e Comércio (2012 – 2015), da Marfrig Global Foods S.A. (2010 e 2012) e da CR Almeida S.A. Engenharia e Construções (2011 – 2015). Conselheiro de Administração (2007 – 2009) da Lojas Salfer S.A. Membro do Audit Committee Institute da KPMG, do EY Board Members Program e das Comissões de Comunicação e Mercado de Capitais e dos Certificados do IBGC. Conselheiro de Administração (2003 – 2008) e vice-presidente da Comissão Internacional do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. Membro do Conselho Fiscal da COPASA MG desde abril de 2018.</p>
n.	descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
i.	qualquer condenação criminal: não
ii.	qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não
iii.	qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não



Indicado pelos acionistas minoritários para o CF (suplente): Eduardo Georges Chehab	
a. nome:	Eduardo Georges Chehab
b. data de nascimento:	14.02.1955
c. profissão:	Engenheiro Civil
d. CPF:	013.810.648-76
e. cargo eletivo ocupado:	Conselho Fiscal (suplente)
f. data de eleição:	29.04.2022
g. data da posse:	29.04.2022
h. prazo do mandato:	2 (dois) anos
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	não aplicável
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	não aplicável
l. número de mandatos consecutivos:	1
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o do grupo econômico emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	
	Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica-USP, pós-graduado em administração pela FGV e com MBA Finanças pelo Insper. Experiência Profissional: Nos últimos oito anos tem atuado em conselhos de administração e fiscal de empresas de capital aberto e fechado. Anteriormente, trabalhou durante mais de 30 anos no mercado financeiro, dos quais por 20 anos como executivo da área de crédito para pessoas jurídicas nos bancos ABN AMRO Real e WestLB e diretor de <i>ratings</i> e do escore de governança corporativa na S&P.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal:	não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:	não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:	não



12.7/8 - Composição Dos Comitês

A Companhia possui Comitê de Auditoria, composta por 3 (três) membros, cujas informações detalhadas encontram-se no atual Formulário de Referência.

Membros do Comitê de Auditoria:

- Artemio Bertholini – CPF: 095.365.318-87.
- Luiz Alberto Ribeiro Vieira – CPF: 253.227.296-15.
- Márcio de Lima Leite – CPF: 639.263.936-53.



▪ **Outras informações**

➤ **Critério de Independência**

O critério utilizado pela COPASA MG para determinar a independência dos membros do Conselho de Administração consta no Parágrafo Primeiro do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, transcrito a seguir:

Considera-se independente o Conselheiro que:

I - não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital;

II - não for cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, do Distrito Federal ou de Município ou de administrador da Companhia;

III - não manteve, nos últimos 3 (três) anos, vínculo de qualquer natureza com a COPASA MG ou com o Estado de Minas Gerais, que possa vir a comprometer sua independência;

IV - não for ou não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, de suas coligadas ou subsidiárias ou de sociedade por ela controlada, exceto se o vínculo for exclusivamente com instituições públicas de ensino ou pesquisa;

V - não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Companhia, de modo a implicar perda de independência;

VI - não for funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços ou produtos à Companhia, de modo a implicar perda de independência;

VII - não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro, à exceção de valores em dinheiro oriundos de participação no capital.

➤ **Critério para contagem do número de mandatos (prazo de gestão/atuação) consecutivos**

Para a contagem do número de mandatos consecutivos, no caso em que um conselheiro, diretor ou membro do COAUDI foi eleito para complementar um mandato, este período complementar está sendo considerado como 1 (um) mandato. Adicionalmente, está sendo computado o mandato atual.



12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não há relações de parentesco entre as pessoas enumeradas neste item.



12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Nos 3 (três) exercícios sociais, inexistiu, na Companhia, relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidos pelos administradores com o acionista controlador e/ou outros.



VIII. Fixação da Verba para Remuneração dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e Diretoria Executiva da Companhia

Proposta de Remuneração dos Administradores (Abril de 2022 a Março de 2023)

Em atendimento ao estabelecido nos artigos 31, 46 e 61 do Estatuto Social da COPASA MG e ao artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009, a verba proposta para a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da COPASA MG, para o período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023, contemplando os gastos referentes a (i) honorários, licenças remuneradas e benefícios totaliza R\$5.647.159 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e cinquenta e nove reais); e (ii) Remuneração Variável totaliza R\$1.635.530 (um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta reais). Adicionalmente, os encargos sociais referentes ao INSS e ao FGTS totalizam R\$1.778.797 (um milhão, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e noventa e sete reais). Desta forma, o valor global previsto, para o referido período, é de R\$9.061.486 (nove milhões, sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais).



IX. Item 13 do Formulário de Referência (Remuneração dos Administradores)

13.1. Descrições da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia encontra-se em processo de instituição de sua Política de Remuneração, cuja aprovação pelo Conselho de Administração está prevista para abril de 2022.

O principal objetivo dessa Política da COPASA MG é estabelecer um sistema de remuneração da administração que auxilie no alinhamento dos interesses dos administradores com os dos acionistas, tendo como referência as melhores práticas de mercado.

Essa Política busca, ainda, estimular e incentivar a gestão eficiente da Companhia, observando o interesse coletivo que justificou a criação da Companhia. A Política considera a crescente responsabilidade atribuída a cada cargo, a correspondente profissionalização exigida para o desempenho da função e a necessidade de atrair e manter profissionais com competência, experiência e motivação para desempenhar tais funções.

O montante global da remuneração dos Diretores, dos membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal é anualmente fixado pela Assembleia Geral. No caso de a Assembleia fixar a remuneração global, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição.

Quanto ao Comitê de Auditoria Estatutário (COAUDI), a remuneração do membro desse Comitê será anualmente fixada pelo Conselho de Administração, considerando o plano anual de atividades do COAUDI, e será, no mínimo, igual à remuneração do Conselheiro de Administração.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração corresponde a 20% da remuneração média paga aos membros da Diretoria Executiva, sendo que 50% do valor equivale a uma parcela fixa mensal e os outros 50% são pagos a título de remuneração variável, de acordo com a participação do conselheiro nas reuniões mensais.

Os conselheiros também tinham direito ao recebimento de remuneração variável correspondente a 20% da Participação nos Lucros (PL) paga aos Diretores. Entretanto, essa verba deixou de ser paga, a partir do Decreto Estadual nº 47.154/2017, que, no art. 31, vedou seu pagamento a membros do Conselho de Administração de empresas estatais.

Diretoria Executiva

Os membros da Diretoria Executiva fazem jus a uma remuneração fixa mensal, estabelecida pelo Conselho de Administração, sendo o valor total anual aprovado em Assembleia Geral, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976.

Além da remuneração citada, os membros da Diretoria Executiva fazem jus aos seguintes benefícios:



- **Abono Anual:** equivalente a 1 (um) honorário.
- **Adicional de Licença Remunerada:** adicional equivalente a 90% do honorário, mesmo percentual praticado para todos os empregados da Companhia.
- **Plano de Saúde:** acesso a exames clínicos, laboratoriais, internações hospitalares/cirurgias/obstetrícia e atendimento odontológico.
- **Programa Alimentação (Benefício Refeição/Alimentação e Cesta Básica):** valor mensal concedido para aquisição de refeições e gêneros alimentícios *in natura* na rede credenciada, inclusive no período de férias.
- **Remuneração Variável:** o cálculo da remuneração variável da COPASA MG toma como base o percentual de atingimento das metas, cuja aferição se dá anualmente, a partir dos seguintes indicadores estabelecidos:
 - **ROFI - Resultado Operacional Financeiro:** indicador cuja função é mostrar a geração de caixa que o ativo operacional da empresa produz, antes do pagamento de juros e taxas, impostos, amortização e depreciação, em relação a cada economia faturada.
 - **LIEM - Ligações por Empregado:** indicador cuja função é mostrar a produtividade dos empregados próprios em relação ao número de ligações.
 - **REPI - Realização do Programa de Investimento:** indicador cuja função é mostrar o desempenho do Programa de Investimento pela relação entre o montante produzido e o programado.
- **Outros Benefícios:** décimo terceiro honorário, seguro de vida em Grupo e encargos sociais (INSS e FGTS) - sendo que esses encargos sociais estão sendo demonstrados no item 13.16 deste documento, conforme previsto no Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP.
- **Plano de Previdência Privada:** é facultada aos membros da Diretoria Executiva a adesão ao Plano de Previdência Privada patrocinado pela COPASA MG e administrado pela Fundação Libertas, nas mesmas condições oferecidas aos demais empregados. O percentual de contribuição para o Plano varia entre 3% a 10% da remuneração, conforme opção do próprio participante, sendo que a idade mínima para usufruir da suplementação é de 58 anos. A contribuição é paritária, ou seja, a cada R\$1,00 de contribuição do empregado, a COPASA MG contribui com R\$1,00.

Ressalta-se ainda que não há remuneração por participação em reuniões.

Conselho Fiscal

A remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal obedece ao que dispõe o Art. 162, Parágrafo 3º, da Lei Federal nº 6.404/1976, sendo que a remuneração de cada conselheiro corresponde a 10% da remuneração média paga aos Diretores. Vale ressaltar, ainda, que 50% do valor equivale a uma parcela fixa mensal e os outros 50% de acordo com a participação do conselheiro nas reuniões ordinárias.

Comitê de Auditoria Estatutário

Foi definido, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27.06.2018, que o valor mensal e a forma de remuneração dos membros do referido Comitê serão iguais aos dos membros do Conselho de Administração da COPASA MG.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Em relação à remuneração total anual, a parte fixa e a variável têm a seguinte composição:

Exercício Social	Parcela Fixa	Parcela Variável
Conselho de Administração		
2019	50%	50%
2020	50%	50%
2021	50%	50%
Diretoria Executiva		
2019	99,5%	0,5%
2020	100,0%	0,0%
2021	73,0%	27,0%
Conselho Fiscal		
2019	50%	50%
2020	50%	50%
2021	50%	50%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A COPASA MG realiza estudos anualmente para o cálculo e reajuste de cada um dos elementos da remuneração global dos órgãos da administração, levando-se em consideração o impacto nos resultados econômico-financeiros projetados para os próximos exercícios. Os valores da remuneração global são submetidos para aprovação de Assembleia Geral, conforme definido no Estatuto Social.

Posteriormente, o Conselho de Administração, em conformidade com o art. 152 da Lei Federal nº 6.404/1976, define a respectiva distribuição para os administradores e membros do Conselho Fiscal.

Quanto ao Comitê de Auditoria Estatutário, foi definido, na Reunião do Conselho de Administração de 27.06.2018, que a forma de remuneração dos membros do referido Comitê será igual à remuneração do Conselho de Administração da COPASA MG.

Ressalta-se que, nos termos do Decreto do Estado de Minas Gerais nº 47.771/2019, o Comitê de Coordenação e Governança de Estatais - CCGE, órgão colegiado formado pelos Secretários de Estado de Fazenda, de Desenvolvimento Econômico e de Planejamento e Gestão, manifesta-se previamente à Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, quanto à remuneração proposta para os administradores e membros do Conselho Fiscal.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração dos administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, proposta anualmente pela COPASA MG, se justifica pela valorização e incentivo do bom desempenho pessoal e profissional dos Diretores, Conselheiros e membros do Comitê de Auditoria, bem como pelo alinhamento com as políticas motivacionais adotadas pela COPASA MG e com as políticas públicas.

Vale ressaltar que a atuação dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria pressupõe mobilização constante para acompanhar as atividades e o mercado de atuação da Companhia, diante de um cenário cada vez mais desafiador. Tais fatores, aliados ao avanço do conceito de governança corporativa, exigem, cada vez mais, uma participação ativa, efetiva e propositiva desses membros em relação aos seus negócios sociais.



Desta forma, o nível de eficiência e competitividade empresarial pressupõe a manutenção de profissionais qualificados e remunerados de forma adequada. Adicionalmente, a remuneração proposta se justifica pela consolidação da tendência de responsabilização pessoal dos conselheiros e diretores pelas decisões tomadas durante o exercício da função.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A evolução de indicadores de desempenho na determinação da remuneração fixa de seus administradores não se aplica à COPASA MG.

Quanto à remuneração variável, no entendimento da administração, esse benefício deve ser uma ferramenta de gestão e estar alinhada ao alcance de metas de produtividade e de eficiência previamente definidas, tomando-se como base as atribuições, responsabilidades e demanda de tempo.

No exercício social de 2021, o cálculo da remuneração variável considerou o percentual de atingimento das metas, com aferição anual, levando-se em conta os seguintes indicadores estabelecidos:

- **ROFI - Resultado Operacional Financeiro:** indicador cuja função é mostrar a geração de caixa que o ativo operacional da Companhia produz, antes do pagamento de juros e taxas, impostos, amortização e depreciação, em relação a cada economia faturada.
- **LIEM - Ligações por Empregado:** indicador cuja função é mostrar a produtividade dos empregados próprios em relação ao número de ligações.
- **REPI - Realização do Programa de Investimento:** indicador cuja função é mostrar o desempenho do Programa de Investimento pela relação entre o montante produzido e o programado.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A evolução de indicadores de desempenho na determinação da remuneração fixa de seus administradores não se aplica à COPASA MG.

A forma de estruturação da remuneração variável está detalhada no item “c” acima”.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia, no curto, médio e longo prazos, na medida em que propicia o recrutamento e a manutenção de profissionais qualificados em seu quadro de pessoal, com experiência, competência e motivação necessárias para exercício de suas funções, considerando as responsabilidades atribuídas a cada cargo e refletindo no desempenho econômico-financeiro da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos



A remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário é suportada pela COPASA MG. Não houve pagamento de remuneração adicional aos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva que prestaram serviços para a subsidiária COPANOR.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da COPASA MG.

h. práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Os valores propostos para a remuneração global dos membros dos Conselhos de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal são submetidos à aprovação da Assembleia Geral, conforme definido no Estatuto Social da COPASA MG. Ao Conselho de Administração cabe deliberar sobre a sua distribuição, caso a Assembleia Geral aprove apenas o valor global, em observância ao artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976, e ao Estatuto Social, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação.

Ressalta-se que, nos termos do Decreto do Estado de Minas Gerais nº 47.771/2019, o Comitê de Coordenação e Governança de Estatais - CCGE, órgão colegiado formado pelos Secretários de Estado de Fazenda, de Desenvolvimento Econômico e de Planejamento e Gestão, manifesta-se previamente à Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto quanto à remuneração proposta para os administradores e membros do Conselho Fiscal.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração da COPASA MG busca como referências as melhores práticas de mercado, com o foco de estimular o alinhamento dos objetivos à produtividade e à eficiência, mantendo a competitividade no mercado de atuação, e permitindo a retenção de profissionais qualificados para o cargo por meio do reconhecimento no valor de tais remunerações, considerando as responsabilidades de cada cargo.

Anualmente, a COPASA MG define a remuneração global dos órgãos da administração, levando-se em consideração o impacto nos resultados econômico-financeiros projetados para os próximos exercícios.

Conforme descrito anteriormente, nos termos do Decreto do Estado de Minas Gerais nº 47.771/2019, o CCGE manifesta-se previamente à Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto quanto à remuneração proposta para os administradores e membros do Conselho Fiscal.

iii. com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente a remuneração global dos órgãos da administração é revisada, observados os critérios descritos no item ii.

13.2. Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

Remuneração prevista para o exercício social de 2022

Exercício Social 2022 (Valores em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7,00	5,00	5,00	17,00
Número de membros remunerados	7,00	5,00	5,00	17,00
Remuneração Fixa anual				-
Salário ou pró-labore	440.106	3.227.820	157.181	3.825.107
Benefícios diretos ou indiretos	-	710.276	-	710.276
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável				-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	1.635.529	-	1.635.529
Remuneração por participação em reuniões	440.106	-	157.181	597.287
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	386.684	-	386.684
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	880.212	5.960.309	314.362	7.154.883

Remuneração reconhecida nos últimos 3 (três) exercícios

Exercício Social 2021 (Valores em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7,00	5,00	4,75	16,75
Número de membros remunerados	7,00	5,00	4,75	16,75
Remuneração Fixa anual				-
Salário ou pró-labore	405.938	2.924.345	137.544	3.467.827
Benefícios diretos ou indiretos	-	640.368	-	640.368
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável				-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	1.294.136	-	1.294.136
Remuneração por participação em reuniões	405.938	-	137.544	543.482
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	280.418	-	280.418
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	811.876	5.139.267	275.088	6.226.231



Exercício Social 2020 (Valores em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7,00	5,00	5,00	17
Número de membros remunerados	7,00	5,00	5,00	17
Remuneração Fixa anual				-
Salário ou pró-labore	381.518	2.710.676	136.256	3.228.450
Benefícios diretos ou indiretos	-	600.100	-	600.100
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável				-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	381.518	-	136.256	517.774
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	194.322	-	194.322
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	763.036	3.505.098	272.512	4.540.646

Exercício Social 2019 (Valores em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7,00	6,17	5,00	18,17
Número de membros remunerados	7,00	6,17	5,00	18,17
Remuneração Fixa anual				-
Salário ou pró-labore	337.892	2.701.496	120.676	3.160.064
Benefícios diretos ou indiretos	-	832.653	-	832.653
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável				-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	19.212	-	19.212
Remuneração por participação em reuniões	337.892	-	120.676	458.568
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	102.889	-	102.889
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	363.233	-	363.233
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	675.784	4.019.483	241.352	4.936.619

13.3. Remuneração variável reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (31.12.2022)

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2022 - (Valores em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	5,00	5,00	17,00
Número de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus	-	1.635.529	-	1.635.529
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atendidas	-	1.635.529	-	1.635.529
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	1.635.529	-	1.635.529

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2021

Remuneração variável exercício social encerrado em 2021 - (Valores em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	5,00	4,83	16,83
Número de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus	-	1.294.136	-	1.294.136
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atendidas	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	1.294.136	-	1.294.136



Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2020

Remuneração variável exercício social encerrado em 2020 - (Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	5,00	5,00	17,00
Número de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atendidas	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Em 2020, não houve pagamento a título de remuneração variável.

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2019

Remuneração variável exercício social encerrado em 2019 - (Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	6,17	5,00	18,17
Número de membros remunerados	0,00	6,17	0,00	6,17
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atendidas	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	19.212	-	19.212
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	19.212	-	19.212

Em 2019, o valor da participação nos lucros foi distribuído de forma linear.



13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a) termos e condições gerais**
- b) principais objetivos do plano**
- c) forma como o plano contribui para esses objetivos**
- d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor**
- e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**
- f) número máximo de ações abrangidas**
- g) número máximo de opções a serem outorgadas**
- h) condições de aquisição de ações**
- i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**
- j) critérios para fixação do prazo de exercício**
- k) forma de liquidação**
- l) restrições à transferência das ações**
- m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**
- n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Alíneas não aplicáveis, pois não há plano de remuneração com base em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.



13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A COPASA MG não tem como prática a remuneração baseado em ações, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

Remuneração baseada em ações previstas para o exercício social corrente (2022)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

Remuneração baseada em ações Exercício social encerrado em 31.12.2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

Remuneração baseada em ações Exercício social encerrado em 31.12.2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício	-	-
(e) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(f) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(g) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(h) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-



Remuneração baseada em ações Exercício social encerrado em 31.12.2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	6,17
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-



13.6. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

No exercício findo em 31.12.2021 não havia opções em aberto, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Opções em Aberto em 31.12.2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Opções ainda não exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Opções exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-



13.7. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais (2021, 2020 e 2019) não houve exercício de opções, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31.12.2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Opções exercidas	-	-
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Ações entregues	-	-
Número de ações entregues	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31.12.2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	6,17
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Opções exercidas	-	-
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Ações entregues	-	-
Número de ações entregues	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31.12.2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	6,17
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Opções exercidas	-	-
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Ações entregues	-	-
Número de ações entregues	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-



13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação**
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**
- d. forma de determinação da volatilidade esperada**
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Alíneas não aplicáveis, pois não houve remuneração com base em opções ou ações para os membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva nos 03 (três) últimos exercícios sociais (2021, 2020 e 2019).



13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão:

A seguir, posição acionária dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da COPASA MG, em 31.12.2021:

Órgão	Número de ações
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-
Diretoria Executiva	12
Total	12

Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva não possuíam outros valores mobiliários de emissão da COPASA MG em 31.12.2021.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Informações sobre Plano de Previdência Complementar em Vigor	
a. órgão	Diretoria Executiva
b. número total de membros	5 (cinco) membros
c. número de membros remunerados	5 (quatro) membros
d. nome do plano	Plano de previdência privada administrado pela Fundação Libertas de Seguridade Social
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Tendo em vista que os membros da Diretoria Executiva da Companhia são de natureza estatutária, podendo a qualquer momento serem destituídos do cargo por decisão do Conselho de Administração, a mensuração do quantitativo ou das condições de aposentadoria fica impossibilitada. A única exceção é o Diretor Empregado que, ao retornar à condição de empregado e se enquadrar nos requisitos para o requerimento da suplementação Libertas, como idade de 58 anos e aposentadoria pela Previdência Social (INSS), poderá requerer o benefício, desde que se desligue da Empresa.
f. condições para se aposentar antecipadamente	Vide resposta letra “e” acima.
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	A entidade possui o saldo atualizado das contribuições realizadas de cada participante da Diretoria Executiva. Estas informações são disponibilizadas somente para o participante.
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$280.418,00
i. possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	O plano de previdência privada possui condições e regras específicas e a possibilidade de resgate antecipado será somente quando da destituição do membro da Diretoria Executiva, caso seja este o seu interesse.

Informações adicionais

É facultada aos membros da Diretoria Executiva a adesão ao Plano de Previdência Privada nas mesmas condições oferecidas aos empregados. A contribuição é paritária, ou seja, a cada R\$1,00 de contribuição do participante (empregado ou diretor), a Companhia aporta R\$1,00. O percentual de contribuição varia entre 3% a 10% da remuneração, conforme opção do próprio participante, sendo que a idade mínima para usufruir da suplementação é de 58 anos.

A Companhia informa, ainda, que, no exercício findo em 31.12.2021, nenhum membro do Conselho de Administração faz parte do Plano de Previdência Complementar.

13.11 Indicação dos itens da tabela abaixo, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal:

Diretoria Executiva (Valores em R\$)	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Número de membros	5,00	5,00	6,17
Número de membros remunerados	5,00	5,00	6,17
Valor da maior remuneração individual	1.289.656	795.602	419.245
Valor da menor remuneração individual	945.714	623.651	240.972
Valor médio de remuneração individual	1.027.853	701.020	651.456

Conselho de Administração (Valores em R\$)	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Número de membros	7,00	7,00	7,00
Número de membros remunerados	7,00	7,00	7,00
Valor da maior remuneração individual	115.982	109.005	96.540
Valor da menor remuneração individual	115.982	109.005	96.540
Valor médio de remuneração individual	115.982	109.005	96.540

Conselho Fiscal (Valores em R\$)	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Número de membros	4,75	5,00	5,00
Número de membros remunerados	4,75	5,00	5,00
Valor da maior remuneração individual	57.991	54.503	48.270
Valor da menor remuneração individual	57.991	54.503	48.270
Valor médio de remuneração individual	57.914	54.503	48.270

Observações:
Diretoria Executiva (31.12.2019):

- *Maior remuneração: todos os Diretores exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2019. O membro com a maior remuneração e cuja informação encontra-se destacada na tabela acima exerceu o cargo por 6 (seis) meses.*

- *Menor remuneração: todos os Diretores exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2019. O membro com a menor remuneração e cuja informação encontra-se destacada na tabela acima exerceu o cargo por 6 (seis) meses.*

- *Média da remuneração: o valor médio corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão pelo número de membros remunerados apurado mensalmente.*

Conselho de Administração (31.12.2019):

- *Maior remuneração: 2 (dois) dos membros exerceram o cargo por 12 meses. O membro com a maior remuneração e cuja informação encontra-se destacada na tabela acima exerceu o cargo por 12 (doze) meses.*

- *Menor remuneração: 2 (dois) dos membros exerceram o cargo por 12 meses. Conforme Ofício Circular CVM/SEP/Nº 2/2020, considerado apenas conselheiros que exerceram o cargo por 12 meses.*



- *Média da remuneração: o valor médio corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão pelo número de membros remunerados apurado mensalmente.*

Conselho Fiscal (31.12.2019):

- *Maior remuneração: somente 1 (um) dos membros exerceu o cargo por 12 meses. O membro com a maior remuneração e cuja informação encontra-se destacada na tabela acima exerceu o cargo por 12 (doze) meses.*

- *Menor remuneração: somente 1 (um) dos membros exerceu o cargo por 12 meses. Conforme Ofício Circular CVM/SEP/Nº 2/2020, considerado apenas conselheiros que exerceram o cargo por 12 meses.*

- *Média da remuneração: o valor médio corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão pelo número de membros remunerados apurado mensalmente.*



13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

A COPASA MG deposita mensalmente o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) durante todo o período de gestão dos Diretores.

O Conselho de Administração definiu que, a partir de 2007, havendo destituição do cargo de diretor, cabe ao diretor destituído a indenização correspondente a 40% sobre o saldo do FGTS. Esse pagamento não se aplica ao diretor empregado, considerando que, uma vez destituído do cargo de diretor, o mesmo retorna à condição de empregado, não havendo, portanto, desligamento da Companhia.



13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2021	2020	2019
Diretoria Executiva	23,5%	0,00%	0,00%
Conselho de Administração	38,2%	14,3%	25,1%
Conselho Fiscal	78,9%	80,0%	79,2%



13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não se aplica.



13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não se aplica, pois não houve recebimento de remuneração adicional pelos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da COPASA MG que prestaram serviços para a subsidiária COPASA MG Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (COPANOR).



13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Encargos Sociais (INSS e FGTS)

Adicionalmente às informações prestadas nos itens 13.1 a 13.15 do Formulário de Referência e observando as recomendações do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP, a COPASA MG informa a seguir os gastos previstos e realizados referentes aos encargos sociais (INSS e FGTS), ou seja, o montante referente às obrigações da COPASA MG, como empregadora:

a) Valor previsto dos encargos sociais para 2022

Encargos Sociais (Valores em R\$) Reais	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2022	1.508.864	176.042	62.872	1.747.776

b) Valores dos encargos sociais referentes aos 3 (três) últimos exercícios sociais

Encargos Sociais (Valores em R\$) Reais	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2021	1.434.275	161.999	55.427	1.651.701
2020	967.237	152.607	54.565	1.174.409
2019	1.007.878	115.861	48.377	1.172.116



X. Esclarecimentos Adicionais

A fim de facilitar o acesso dos Senhores Acionistas à Assembleia, solicita-se a entrega dos seguintes documentos na sede da Companhia, aos cuidados da Unidade de Serviços de Relações com Investidores, até o dia 26 de abril de 2022: (i) extrato ou comprovante de titularidade de ações expedido pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3) ou pelo Bradesco S.A., instituição prestadora de serviços de ações escriturais da Companhia; (ii) para aqueles que se fizerem representar por procuração, instrumento de mandato com observância das disposições legais aplicáveis (artigo 126 da Lei nº 6.404/1976).

Em caso de dúvida em relação aos assuntos constantes da Ordem do Dia, à Proposta da Administração, bem como aos procedimentos de representação, favor contatar a Unidade de Serviço de Relações com Investidores, por meio do telefone (31) 3250-1602 ou do e-mail ri@copasa.com.br.